Together, we build peace

A history of peacebuilding in Guinea-Bissau

jUNtos, no Kumpo Paz

Uma história de construção da paz na Guiné-Bissau

UNIOGBIS
Legacy
Book

NAÇÕES
UNIDAS
GUINÉ-BISSAU

This book attempts to present the legacy of United Nations peacebuilding efforts in Guinea- Bissau, from 1999-2020. While not a full account of two decades of activities, we hope the publication has value as testimony and documentary evidence of the work of two missions-- the UN Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau (UNIOGBIS, 2010-2020) and its predecessor, the UN Peacebuilding Support Office (UNOGBIS, 1999-2009). The book offers perspectives on noteworthy moments during the missions' mandate implementation as well as on the collaboration with the UN Country Team, with international partners, and most importantly, with the national authorities and the people of Guinea-Bissau. It is their efforts at advancing statehood, sustainable peace and development to which we dedicate this book.

PT
EN

Este livro procura apresentar o legado dos esforços de construção da paz das Nações Unidas na Guiné - Bissau, de 1999-2020 . Embora não seja um relato completo de duas décadas de actividade, esperamos que a publicação tenha valor como testemunho e prova documental do trabalho de duas missões - o Escritório Integrado de Construção da Paz da ONU na Guiné-Bissau (UNIOGBIS, 2010-2020) e o seu antecessor, o Escritório de Apoio à Construção da Paz da ONU na Guiné-Bissau (UNOGBIS, 1999-2009). O livro oferece perspectivas sobre momentos notáveis durante a implementação do mandato das missões, bem como sobre a colaboração com a Equipa de País da ONU, com parceiros internacionais, e acima de tudo, com as autoridades nacionais e com o povo da Guiné-Bissau. É aos seus esforços para fazer avançar o Estado, a paz sustentável e o desenvolvimento, que dedicamos este livro.

Table of Contents

Foreword

A bittersweet farewell: SRSG 6

Some background on Guinea-Bissau 8

A fragile history leads to UN peacebuilding 12

Mission structure and leadership 26

Good offices and political dialogue: The need to talk 38

Democratization and elections: Building a trusted political system 54

Rule of law and security sector reform: Changing mindsets 60

Promoting and protecting human rights 84

Gender: Supporting women's empowerment 102

Public Information: Reaching out to the people 112

Staff members speak of their service 126

Evaluating UNIOGBIS: Views from outside the Mission 132

Assessments by the political parties 136

Transition and beyond 142

Peacebuilding Fund to stay involved 150

The way forward: The UN stays on 154

Credits 170

Índice

Prefácio

Uma despedida agridoce 7

Alguns dados sobre a Guiné-Bissau 9

Uma história frágil conduz a missões de construção da paz das Nações Unidas 13

Estrutura da missão e liderança 27

Bons ofícios e diálogo político: A necessidade de conversar 39

Democratização e eleições: Construindo de um sistema político fiável 55

Estado de direito e reforma do sector da segurança: Mudança de mentalidades 61

Promoção e protecção dos direitos humanos 85

Género: Apoiar o empoderamento das mulheres 103

Informação pública: Chegar ao povo 113

Os funcionários falam do seu serviço 127

Avaliar o UNIOGBIS: Opiniões sobre à Missão 133

Avaliações pelos partidos politicos 137

A transição e o futuro 143

Fundo de Consolidação da Paz para permanecer envolvido 151

O caminho a seguir: A ONU continua 155

Créditos 171

Rosine Hadizatou Sori-Coulibaly

Special Representative of the Secretary-General

A bittersweet farewell

It is hard to get a first impression when you arrive in a country, landing at night. I was met at the airport by national authorities and colleagues from the United Nations, and I was taken directly to my hotel.

After more than a year here in Bissau, though, I have come to know the country and its inhabitants. I have seen the realities and heard the population through meetings with administrative and political leaders, customary and religious leaders and groups of women and youth.

I am impressed by the discipline, simplicity and pride of the people I met. From the young women hosting their own radio station in Bafatá, full of energy but short on resources, to the voters who turned out en masse for elections, keeping their place in the long lines with a box, a bottle or a stone, they have displayed their commitment to making their country a better one.

Many people told me they were proud to be continuing the work of Amilcar Cabral, who fought for the independence of the country.

The Bissau-Guineans have a history which they share deeply. It is imprinted in their mindset that they fought hard and with dignity for their freedom. This is the foundation on which we should build. But this contrasts with the politics of those who continue to fight, but for personal power, while the people are there, the patient bearers of hope. How to reconcile the two? This is the challenge.

The Mission leaves with the glass half full, or half empty, depending on one's perspective. The country has survived several challenges, especially with the last elections. The subsequent dispute over the results left a bitter taste.

The politicians have work to do. They must outdo themselves, which is difficult when the separation of powers is not clear. The new leadership should commit to the previous political agreements and enact the reforms needed to move forward and stabilize the country.

Our mission was to accompany a political process for the consolidation of peace, and we have played our part. Our contributions to peacebuilding, governance and human rights should survive.

With our partners, we also mobilized to help the people through COVID-19. The pandemic showed that while we defend universal principles and values, we also can adapt to respond effectively to the needs and distress of the population.

But our role as the United Nations has not been easy.

We are skilled at providing good offices, but sometimes it is hard to see the results. One could wonder what the situation would be had there been no Mission. Before the 2019 elections, for example, there was a crisis of confidence between the actors, and questions on the reliability of the electoral register. We coordinated between the electoral authorities, the Government and development partners and met with the political parties and regional organizations to reach an agreement. Our actions were taken without much noise, but they proved effective, since the elections proceeded.

The future of the country will depend on whether the politicians can show responsibility. They must set an example: if there is no virtuous governance in a country, the demons of crisis will return.

We encourage all Bissau Guineans to continue the work toward a national consensus around the priorities of this country, regardless of who has power. This will strengthen the foundation that I hope we had a part in building, and turn the page forward on the path of development.

Rosine Hadizatou Sori-Coulibaly

Representante Especial
do Secretário-Geral da ONU na Guiné-Bissau

Uma despedida agridoce

É difícil obter uma primeira impressão quando se chega a um país, aterrando à noite. Fui recebida no aeroporto por autoridades nacionais e colegas das Nações Unidas, e fui levada directamente para o meu hotel.

Após mais de um ano aqui em Bissau, porém , conheci o país e os seus habitantes. Vi as realidades e ouvi a população através de reuniões com líderes administrativos e políticos, líderes habituais e religiosos e grupos de mulheres e jovens.

Estou impressionada com a disciplina, simplicidade e orgulho das pessoas que conheci. Das jovens mulheres que transmitem a sua própria estação de rádio em Bafatá, cheia de energia mas com poucos recursos, até aos eleitores que se apresentaram em massa nas eleições, marcando o seu lugar nas longas filas com uma caixa, uma garrafa ou uma pedra, estes demonstraram o seu empenho em fazer do seu país um país melhor.

Muitas pessoas disseram-me que tinham orgulho em continuar o trabalho de Amilcar Cabral, que lutou pela independência do país.

Os Bissau-guineenses têm uma história que partilham profundamente. Está impresso na sua mentalidade que lutaram arduamente e com dignidade pela sua liberdade. Esta é a base sobre a qual devemos construir. Mas isto contrasta com a política daqueles que continuam a lutar, mas pelo poder pessoal, enquanto o povo está lá, os pacientes portadores de esperança. Como reconciliar os dois? Este é o desafio.

A Missão parte com o copo meio cheio, ou meio vazio, dependendo da perspectiva de cada um. O país tem sobrevivido a vários desafios, especialmente com as últimas eleições. A disputa subsequente sobre os resultados deixou um sabor amargo.

Os políticos têm trabalho a fazer. Devem superar-se a si próprios, o que é difícil quando a separação de poderes não é clara. A nova liderança deve comprometer-se com os acordos políticos anteriores e decretar as reformas necessárias para avançar e estabilizar o país.

A nossa missão consistia em acompanhar um processo político para a consolidação da paz, e desempenhamos o nosso papel. As nossas contribuições para a construção da paz, governação e direitos humanos devem sobreviver.

Com os nossos parceiros, mobilizámo-nos também para ajudar o povo relativamente à COVID-19. A pandemia mostrou que, embora defendamos princípios e valores universais, também nos podemos adaptar para responder eficazmente às necessidades e angústias da população.

Mas o nosso papel como Nações Unidas não tem sido fácil.

Somos habilidosos em providenciar bons ofícios, mas por vezes é difícil ver os resultados. Poder-se-ia perguntar qual seria a situação se não houvesse uma Missão. Antes das eleições de 2019, por exemplo, havia uma crise de confiança entre os actores e questões sobre a fiabilidade do registo eleitoral. Coordenámos entre as autoridades eleitorais, o Governo e os parceiros de desenvolvimento e reunimo-nos com os partidos políticos e organizações regionais para chegar a um acordo. As nossas acções foram tomadas sem grande alarido, mas revelaram-se eficazes, uma vez que as eleições prosseguiram.

O futuro do país dependerá de os políticos poderem ou não mostrar responsabilidade. Devem dar o exemplo: se não houver uma governação virtuosa num país, os demónios da crise voltarão.

Encorajamos todos os bissau-guineenses a continuar o trabalho para um consenso nacional em torno das prioridades deste país, independentemente de quem tem o poder.

Isto reforçará os alicerces que espero que tenhamos tido um papel na construção, e virar a página no caminho do desenvolvimento.

SRSG visit to Gabu Regional Court, Nov 2019 © UNIOGBIS

Some background on Guinea-Bissau

Amilcar Cabral © PAIGC Archives

Alguns dados sobre a Guiné-Bissau

Guinea-Bissau is a Creole and Portuguese-speaking republic, small in size, located between Senegal and Guinea. For centuries, much of the territory had been part of the Kingdom of Kaabu and the empire of Mali. In the 19th century, Portugal established the colony of Portuguese Guinea. Guinea-Bissau became independent in 1973, its statehood recognized a year later. The country is blessed with natural resources. Rice and cashews—the price of which fluctuates greatly on the world market— bring in 60 per cent of its annual revenues. However, it is extremely poor, ranking 178 on the Human Development Index (2020). Donor aid supports about 75 per cent of the national budget. The gross domestic product in 2019 was $1.45 billion, according to the World Bank, with a per capita income of $698 (2019).

Yet, since 1990, life expectancy in Guinea-Bissau increased by nearly 11 years--to 58--and the expected years of schooling by nearly seven.

Guinea-Bissau has endured numerous coups since independence, and political instability persisted through 2020. The World Bank has called it “one of the most coup-prone and politically unstable countries in the world.” That fragility, along with its poverty and geography, with more than 100 small islands off its coast, has provided convenient opportunities for drug trafficking from across the Atlantic, which proliferated after 2005. Many Bissau-Guineans who had the chance emigrated to Europe and beyond where they await a stable situation conducive to return.

The population follows diverse religions with most espousing traditional, indigenous practices and beliefs. Less than a quarter of the population identifies as Christian and 40 per cent as Muslim.

Major ethnic groups include the Fula and Mandinka in the north and northeast, the Balanta and Papel people in the southern coastal regions and Manjaco and Mancanha in the central and northern coastal areas.

Bissau, the capital, sits on an estuary formed by the Geba River flowing into the Atlantic. National parks and reserves preserve abundant wildlife on land and in the sea, and the country has made much-lauded efforts to protect the once endangered Western Chimpanzee and the rare saltwater hippopotamus.
The island of Poilão is the most important nesting ground in Africa for green turtles, chelonian mydas.

A A Guiné-Bissau é uma república crioula e lusófona, pequena em tamanho, situada entre o Senegal e a Guiné. Durante séculos, grande parte do território fazia parte do Reino de Kaabu e do império do Mali. No século XIX, Portugal estabeleceu a colónia da Guiné portuguesa. A Guiné-Bissau tornou-se independente em 1973, sendo o seu estatuto de Estado reconhecido um ano mais tarde. O país é abençoado com recursos naturais. O arroz e o caju - cujo preço flutua bastante no mercado mundial – correspondem a 60 por cento das suas receitas anuais. No entanto, é extremamente pobre, estando classificado na posição 178 no Índice de Desenvolvimento Humano (2020). A ajuda dos doadores apoia cerca de 75 por cento do orçamento nacional. O produto interno bruto em 2019 era de 1,45 mil milhões de dólares, segundo o Banco Mundial, com um rendimento per capita de 698 dólares (2019).

No entanto, desde 1990, a esperança de vida na Guiné-Bissau aumentou em quase 11 anos - para 58 – e a média de anos de escolaridade em quase sete.

A Guiné-Bissau tem sofrido numerosos golpes desde a independência, e a instabilidade política persistiu até 2020. O Banco Mundial chamou-lhe "um dos países mais propensos a golpes de Estado e politicamente instáveis do mundo". Essa fragilidade, juntamente com a sua pobreza e geografia, com mais de 100 pequenas ilhas ao largo da sua costa, proporcionou oportunidades convenientes para o tráfico de droga do outro lado do Atlântico, o qual proliferou após 2005. Muitos bissau-guineenses tiveram a oportunidade de emigrar para a Europa e para além desta, onde aguardam uma situação estável conducente ao regresso.

A população professa diversas religiões mas a grande maioria continua a seguir as práticas e crenças tradicionais indígenas. Menos de um quarto da população identifica-se como cristã e 40 por cento como muçulmana.

Entre os principais grupos étnicos incluem-se os Fula e Mandinka no norte e nordeste, os povos Balanta e Papel nas regiões costeiras do sul e Manjaco e Mancanha nas regiões costeiras do centro e norte.

Bissau, a capital, está situada num estuário formado pelo rio Geba que corre para o Atlântico. Os parques e reservas nacionais preservam abundante vida selvagem em terra e no mar, e o país tem feito esforços muito louváveis para proteger o outrora ameaçado chimpanzé ocidental e o raro hipopótamo de água salgada. A ilha de Poilão é o local de nidificação mais importante em África para as tartarugas verdes, as mydas quelonianas.

Gumbe, the most popular music, with roots in the Caribbean, fuses about 10 of the country's folk music traditions. When hip hop emerged in the 1990s, it quickly became a voice of resistance and many artists were driven underground or overseas, some even beaten and jailed.

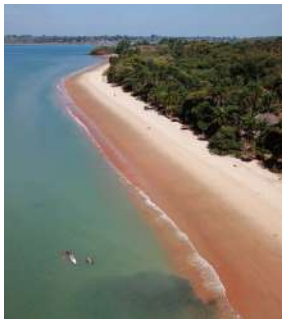
Amilcar Cabral, one of Africa's foremost anti-colonial leaders, was born in Guinea-Bissau and assassinated in neighboring Conakryeve of independence.

> *Hide nothing from the masses of our people. Tell no lies. Expose lies whenever they are told. Mask no difficulties, mistakes, failures. Claim no easy victories…."*
> (from Revolution in Guinea by Amilcar Cabral, 1969)

Gumbe, a música mais popular, com raízes nas Caraíbas, funde cerca de 10 das tradições da música folclórica do país. Quando o hip hop surgiu nos anos 90, rapidamente se tornou uma voz de resistência e muitos artistas foram levados para o subsolo ou para o estrangeiro, alguns até mesmo espancados e presos.

Amilcar Cabral, um dos principais líderes anticoloniais de África, nasceu na Guiné -Bissau e foi assassinado na vizinha Conacry véspera da independência.

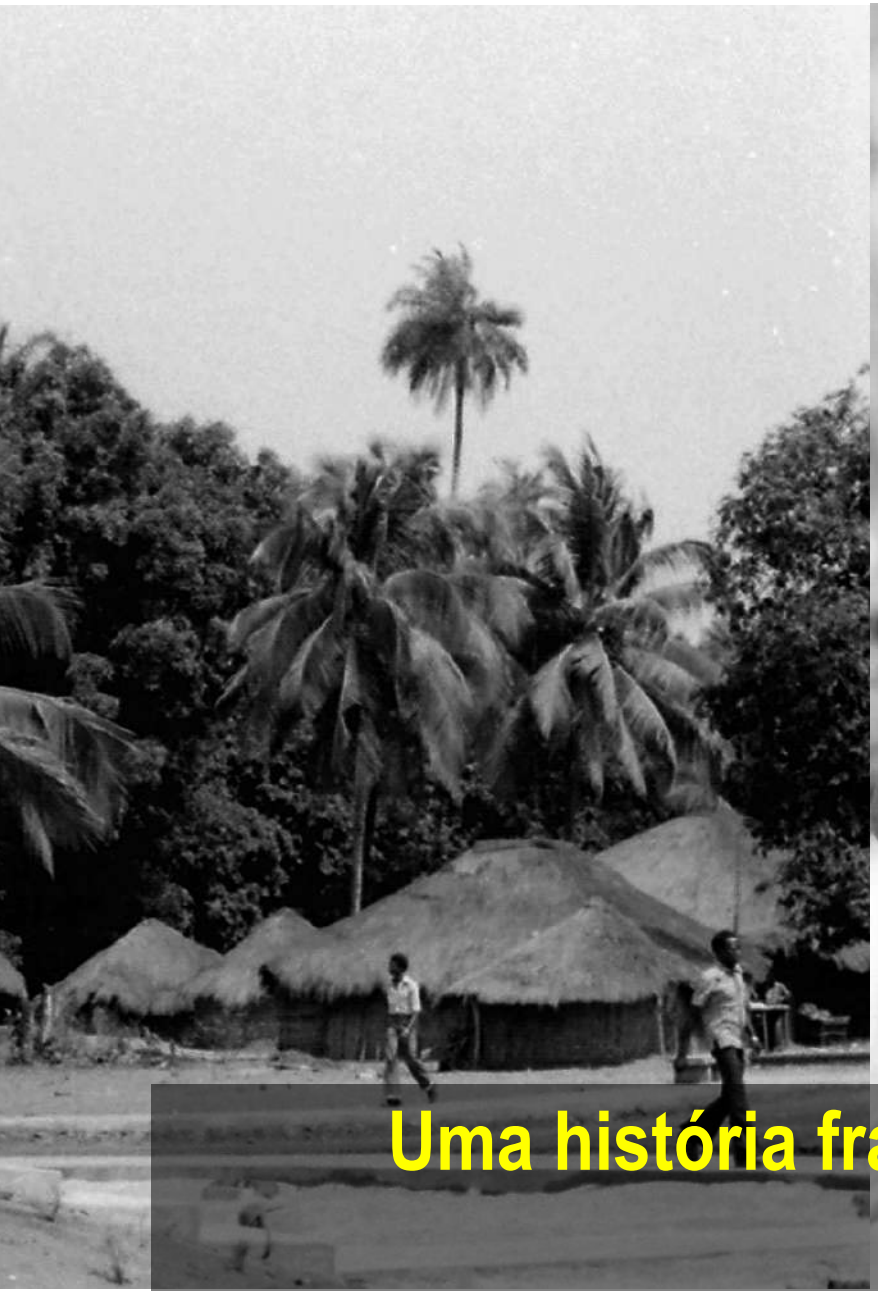
> *Não esconder nada das massas do nosso povo". Não dizer mentiras. Expor mentiras sempre que elas forem contadas. Não mascarar dificuldades, erros, fracassos. Não reivindicar vitórias fáceis...".*
> (de Revolução na Guiné por Amilcar Cabral, 1969).



Top row: Chimpanzee in the Cantanhez natural park, Pelicans in Cufada, African fabric, Bijagos beach. Bottom row: Hippos in Orango, Cufada lagoon, turtles in Poilao Island Park © UNIOGBIS

A fragile history leads to United Nations peacebuilding missions

Left: Cassaca, 1978 ; Right: Former President ‘Nino’ Vieira © Arquivos PAIGC /PAIGC Archives



Uma história frágil conduz a missões de construção da paz das Nações Unidas

After a 13-year long liberation struggle led by engineer and poet Amilcar Cabral against its colonizer, Portugal, Guinea-Bissau declared independence unilaterally on 24 September 1973. Portugal recognized the new nation one year later. But following independence, the challenges overwhelmed the first Government tasked with state-building, modernization and industrialization. Alongside antagonisms and divisions amongst the leadership, the failure of the modernization and industrialization project,-- as was the case with many other newly independent countries,--laid the ground for a series of political and military crises which prevented the establishment of a state capable of contributing to improving the lives of the people. These crises have had different characteristics, actors and dynamics, linked to different international, regional and national dynamics.

> *Dapi língua ku dinti bu tá murdi ngutru ku fadi djintis ku sinta".*
>
> *"If the tongue and the teeth fight sometimes, imagine the people living with each another"*
> Popular saying

Após uma longa luta de libertação de 13 anos liderada pelo engenheiro e poeta Amilcar Cabral contra o seu colonizador, Portugal, a Guiné-Bissau declarou unilateralmente a independência a 24 de Setembro de 1973. Portugal reconheceu a nova nação um ano mais tarde. Mas após a independência, os desafios esmagaram o primeiro governo encarregado da construção, modernização e industrialização do Estado. A par de antagonismos e divisões entre os líderes, o fracasso do projecto de modernização e industrialização, - como foi o caso de muitos outros países recém-independentes, - abriu portas para uma série de crises políticas e militares que impediram o estabelecimento de um Estado capaz de contribuir para melhorar a vida do povo. Estas crises tiveram características, atores e dinâmicas diferentes, ligadas a diferentes dinâmicas internacionais, regionais e nacionais.

> *Dapi língua ku dinti bu tá murdi ngutru ku fadi djintis ku sinta".*
>
> *"Se a língua e os dentes brigam às vezes, imagine as pessoas morando umas com as outras"*
> Ditado popular

Political and military conflict began to shake the foundations of the State, beginning with the 1980 coup d'état which ruptured the political union of Guinea-Bissau and Cape Verde.

The introduction of the multiparty system did little to quell the fuse in the country.

"Interestingly, it's after 1994, with democracy, that major problems emerged, and major episodes of instability, including civil war. From this point of view, democracy was a failure in Guinea-Bissau," said Delfim da Silva, former Minister of Foreign Affairs and Permanent Representative of Guinea-Bissau to the UN in 2019.

Declaration of independence , Nino Vieira © Arquivo INEP /INEP Archives

O conflito político e militar começou a abalar as fundações do Estado, começando com o golpe de Estado de 1980 que rompeu a união política da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

A introdução do sistema multipartidário pouco fez para apaziguar o rastilho no país.

"Curiosamente, é após 1994, com a democracia, que surgiram grandes problemas e grandes episódios de instabilidade, incluindo a guerra civil. Deste ponto de vista, a democracia foi um fracasso na Guiné-Bissau", afirmou Delfim da Silva, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Representante Permanente da Guiné-Bissau junto da ONU em 2019.

For the next several years, the country lived under one-party rule (the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde, or PAIGC), with recurrent political purges, assassinations and attempted military coups, that culminated--or descended--into the civil war of 1998-1999. Insurgents from the Casamance region of Senegal had been clashing with Guinea-Bissau armed forces along the border between the two countries when President João Bernardo “Nino” Vieira accused Chief of Armed Forces General Ansumane Mané of illegally supplying arms to the Casamance rebels. When he sought to dismiss the general, a rebellion began pitting different factions of the political-military elite against one another in a brutal armed conflict.

The conflict resulted in thousands of deaths and hundreds of thousands of displaced people. Mediation efforts led by the Economic Community of West African States (ECOWAS) and the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) resulted in a truce under the Abuja Peace Agreement of 1 November 1998. Senegalese and Bissau-Guinean troops were to withdraw from the border at the same time as the deployment of an ECOWAS interposition force – ECOMOG (the ‘MOG’ stands for monitoring group)-- to ensure security for the implementation of the agreement and for the provision of humanitarian assistance. The agreement also marked the beginning of the UN peacebuilding work in Guinea-Bissau.

The situation in Guinea-Bissau came to the attention of the UN Security Council in November 1998, which approved ECOMOG’s mandate in resolution 1216 and requested the UN Secretary-General to make recommendations “on a possible role of the United Nations in the process of peace and reconciliation in Guinea-Bissau…”

The 1998 Abuja Agreement was the first formal framework to which the leaders of the ex-belligerent forces, President Vieira and General Mané, personally committed themselves. The signing was seen as a demonstration of the readiness of both sides to begin working together towards returning the country to peace and normalcy.

Durante os anos que se seguiram, o país viveu sob o regime de partido único (o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, ou PAIGC), com purgas políticas recorrentes, assassinatos e tentativas de golpes militares, que culminaram - ou resultaram - na guerra civil de 1998-1999. Insurgentes da região de Casamansa, no Senegal, tinham entrado em conflito com as forças armadas da Guiné-Bissau ao longo da fronteira entre os dois países quando o Presidente João Bernardo "Nino" Vieira acusou o Chefe das Forças Armadas, General Ansumane Mané, de fornecer ilegalmente armas aos rebeldes de Casamansa. Quando procurou demitir o general, uma rebelião começou a colocar diferentes facções da elite político-militar umas contra as outras, num conflito armado brutal.

O conflito resultou em milhares de mortos e centenas de milhares de deslocados. Os esforços de mediação liderados pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) resultaram numa trégua ao abrigo do Acordo de Paz de Abuja de 1 de Novembro de 1998. As tropas senegalesas e bissau-guineenses deveriam retirar-se da fronteira ao mesmo tempo que o destacamento de uma força de interposição da CEDEAO - ECOMOG ("MOG" significa grupo de vigilância) - para garantir a segurança na implementação do acordo e na prestação de assistência humanitária. O acordo também marcou o início do trabalho de construção da paz na Guiné-Bissau pela ONU.

A situação na Guiné-Bissau chegou ao conhecimento do Conselho de Segurança da ONU em Novembro de 1998, que aprovou o mandato do ECOMOG na resolução 1216 e solicitou ao Secretário-Geral da ONU que fizesse recomendações "sobre um possível papel das Nações Unidas no processo de paz e reconciliação na Guiné-Bissau...".

O Acordo de Abuja de 1998 foi o primeiro quadro formal com o qual os líderes das forças ex-beligerantes, o Presidente Vieira e o General Mané, se comprometeram pessoalmente. A assinatura foi vista como uma demonstração da prontidão de ambas as partes em começar a trabalhar conjuntamente para o regresso do país à paz e à normalidade.

The Council also requested the establishment of a trust fund for Guinea-Bissau and in April 1999 at the UN in New York, Member States pledged financial support to ECOMOG. The next month, at a UNDP round table in Geneva, pledges of $200 million were made to cover activities involving the consolidation of peace and democracy, elections, demobilization and reinsertion of ex-combatants into civilian life, mine clearance and reunification of the armed forces.

To facilitate implementation of the Abuja accord, the Security Council authorized the UN Peacebuilding Support Office in Guinea-Bissau in April 1999 (resolution 1233). But the ceasefire was broken the following month, before UNOGBIS could be deployed physically. President Vieira was ousted by the military leadership under General Mané, and ECOWAS decided to withdraw ECOMOG. It was against this fluid and unstable context that UNOGBIS was finally deployed in June 1999.

It became evident that the Mission's immediate tasks included helping restore a secure and enabling climate and providing support for a return to constitutional order through elections.

Guinea-Bissau flag raised at the UN, 18 September 1974 © UN photo

O Conselho solicitou igualmente a criação de um fundo fiduciário para a Guiné-Bissau e, em Abril de 1999, na ONU em Nova Iorque, os Estados-Membros comprometeram-se a apoiar financeiramente a ECOMOG. No mês seguinte, numa mesa redonda organizada pelo PNUD em Genebra, foram prometidos 200 milhões de dólares para cobrir actividades envolvendo a consolidação da paz e da democracia, eleições, desmobilização e reinserção de ex-combatentes na vida civil, desminagem e reunificação das forças armadas.

Para facilitar a implementação do acordo de Abuja, o Conselho de Segurança autorizou o Gabinete de Apoio à Construção da Paz da ONU na Guiné-Bissau em Abril de 1999 (resolução 1233). Mas o cessar-fogo foi quebrado no mês seguinte, antes que o UNOGBIS pudesse ser fisicamente estabelecido. O Presidente Vieira foi deposto pela liderança militar sob o General Mané, e a CEDEAO decidiu retirar o ECOMOG. Foi contra este contexto fluido e instável que o UNOGBIS foi finalmente implementado em Junho de 1999.

Tornou-se evidente que as tarefas imediatas da Missão incluíam ajudar a restaurar um clima seguro e propício e prestar apoio ao regresso à ordem constitucional através de eleições.

UN Security Council Council adopting resolution 1216 (1998) on Guinea-Bissau© UN photo

Peaceful legislative and presidential elections were held between November 1999 and January 2000 with support from the international community under UN coordination. The winner of that election, Kumba Yala and his Social Renewal Party (PRS) were in power until September 2003 when he was ousted by another military coup.

The cycle of instability resumed, fueled by the failed reform of the defence and security sector. Peaks of violence ensued, such as the 6 October 2004 military mutiny that resulted in the assassinations of the Chief of General Staff, General Veríssimo Correia Seabra, and the spokesman of the armed forces, Colonel Domingos de Barros. The violence jeopardized gains achieved since the March 2004 installation of a new Government, led by Prime Minister Carlos Gomes Júnior (of the PAIGC, or African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde).

After Vieira returned from exile in 2005, invited by interim President Henrique Rosa, he decided to run for president against Yala. The elections took place on 19 June in an atmosphere of tension. Despite PRS claims of fraud, Yala accepted defeat and Nino Vieira became President once again. Less than a month later, President Vieira dismissed his Prime Minister, Gomes Júnior, who had been his critic. The country then fell into another period of instability which provided fertile ground for increased drug trafficking and transnational organized crime. In November 2007, UNODC director António Maria Costa told a conference in Madrid that the value of drug trafficking was as high as the national income of Guinea-Bissau.

PT
EN

Realizaram-se eleições legislativas e presidenciais pacíficas entre Novembro de 1999 e Janeiro de 2000, com o apoio da comunidade internacional sob coordenação da ONU. O vencedor dessas eleições, Kumba Yala e o seu Partido da Renovação Social (PRS) estiveram no poder até Setembro de 2003, quando foi expulso por outro golpe militar .

O ciclo de instabilidade foi retomado, alimentado pelo fracasso da reforma do sector da defesa e da segurança. Seguiram-se picos de violência, tais como o motim militar de 6 de Outubro de 2004 que resultou no assassinato do Chefe do Estado-Maior, General Veríssimo Correia Seabra, e do porta-voz das forças armadas, o Coronel Domingos de Barros. A violência comprometeu os ganhos alcançados desde a instalação, em Março de 2004, de um novo Governo, liderado pelo Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior (do PAIGC, ou Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde).

Após Vieira regressar do exílio em 2005, convidado pelo presidente interino Henrique Rosa, este decidiu candidatar-se à presidência contra Yala. As eleições decorreram a 19 de Junho, numa atmosfera de tensão. Apesar das alegações de fraude do PRS, Yala aceitou a derrota e Nino Vieira voltou a ser presidente. Menos de um mês depois, o Presidente Vieira demitiu o seu Primeiro-Ministro, Gomes Júnior, que tinha sido seu crítico. O país caiu então num outro período de instabilidade que proporcionou terreno fértil para o aumento do tráfico de droga e do crime organizado transnacional. Em Novembro de 2007, o director do UNODC, António Maria Costa, afirmou numa conferência em Madrid que o valor do tráfico de droga era tão elevado como o rendimento nacional da Guiné-Bissau.

President Luis Cabral © INEP archives

PR Nino Vieira © IRIN

Malam Bacai Sanha and Kumba Yala, 2000 © BBC

PR Henrique Rosa (2003-2005) © Lusa

In 2007, Guinea-Bissau authorities requested help from the new UN Peacebuilding Commission. The Commission had been established by the UN General Assembly and Security Council in 2005 during the tenure of Secretary-General Kofi Annan to bring coherence to various UN entities' work in countries with fragile peace achievements, to prevent relapses into civil war. The Commission brought together 31 Member States, along with relevant UN agencies and departments and NGOs to address together individual country situations. Guinea-Bissau, plagued by poverty and political instability since independence, became the third country to be placed on the agenda of the Commission and Peacebuilding Fund, which provided $6 million for national peacebuilding efforts beginning in 2008.

Meanwhile political violence was increasing. The assassinations of President Vieira and Armed Forces Chief of Staff General Tagme Na Waie on 1 and 2 March 2009 contributed to the Council's decision on a new Mission with an expanded mandate integrated with other UN efforts. In line with Annan's reforms and Security Council statements that promoted a holistic approach to resolving the complex and multidimensional situation in Guinea-Bissau, the Council in June authorized the UN Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau (UNIOGBIS) to succeed UNOGBIS at the end of the year.

The new Mission would "strengthen the capacities of national institutions in order to maintain constitutional order, public security and the full respect for the rule of law" (from resolution 1876).

In late 2009, peaceful presidential elections led to the victory of Malam Bacai Sanhá, whose efforts at stabilization failed to prevent coup attempts, political assassinations, persecution, and persistent impunity. The fragile situation led the European Union to cancel its defence and security sector reform program.

During 2010, political tensions continued, along with divisions among the civilian and military leadership and an increase in drug trafficking. The Government had committed to financial reforms and signed an agreement with Angola for defence and security cooperation which included the deployment of a military and police force – MISSANG-- to Bissau.

Em 2007, as autoridades da Guiné-Bissau solicitaram a ajuda da nova Comissão de Construção da Paz da ONU. A Comissão fora criada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança da ONU em 2005, durante o mandato do Secretário-Geral Kofi Annan, para conferir coerência ao trabalho de várias entidades da ONU em países com conquistas de paz frágeis, a fim de evitar recaídas que resultassem numa guerra civil. A Comissão reuniu 31 Estados-Membros, juntamente com agências e departamentos relevantes das Nações Unidas e ONG, para abordar, em conjunto, situações individuais dos países. A Guiné-Bissau, flagelada pela pobreza e instabilidade política desde a independência, tornou-se o terceiro país a ser colocado na agenda da Comissão e do Fundo de Construção da Paz, que disponibilizou 6 milhões de dólares para os esforços nacionais de construção da paz com início em 2008.

Entretanto, a violência política aumentava. Os assassinatos do Presidente Vieira e do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Tagme Na Waie a 1 e 2 de Março de 2009 contribuíram para a decisão do Conselho sobre uma nova Missão com um mandato alargado integrado com outros esforços da ONU. Em conformidade com as reformas de Annan e com as declarações do Conselho de Segurança que promoveram uma abordagem holística para resolução da situação complexa e multidimensional na Guiné-Bissau, o Conselho autorizou, em Junho, o Escritório Integrado de Construção da Paz da ONU na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) a suceder ao UNOGBIS no final do ano.

A nova Missão iria "reforçar a capacidade das instituições nacionais em manter a ordem constitucional, a segurança pública e o pleno respeito pelo Estado de Direito" (na resolução 1876).

No final de 2009, a realização de eleições presidenciais pacíficas levou à vitória de Malam Bacai Sanhá, cujos esforços de estabilização não conseguiram impedir tentativas de golpe, assassinatos políticos, perseguições e impunidade persistente. A frágil situação levou a União Europeia a cancelar o seu programa de reforma do sector da defesa e segurança.

Durante 2010, as tensões políticas continuaram, juntamente com divisões entre a liderança civil e militar e um aumento do tráfico de droga. O Governo tinha-se comprometido com reformas financeiras e assinado um acordo com Angola para a cooperação em matéria de defesa e segurança que incluía o destacamento de uma força militar e policial - MISSANG - para Bissau.

UNIOGBIS and the UN Country team were integrating their activities and finalizing a UN framework for peace and development. The UN Secretary-General committed the UN to work with key partners to enhance the security of the civilian leadership and support reform of the defence and security sector.

President Sanhá died of poor health in France in January 2012 while a coup attempt was underway back in Bissau. With tensions mounting over the next presidential elections,--in which former PM Gomes Júnior was a candidate,--the Bissau-Guinean Armed Forces demanded the withdrawal of MISSANG, and a military coup took place on 12 April 2012.

That coup led the then Prime Minister to ask the UN Security Council to deploy a peacekeeping force. Concerned about repercussions in the region, ECOWAS asked the Security Council to support its mediation efforts. The Council (in resolution 2048) decided to impose sanctions on those responsible for disrupting the constitutional order in Guinea-Bissau. The sanctions regime, which some say enabled free and fair general elections in 2014, remained in force through the next cycle of instability, which started in 2015 when newly elected President José Mário Vaz dismissed Prime Minister Domingos Simões Pereira. Sanctions, which include travel bans on 10 military individuals, remained in effect as of late 2020.

A UNIOGBIS e a Equipa de país da ONU no país estavam a integrar as suas actividades e a finalizar um quadro da ONU para a paz e o desenvolvimento. O Secretário-Geral da ONU comprometeu-se a trabalhar com parceiros-chave para reforçar a segurança da liderança civil e apoiar a reforma do sector da defesa e da segurança.

O Presidente Sanhá faleceu, por motivos de saúde, em França, em Janeiro de 2012, enquanto uma tentativa de golpe de Estado estava em curso em Bissau. Com a tensão a aumentar nas eleições presidenciais que se seguiram, - às quais o ex-primeiro-ministro Gomes Júnior era candidato, - as Forças Armadas Bissau-Guineenses exigiram a retirada da MISSANG, e ocorreu um golpe militar a 12 de Abril de 2012.

Esse golpe levou o então Primeiro-Ministro a pedir ao Conselho de Segurança da ONU que destacasse uma força de manutenção da paz. Preocupada com as repercussões na região, a CEDEAO solicitou ao Conselho de Segurança que apoiasse os seus esforços de mediação. O Conselho (na resolução 2048) decidiu impor sanções aos responsáveis pela perturbação da ordem constitucional na Guiné-Bissau. O regime de sanções, que alguns dizem ter permitido eleições gerais livres e justas em 2014, manteve-se em vigor durante o próximo ciclo de instabilidade, que teve início em 2015 quando o recém-eleito Presidente José Mário Vaz demitiu o Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira. As sanções, que incluem proibições de viagem a 10 militares, permaneceram em vigor até finais de 2020.

Vaz became the only elected president in the country to have completed his term in office, in June 2019, but he went through seven prime ministers in the process, an indication of the instability during his tenure. In late 2015, ECOWAS appointed former Nigerian President Olusegun Obasanjo as its special envoy to help resolve the crisis in Guinea-Bissau. He made several trips to the country seeking a political solution. ECOWAS had been sending peacekeeping troops there since 2012 (as ECOMIB). Regional leaders met in Bissau in September 2016, and the following month, Alpha Condé, President of Guinea, hosted a four-day dialogue in Conakry between religious and civil society leaders and other Bissau-Guinean stakeholders. These various efforts resulted in the Conakry Agreement of 14 October 2016, which generated new hope for reconciliation and stability, as well as new international support.

PT
EN

Vaz tornou-se o único presidente eleito no país a ter concluído o seu mandato, em Junho de 2019, mas passou por sete primeiros-ministros no processo, uma indicação da instabilidade durante o seu mandato. Em finais de 2015, a CEDEAO nomeou o ex-presidente nigeriano Olusegun Obasanjo como seu enviado especial para ajudar a resolver a crise na Guiné-Bissau. Este fez várias visitas ao país em busca de uma solução política. A CEDEAO enviava tropas de manutenção da paz para o país desde 2012 (ECOMIB). Os líderes regionais reuniram-se em Bissau em Setembro de 2016 e, no mês seguinte, Alpha Condé, Presidente da Guiné, organizou, em Conacri, um diálogo de quatro dias entre líderes religiosos e da sociedade civil e outros intervenientes bissau-guineenses. Estes vários esforços resultaram no Acordo de Conacri de 14 de Outubro de 2016, que gerou uma nova esperança de reconciliação e estabilidade, assim como um renovado apoio internacional.

PR Jose Mario Vaz ©UNIOGBIS

Unfortunately, despite international support and pressure, the signatories of the Agreement did not implement any of its provisions over the next two years, leading ECOWAS to impose sanctions against 19 political actors accused of obstructing it. ECOWAS then achieved another breakthrough at a summit in Lomé, Togo, in April 2018 when Prime Minister Aristides Gomes, appointed by President Vaz as a prime-minister of consensus, agreed to schedule parliamentary elections for November 2018 and began to implement other aspects of the Conakry Agreement.

Infelizmente, apesar do apoio e pressão internacionais, os signatários do Acordo não implementaram nenhuma das suas disposições durante os dois anos seguintes, levando a CEDEAO a impor sanções contra 19 atores políticos acusados de o obstruírem. A CEDEAO logrou então outro avanço numa cimeira em Lomé, Togo, em Abril de 2018, quando o Primeiro-ministro, Aristides Gomes, nomeado pelo Presidente Vaz como primeiro-ministro de consenso, concordou em agendar eleições parlamentares para Novembro de 2018 e começou a implementar outros aspectos do Acordo de Conacri. Um novo Parlamento foi tomou posse a 18 de Maio de 2019, e um novo governo foi nomeado.

A new Parliament was sworn in on 18 May 2019, and a new Government appointed. The presidential elections in December of the same year, although well-organized and well-supported by the international community, ended in a post-electoral crisis triggered when one of the candidates, Domingos Simões Pereira, challenged the results by which the National Electoral Commission had declared Úmaro Sissoco Embaló the winner. ECOWAS intervened to help resolve the impasse during which the military had taken control of all State institutions. (The crisis continued through the first half of 2020, exacerbated by COVID-19 restrictions and infections.)

Also in 2019, the UN had begun preparing for the closure of UNIOGBIS. The lack of national political will, international community fatigue and difficulties in overcoming the chronic instability had led some national and international actors to call for a lighter UN political footprint in the country and a greater emphasis on economic and social development.

A strategic assessment of the situation in Guinea-Bissau, led by former SRSG João Honwana, had advised the Mission to begin to draw down after the presidential elections, closing by December 2020. The Security Council agreed, outlining a reconfiguration of the UN presence in resolution 2512 (2020).

But just before the elections of 2019, hope for progress had been rekindled. In August 2019, UN Secretary-General António Guterres wrote (S/2019/664) that the country had “experienced positive developments, with direct implications for long-term stability.”

“I believe that 2019 is a pivotal year for Guinea-Bissau to seize the opportunity to end the recurring cycle of political instability that has hampered socioeconomic development for years,” but that “durable peace and security hinges on the implementation of key reforms,” he wrote.

However, events in 2020 conspired to dash that optimism. Socioeconomic conditions continued to worsen. Teachers and public health workers went on strike. More than one third of the people remained food insecure. Drug trafficking threatened to re-emerge. The victory of Úmaro Sissoco Embaló was opposed by a majority in Parliament, and for a brief period the country had two presidents.

As eleições presidenciais de Dezembro do mesmo ano, embora bem organizadas e bem apoiadas pela comunidade internacional, terminaram numa crise pós-eleitoral desencadeada quando um dos candidatos, Domingos Simões Pereira, contestou os resultados através dos quais a Comissão Nacional de Eleições tinha declarado Úmaro Sissoco Embaló como vencedor. A CEDEAO interveio para ajudar a resolver o impasse durante o qual os militares tinham assumido o controlo de todas as instituições do Estado. (A crise continuou durante o primeiro semestre de 2020, exacerbada pelas restrições e infecções de COVID-19.)

Também em 2019, a ONU começara preparar-se para o encerramento do UNIOGBIS. A falta de vontade política nacional, o cansaço da comunidade internacional e as dificuldades em ultrapassar a instabilidade crónica tinham conduzido alguns atores nacionais e internacionais a apelar a uma pegada política mais leve da ONU no país e a uma maior ênfase no desenvolvimento económico e social.

Uma avaliação estratégica da situação na Guiné-Bissau, liderada pelo ex-RSG João Honwana, tinha aconselhado a Missão a começar a levantar após as eleições presidenciais, encerrando em Dezembro de 2020. O Conselho de Segurança concordou, delineando uma reconfiguração da presença da ONU na resolução 2512 (2020).

No entanto, pouco antes das eleições de 2019, a esperança de progresso tinha sido reacendida. Em Agosto de 2019, o Secretário-Geral da ONU António Guterres escreveu (S/2019/664) que o país tinha "experimentado desenvolvimentos positivos, com implicações directas para a estabilidade a longo prazo".

"Acredito que 2019 é um ano crucial para que a Guiné-Bissau aproveite a oportunidade para pôr fim ao ciclo recorrente de instabilidade política que tem dificultado o desenvolvimento socioeconómico durante anos", mas que "a paz e a segurança duradouras dependem da implementação de reformas fundamentais", escreveu. No entanto, os acontecimentos de 2020 conspiraram para quebrar esse optimismo. As condições socioeconómicas continuaram a piorar. Professores e trabalhadores da saúde pública entraram em greve. Mais de um terço da população permaneceu em situação de insegurança alimentar. O tráfico de droga ameaçou reemergir. A vitória de Úmaro Sissoco Embaló foi rejeitada por uma maioria no Parlamento e, durante um breve período, o país teve dois presidentes.

The security and human rights situations again deteriorated. In March, the Movement of Conscious and Non-conformist (or Dissatisfied) Citizens raised an alarm with SG Guterres in a letter warning of serious civil unrest due to the fractured constitutional order.

Installed in February 2020, Embaló faced major challenges, among them COVID-19, which by April had infected several members of the Government, overwhelmed hospitals and rationalized draconian restrictions which worsened conditions for the already fragile society.

Secretary-General Guterres' report of 29 July 2020 (S/2020/755) was far more somber than the previous year's: the protracted electoral dispute, coupled with COVID-19, "demanded attention from national stakeholders and affected the Mission's ability to engage on critical peacebuilding priorities…"

"Deep-seated mistrust continues to exacerbate divisions among political actors, requiring concerted actions by all national stakeholders, with the support of the international community, to further stabilize the country's fragile governance system, ensure the effective functioning of State institutions and address other pressing political and socioeconomic challenges."

Adbel Fatau Musah, Director of DPPA Africa Division SRSG interim in June 2019 © UNIOGBIS

A situação da segurança e dos direitos humanos voltou a deteriorar-se. Em Março, o Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados (ou Insatisfeitos) lançou um alerta ao SG Guterres numa carta de aviso de grave agitação civil devido à fractura da ordem constitucional.

Tomando posse em Fevereiro de 2020, Embaló enfrentou grandes desafios, entre eles a COVID-19, que em Abril tinha infectado vários membros do Governo, sobrecarregado hospitais e racionalizado restrições draconianas que pioraram as condições da já frágil sociedade.

O relatório do Secretário-Geral Guterres de 29 de Julho de 2020 (S/2020/755) foi muito mais sombrio do que o do ano anterior: a prolongada disputa eleitoral, juntamente com a COVID-19, "exigiu a atenção dos intervenientes nacionais e afectou a capacidade da Missão de se empenhar nas prioridades críticas de construção da paz...".

"A desconfiança profunda continua a exacerbar as divisões entre os atores políticos, exigindo acções concertadas de todos os intervenientes nacionais, com o apoio da comunidade internacional, para estabilizar o frágil sistema de governação do país, assegurar o funcionamento eficaz das instituições do Estado e enfrentar outros desafios políticos e socioeconómicos prementes".

SRSG Sori-Coulibaly with President Umaro Sissoco Embaló, 2020 © UNIOGBIS

Challenges

⇒Dysfunctional political system*

⇒Weak governance framework*

⇒Impunity and unaddressed past violations of Human Rights*

⇒Drug Trafficking and Transnational Organized Crime (DTOC)*

⇒Volatile political environment

⇒Restrictions due to COVID-19

(*) *UNIOGBIS Conflict analysis 2020*

Achievements

√ Absence of armed conflict

√ Political actors use of legal means to settle disputes

√ Public debate of national issues

√ Increased and more informed citizen participation

√ Women and youth empowerment

√ Legal and policy reforms

√ National human rights monitoring and institutional improvements

Despite and during the continuing political fragility, UN peacebuilding officials continued their multidimensional approach to strengthening institutions and the rule of law. Over the years of Mission presence, they fostered and nurtured a newly active citizenship and multilevel dialogue, laying the ground for achieving the ultimate aim of stability and national reconciliation.

As the Mission prepared to leave, the role of the UN Country Team and in particular the regional partners, became all the more critical.

From the outset, UN efforts in the country have been conducted in partnership with regional and international inter-governmental organizations represented on the ground, especially ECOWAS, the African Union (AU), the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) and the European Union (EU). These partners have committed to continuing their engagement and building on the UN peacebuilding foundation after the reconfiguration of the UN presence in 2020.

Desafios

⇒ Sistema político disfuncional *

⇒ Estrutura de governança fraca *

⇒ Impunidade e violações de direitos humanos do passado *

⇒ Tráfico de drogas e crime organizado transnacional (DTOC) *

⇒ Ambiente político volátil

⇒ Restrições devido ao COVID-19

(*) Análise de conflito UNIOGBIS 2020

Realizações

√ Nenhuma disputa política violenta durante sete anos

√ Os atores políticos utilizam os meios legais para resolver disputas

√ Debate público de questões nacionais

√ Maior e mais informada participação dos cidadãos

√ Empoderamento das mulheres e da juventude

√ Reformas jurídicas e políticas

√ Monitorização nacional dos direitos humanos e melhorias institucionais

Apesar e durante a contínua fragilidade política, os funcionários das Nações Unidas para a construção da paz continuaram a sua abordagem multidimensional ao reforço das instituições e do Estado de direito. Ao longo dos anos de presença da Missão, fomentaram e alimentaram uma nova cidadania activa e um diálogo a vários níveis, lançando as bases para alcançar o objectivo final de estabilidade e reconciliação nacional.

À medida que a Missão se preparava para partir, o papel da Equipa de País da ONU e em particular dos parceiros regionais, tornou-se ainda mais crítico.

Desde o início, os esforços da ONU no país têm sido conduzidos em parceria com organizações intergovernamentais regionais e internacionais representadas no terreno, especialmente a CEDEAO, a União Africana (UA), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a União Europeia (UE). Estes parceiros comprometeram-se a continuar empenhados e a construir sobre a base de construção da paz da ONU após a reconfiguração da presença da ONU em 2020.

Donatella Giubilaro

UNIOGBIS Chief Political Affairs (2018-2020)

National ownership is key to grasp opportunities for change - A personal analysis

The multiple studies and analyses of the conflict and instability in Guinea-Bissau, which I read before I came in mid-2018, clearly identify the root causes and make precise recommendations. Unfortunately, these have failed to materialize into positive change. I've served in several other UN missions in conflict areas. They were characterized by proxy wars or the diverging agendas of external players, which added a layer of difficulty in the search for solutions. This is not the case in Guinea-Bissau. What strikes me about Guinea-Bissau is the history of missed opportunities. Political stakeholders have persistently chosen to strive for power instead of focusing on a national compact for the well-being of the country. Opportunities and ideas, which garnered the support of international partners, were not seized with sufficient genuine commitment, and momentum was lost. This has resulted in the disenchantment and disillusionment of the population, and international community's fatigue. The presence of a UN Special Political Mission is one of those missed opportunities. For the last 20 years, the Mission implemented its political mandate with some results and played a conflict prevention role, but the stark reality of political instability was not overcome.

The return to constitutional order in 2014 created a momentum around a national vision for development and peacebuilding. This window of opportunity was missed, and the country plunged into another crisis that led to the intervention of ECOWAS. The 2016 Conakry Agreement and its envisaged transitional period of inclusive government, far-reaching institutional reforms and a national roundtable was also a window of opportunity that was missed. Once the agreement was signed, the crisis continued. Examples of other missed opportunities include the 2016 Stability Conference and the 2019 Stability Pact, which had the added value of a strong civil society mobilization.

The biggest achievement of the UN Political Mission in Guinea-Bissau was generating widespread awareness that a multitude of entry points must be pursued to address the complexity of the country's instability, and that peace and stability are the responsibility of all national actors. In this regard, training and capacity building efforts have been crucial to engaging these actors. The UN is aware that efforts must continue. This is why the departure of UNIOGBIS is not an abandonment, but rather a repositioning of the UN for a longer-term commitment to peacebuilding priorities defined around the causes of conflict, drivers of instability and peace capacities. With the presidential election closing the 2019 electoral cycle, expectations were high for sustainable peace and stability, for national cohesion and reconciliation, for a political consensus around a reform agenda, and for addressing development demands. Yet, these did not materialize, and the post-electoral crisis and political uncertainties amplified the atmosphere of deep mistrust and polarized positions among political actors.

The biggest challenge remains the political elite's understanding that politics is more than the struggle for political control over resources. They must see that the pie would get bigger and not smaller with inclusive involvement towards a non-partisan peace and development compact. At the same time, the departure of the UN Political Mission comes with the message that national ownership is the only possible way for a solution. The unique advantage of Guinea-Bissau is the alignment of the international players in support of the role of ECOWAS. Their commitment and determination have kept the focus on the need for stability and on keeping the issue high on the agenda of the international community.

Donatella Giubilaro

Directora de Assuntos Políticos do UNIOGBIS (2018-2020)

A apropriação nacional é a chave para agarrar oportunidades de mudança - Uma análise pessoal

Os múltiplos estudos e análises do conflito e da instabilidade na Guiné-Bissau, os quais li antes de chegar, em meados de 2008, identificam claramente as causas profundas e oferecem recomendações precisas. Infelizmente, estas não se materializaram numa mudança positiva.

Servi em várias outras missões da ONU em zonas de conflito. Caracterizaram-se por guerras por procuração ou pelas agendas divergentes dos actores externos, o que acrescentou uma camada de dificuldade na procura de soluções. Este não é o caso na Guiné-Bissau.

O que me impressiona na Guiné-Bissau é a história das oportunidades perdidas. Os intervenientes políticos optaram persistentemente por lutar pelo poder em vez de se concentrarem num pacto nacional para o bem-estar do país. Oportunidades e ideias, que obtiveram o apoio de parceiros internacionais, não foram aproveitadas com suficiente empenho genuíno, e perdeu-se o ímpeto. Tal resultou no desencanto e desilusão da população e no cansaço da comunidade internacional.

A presença de uma Missão Política Especial da ONU é uma dessas oportunidades perdidas.

Nos últimos 20 anos, a Missão implementou o seu mandato político com alguns resultados e desempenhou um papel de prevenção de conflitos, mas a dura realidade da instabilidade política não foi ultrapassada.

O regresso à ordem constitucional em 2014 criou uma dinâmica em torno de uma visão nacional para o desenvolvimento e para a construção da paz. Esta janela de oportunidade foi perdida e o país mergulhou noutra crise que levou à intervenção da CEDEAO. O Acordo de Conacri de 2016 e o seu período transitório previsto de governo inclusivo, reformas institucionais de longo alcance e uma mesa redonda nacional foi também uma janela de oportunidade perdida. Uma vez assinado o acordo, a crise continuou. Exemplos de outras oportunidades perdidas incluem a Conferência de Estabilidade de 2016 e o Pacto de Estabilidade de 2019, que teve o valor acrescentado de uma forte mobilização da sociedade civil.

A maior conquista da Missão Política da ONU na Guiné-Bissau foi gerar uma consciência generalizada de que é necessário procurar uma multiplicidade de pontos de entrada para enfrentar a complexidade da instabilidade do país, e que a paz e a estabilidade são da responsabilidade de todos os actores nacionais. A este respeito, a formação e os esforços de desenvolvimento de capacidades têm sido cruciais para envolver estes actores. A ONU está consciente de que os esforços devem continuar. É por isso que a partida do UNIOGBIS não constitui um abandono, mas sim um reposicionamento da ONU para um compromisso a longo prazo com as prioridades de construção da paz definidas em torno das causas do conflito, factores de instabilidade e capacidades de paz.

Com as eleições presidenciais a encerrar o ciclo eleitoral de 2019, as expectativas eram altas para uma paz e estabilidade sustentáveis, para a coesão e reconciliação nacional, para um consenso político em torno de uma agenda de reformas, e para responder às exigências de desenvolvimento. Contudo, estas não se materializaram e a crise pós-eleitoral e as incertezas políticas amplificaram a atmosfera de profunda desconfiança e posições polarizadas entre os actores políticos.

O maior desafio continua a ser, a falta de compreensão pela elite política, de que a política é mais do que a luta pelo controlo político sobre os recursos. Esta têm de compreender que o bolo ficaria maior e não menor com um envolvimento inclusivo no sentido de um pacto não partidário de paz e desenvolvimento. Em simultâneo, a partida da Missão Política da ONU inclui a mensagem de que a apropriação nacional é o único caminho possível para uma solução.

A vantagem única da Guiné-Bissau é o alinhamento dos actores internacionais no apoio ao papel da CEDEAO. O seu empenho e determinação têm mantido o foco na necessidade de estabilidade e em manter a questão no topo da agenda da comunidade internacional.

Mission structure and leadership

SRSG Miguel Trovoada, UN Day at ANP 2015 © UNIOGBIS

Estrutura da missão e liderança

The Political Mission in Guinea-Bissau spanned the mandates of three UN secretaries-general: Kofi Annan, Ban Ki-moon and António Guterres. From the establishment of UNOGBIS in 1999 under Nana Sinkan (Cameroon), until the closure of UNIOGBIS in December 2020 under Rosine Sori-Coulibaly (Burkina Faso), political stabilization and peace consolidation efforts in Guinea-Bissau were led successively by 10 representatives or special representatives of the UN secretary-general (RSGs of SRSGs).

Rosine Sori-Coulibaly (Burkina Faso), Aug. 2019 - Dec. 2020
José Viegas Filho (Brazil), May 2018 - May 2019
Modibo Touré (Mali), May 2016 - May 2018
Miguel Trovoada (São Tomé), June 2014 - May 2016
José Ramos-Horta (Timor-Leste), January 2013 - June 2014
Joseph Mutaboba (Rwanda), February 2009 - January 2013
Shola Omoregie (Nigeria), October 2006 - December 2008
João Bernardo Honwana, (Mozambique) Sep. 2004 - Sep. 2006
David Stephen (United Kingdom), February 2002 - April 2004
Nana Sinkan (Cameroon), 1999 - 2002

The leadership was crucial at all stages of the political missions and served to bring together international partners and national stakeholders in a collaboration for peace and development.

Shola Omoregie, RSG from 2006-2008, recalled that “national and international stakeholders looked to the representatives of the Secretary-General to lead the peace efforts and address serious challenges confronting Guinea-Bissau, with a view to ending the cycle of violence.”

The structure and mandate of the UN missions evolved over the two decades. With the political deterioration following the assassinations in March 2009 of General Waie, and President Vieira, the Security Council saw the need for a stronger mandate which would unite all UN efforts in the country, and with resolution 1876, authorized UNIOGBIS to succeed UNOGBIS as of 1 January 2010.

A Missão Política na Guiné-Bissau abrangeu os mandatos de três secretários-gerais da ONU: Kofi Annan, Ban Ki-moon e António Guterres. Desde a criação do UNOGBIS em 1999 sob a direcção de Nana Sinkan (Camarões), até ao encerramento do UNIOGBIS em Dezembro de 2020 sob a direcção de Rosine Sori-Coulibaly (Burkina Faso), os esforços de estabilização política e consolidação da paz na Guiné-Bissau foram liderados sucessivamente por 10 representantes ou representantes especiais do secretário-geral da ONU (RSGs ou RESGs).

Rosine Sori-Coulibaly (Burkina Faso), agosto 2019 - dezembro 2020
José Viegas Filho (Brasil), maio 2018 - maio 2019
Modibo Touré (Mali), maio 2016 - maio 2018
Miguel Trovoada (São Tomé), junho 2014 - maio 2016
José Ramos-Horta (Timor-Leste), janeiro 2013 - junho 2014
Joseph Mutaboba (Ruanda), fevereiro 2009 - janeiro 2013
Shola Omoregie (Nigéria), outubro 2006 - dezembro 2008
João Bernardo Honwana, (Moçambique) set. 2004 – set. 2006
David Stephen (Reino Unido), fevereiro 2002 - abril 2004
Nana Sinkan (Camarões), 1999 - 2002

A liderança foi crucial em todas as fases das missões políticas e serviu para reunir parceiros internacionais e partes interessadas nacionais numa colaboração para a paz e para o desenvolvimento .

Shola Omoregie, RSG de 2006-2008, recordou que "as partes interessadas nacionais e internacionais esperavam que os representantes do Secretário-Geral liderassem os esforços de paz e enfrentassem os sérios desafios com que a Guiné-Bissau se confrontava, com vista a pôr fim ao ciclo de violência.”

A estrutura e o mandato das missões da ONU evoluíram ao longo das duas décadas. Com a deterioração política após os assassinatos do General Waie, em Março de 2009, e do Presidente Vieira, o Conselho de Segurança viu a necessidade de um mandato mais forte que unisse todos os esforços da ONU no país e, com a resolução 1876, autorizou o UNIOGBIS a suceder ao UNOGBIS a partir de 1 de Janeiro de 2010.

The newly-established UNIOGBIS was integrated into the structure and work of the UN agencies, funds and programmes present in the country. With the SRSG as top UN official, a deputy SRSG would have a dual role as Resident Coordinator of the UN Country Team. The various UN entities would engage in joint activities and operations. UNIOGBIS personnel would be re-enforced with UN police and military advisers to help assist the country with security sector reform and to build capacity in law enforcement and justice institutions. The Mission was organized into four pillars: political affairs, rule of law and security institutions, human rights and gender, and public information.

Similar difficulties were faced by RSGs Shola J. Omoregie (Nigeria, October 2006 to December 2008) and Honwana (Mozambique, September 2004 - September 2006).

They each found “a dysfunctional and profoundly divided political class, driven by narrowly defined and antagonistic group interests, in the absence of ideologies or visions for the present and the future of the country,” as described by Mr. Honwana.

Reaching out to that political elite and keeping them focused on national priorities above partisan or personal interests was a challenge that continued throughout the 20 years of the UN political mission and its stabilization efforts.

“My constant message was to appeal to the various stakeholders to place the interest of the country above individual, tribal and group interests. In addition to constant engagement of national and international stakeholders, I also utilized the enormous good will from regional organizations, for example, ECOWAS and the CPLP, and countries in the region such as Cape Verde, Nigeria and Senegal, to tackle national reconciliation, as well as drug trafficking and organized crime, which posed the most serious threats to the peace and stability of the country,” recalled Mr. Omoregie.

Successive Mission leadership made use of the partnerships to advocate international support for Guinea-Bissau, including resource mobilization from donor partners, in order to assist the Government and implement national action plans and projects, as funds available to the Mission were limited.

O recém-estabelecido UNIOGBIS foi integrado na estrutura e trabalho das agências, fundos e programas da ONU presentes no país. Com o RESG como principal funcionário da ONU, um RESG adjunto teria um duplo papel como Coordenador Residente da Equipa de País da ONU. As várias entidades da ONU envolver-se-iam em actividades e operações conjuntas. O pessoal do UNIOGBIS seria reforçado com conselheiros policiais e militares da ONU para auxiliar o país na reforma do sector da segurança e no desenvolvimento de capacidades nas instituições de aplicação da lei e justiça. A Missão estava organizada em quatro pilares: assuntos políticos, instituições do Estado de direito e de segurança, direitos humanos e de género, e informação pública.

Dificuldades semelhantes foram enfrentadas pelos RSGs Shola J. Omoregie (Nigéria, Outubro de 2006 a Dezembro de 2008) e Honwana (Moçambique, Setembro de 2004 a Setembro de 2006).
Estes encontraram "uma classe política disfuncional e profundamente dividida, impulsionada por interesses de grupo estritamente definidos e antagónicos, na ausência de ideologias ou visões para o presente e para o futuro do país”, tal como descrito pelo Sr. Honwana.

Chegar a essa elite política e mantê-la concentrada nas prioridades nacionais acima dos interesses partidários ou pessoais foi um desafio que continuou ao longo dos 20 anos da missão política da ONU e dos seus esforços de estabilização.

"A minha mensagem constante consistia em apelar aos vários interessados para que colocassem o interesse do país acima dos interesses individuais, tribais e grupais. Para além do constante envolvimento dos intervenientes nacionais e internacionais, dei também uso à enorme boa vontade das organizações regionais, por exemplo, da CEDEAO e da CPLP, e de países da região como Cabo Verde, Nigéria e Senegal, para enfrentar a reconciliação nacional, assim como o tráfico de droga e o crime organizado, que constituíam as mais graves ameaças à paz e à estabilidade do país", recordou o Sr. Omoregie.

A sucessiva liderança da Missão utilizou as parcerias para defender o apoio internacional à Guiné-Bissau, incluindo a mobilização de recursos dos parceiros doadores, a fim de ajudar o Governo e implementar planos de acção e projetos nacionais, uma vez que os fundos disponíveis para a Missão eram limitados.

Joseph Mutaboba

SRSG (February 2009 to January 2013).

Defining the real problem in Guinea-Bissau

Rwandan diplomat, Joseph Mutaboba was the longest serving SRSG in Guinea-Bissau. His tenure began with one of the most difficult moments in the history of the country – the assassinations in March 2009 of both the President and Armed Forces chief which took place just as he was beginning his assignment. Later, he was instrumental in coordinating UN and partner efforts to assist Guinea-Bissau to restore constitutional order following the military coup of April 2012.

What were the main challenges you faced during your tenure?

The main challenges were political and security related. The double assassinations on the evening of 1 March and in early hours of 2 March 2009 of General Waie and President Vieira called for urgent handling, as this turbulence was a real challenge to peace consolidation in Guinea-Bissau, a country characterized by recurrent problems.

Political divisions and difficulties of cohabitation among national political actors were constant. Ongoing challenges included deep inter-party and intra-party divisions involving the ruling party PAIGC and the opposition PRS; a succession since 2007 of four governments and four prime ministers; two attempted coups d'état and rivalries within the military high command; and an assassination attempt in 2008 against the President.

Finally, finding the real source of Guinea-Bissau's recurrent problems and conveying this correctly to the UN Secretariat were also challenges.

What were the Mission's biggest achievements during your mandate?

We reached a definition of the real problem in Guinea-Bissau i.e. opportunistic alliances between and amongst politicians, the military and members of the civil society. I exposed this state of things and talked about it when addressing national and international partners….to agree on what course of action to take together to tackle the issues…

Daring and succeeding to put the President (Malam Bacai Sanhá) and the Prime Minister (Carlos Gomes Júnior) in the same room and interact with them for a good three hours was and remains the best personal achievement in political mediation (of) my presence, as it led to agreement on a political dialogue to settle issues, instead of remaining stalemated (regarding) the alleged constitutional rights of each of them, stalemates that continue to hamper proper progress even today.

The raising of national and international awareness regarding the phenomenon of drug trafficking and organized crime, as well as getting national and international partners coerced into fighting those crimes (was another achievement).

Joseph Mutaboba

RESG (fevereiro de 2009 a janeiro de 2013)

Definindo o verdadeiro problema na Guiné-Bissau

O seu mandato iniciou com um dos momentos mais difíceis da história do país - o assassinato em Março de 2009 do Presidente e do Chefe das Forças Armadas, que ocorreu precisamente quando este iniciava a sua missão. Mais tarde, foi fundamental na coordenação dos esforços da ONU e dos parceiros para ajudar a Guiné-Bissau a restaurar a ordem constitucional após o golpe militar de Abril de 2012.

Quais foram os principais desafios que enfrentou durante o seu mandato?

Os principais desafios foram de natureza política e de segurança. Os duplos assassinatos na noite de 1 de Março e na madrugada de 2 de Março de 2009 do General Waie e do Presidente Vieira exigiram actuação urgente, pois esta turbulência constitui um verdadeiro desafio à consolidação da paz na Guiné-Bissau, um país caracterizado por problemas recorrentes.

As divisões políticas e as dificuldades de coexistência entre os atores políticos nacionais eram constantes. Os desafios em curso incluíam profundas divisões inter e intrapartidárias, envolvendo o partido no poder, PAIGC, e o PRS da oposição; uma sucessão, desde 2007, de quatro governos e quatro primeiros-ministros; duas tentativas de golpe de estado e rivalidades no seio do alto comando militar; e uma tentativa de assassinato em 2008 contra o Presidente.

Finalmente, encontrar a verdadeira fonte dos problemas recorrentes da Guiné-Bissau e transmiti-la correctamente ao Secretariado da ONU constituíram também desafios .

Quais foram as maiores conquistas da Missão durante o seu mandato?

Alcançamos uma definição do verdadeiro problema na Guiné-Bissau, ou seja, alianças oportunistas entre políticos, militares e membros da sociedade civil. Expus este estado das coisas e falei sobre o mesmo quando me dirigi aos parceiros nacionais e internacionais… para chegar a acordo sobre que rumo tomar em conjunto para enfrentar os problemas… Ousar e conseguir colocar o Presidente (Malam Bacai Sanhá) e o Primeiro-Ministro (Carlos Gomes Júnior) na mesma sala e interagir com os mesmos durante umas boas três horas foi e continua a ser a melhor conquista pessoal na mediação política (da) minha presença, pois conduziu a um acordo sobre um diálogo político para resolver os problemas, em vez de permanecer num impasse (em relação) aos alegados direitos constitucionais de cada um deles, impasses que ainda hoje continuam a impedir um progresso adequado.

A sensibilização nacional e internacional para o fenómeno do tráfico de droga e do crime organizado, assim como a coerção de parceiros nacionais e internacionais para combater esses crimes (foi outra conquista).

“As I told the Secretary-General during my final debriefing…. The resources committed to fulfilling UNOGBIS’ mandate were grossly inadequate, therefore prolonging the Mission’s presence in Guinea-Bissau,” recalled Mr. Omoregie.

Although the Security Council established the integrated office only after 2009, strategies to adopt a more coordinated and effective approach across the UN and regional systems had been designed starting in 2005. Under Mr. Honwana, the Mission enlarged the stakeholders’ base and the engagement of women. In December 2007, during the tenure of Mr. Omoregie, Guinea-Bissau was placed on the agenda of the UN Peacebuilding Commission, which provided a vital avenue for resource mobilization through the Peacebuilding Fund which financed various projects implemented over the years.

The then Prime Minister Martinho Dafa Cabi’s request to Secretary-General Ban for PBF help in 2008 had succeeded. However, when he presented a poverty reduction strategy to a round table of donors in Geneva, he was unable to muster enough resources to move forward with State reforms.

“If the international community fails to provide the required assistance, Guinea-Bissau runs the risk of continuing in a downward spiral, with all the related social and political consequences that one can imagine in terms of threats to human security and peace, (to the) whole sub-region” as well, Dafa Cabi warned.

"Como disse ao Secretário-Geral na minha reunião de balanço final… Os recursos empenhados no cumprimento do mandato do UNOGBIS foram manifestamente insuficientes, prolongando assim a presença da Missão na Guiné-Bissau", recordou o Sr. Omoregie.

Embora o Conselho de Segurança tenha apenas criado o gabinete integrado após 2009, as estratégias para adoptar uma abordagem mais coordenada e eficaz em toda a ONU e sistemas regionais tinham sido concebidas a partir de 2005. Sob o mandato do Sr. Honwana, a Missão alargou a base de partes interessadas e o envolvimento de mulheres. Em Dezembro de 2007, durante o mandato do Sr. Omoregie, a Guiné-Bissau foi colocada na agenda da Comissão de Construção da Paz da ONU, o que proporcionou uma via vital para a mobilização de recursos através do Fundo de Construção da Paz que financiou vários projetos implementados ao longo dos anos.

O pedido do então Primeiro-Ministro Martinho Dafa Cabi ao Secretário-Geral Ban de ajuda ao PBF em 2008 tinha sido bem-sucedido. Contudo, quando apresentou uma estratégia de redução da pobreza a uma mesa redonda de doadores em Genebra, não foi capaz de reunir recursos suficientes para avançar com as reformas do Estado.

"Se a comunidade internacional não prestar a assistência necessária, a Guiné-Bissau corre o risco de continuar numa espiral descendente, com todas as consequências sociais e políticas relacionadas que se podem imaginar em termos de ameaças à segurança humana e à paz, (em) toda a sub-região” advertiu também Dafa Cabi.

Left and rigth: Roundtable of donors for Guinea-Bissau, Brussels, March 2015 ©UNIOGBIS

The engagement with the PBC was complimentary to UNOGBIS' overall strategy for peacebuilding as it helped to address the country's social and political challenges. Upon the PM's request, Guinea-Bissau received an initial grant from the Peacebuilding Fund of $6 million for four short-term projects in electoral support, youth employment, rehabilitation of prisons and rehabilitation of military barracks.

However, a new cycle of instability culminating with the assassination of President Vieira in 2009 and the coup of 2012 put the country once again in an emergency and transition mode and the Commission suspended further access to its Fund.

O envolvimento com a PBC foi complementar à estratégia global do UNOGBIS para a construção da paz, pois ajudou a enfrentar os desafios sociais e políticos do país. A pedido do PM, a Guiné-Bissau recebeu uma subvenção inicial do Fundo de Construção da Paz de 6 milhões de dólares para quatro projectos a curto prazo de apoio eleitoral, emprego de jovens, reabilitação das prisões e reabilitação dos quartéis militares.

No entanto, um novo ciclo de instabilidade que culminou no assassinato do Presidente Vieira em 2009 e no golpe de Estado de 2012, colocou o país novamente em modo de emergência e transição e a Comissão suspendeu o acesso ao seu Fundo.

Meeting of the Group of Five (P5), hosted by AU Ambassador, Ovideo Pequeno © UNIOGBIS

Two years later, following the completion of another electoral cycle in April/May 2014, donors at a 2015 round table in Brussels pledged $1.5 billion to the national strategic development plan “Terra Ranka.” When the chair of the Guinea-Bissau Configuration of the Peacebuilding Commission, Antonio Patriota, visited Bissau the following month, he noted that the country had been given an “historic opportunity” to advance its agenda of reforms and turn the page on instability.

“One of the keys to stability is the reform of the defence and security sector,” he said when announcing a new plan on national reconciliation. Implementation of that plan, signed in May 2016, was again hampered by the ongoing political crisis during which tensions between the Government and political parties paralyzed the Parliament.

The UN Mission’s engagement with key partners and a broad range of stakeholders was key to overcoming the successive impasses. ECOWAS-led mediation, supported by the other partners in the Group of Five (CPLP, AU, EU and UN) prevented the crises from sliding into conflict.

“The Group of Five contributed to smooth the high-level political uncertainty and hidden rivalries between factions (mainly ethnic groups), possibly avoiding turmoil and unrest in the country. It also contributed to mediation efforts during the high-tension crisis periods,” said Sonia Neto, EU ambassador to Guinea-Bissau.

Dois anos mais tarde, após a conclusão de outro ciclo eleitoral em Abril/Maio de 2014, os doadores, durante uma mesa redonda em Bruxelas, em 2015, prometeram 1,5 mil milhões de dólares para o plano estratégico nacional de desenvolvimento "Terra Ranka". Quando o presidente da Comissão de Construção da Paz para Guiné-Bissau, Antonio Patriota, visitou Bissau no mês seguinte, observou que tinha sido oferecida ao país uma "oportunidade histórica" para avançar com a sua agenda de reformas e virar a página sobre a instabilidade.

"Uma das chaves da estabilidade é a reforma do sector da defesa e segurança”, disse ao anunciar um novo plano de reconciliação nacional. A implementação desse plano, assinado em Maio de 2016, foi novamente dificultada pela crise política em curso, durante a qual as tensões entre o Governo e os partidos políticos paralisaram o Parlamento.

O envolvimento da Missão da ONU com parceiros-chave e uma vasta gama de intervenientes foi fundamental para ultrapassar os sucessivos impasses. A mediação liderada pela CEDEAO, apoiada pelos outros parceiros do Grupo dos Cinco (CPLP, UA, UE e ONU) impediu que as crises resultassem em conflito.

"O Grupo dos Cinco contribuiu para suavizar a incerteza política de alto nível e as rivalidades ocultas entre facções (principalmente grupos étnicos), evitando possivelmente tumultos e agitação no país. Contribuiu também para os esforços de mediação durante os períodos de crise de alta tensão", disse Sonia Neto, embaixadora da UE na Guiné-Bissau.

Political leaders in Conakry political © UNIOGBIS

SRSG Modibo Toure and DPPA Director Abdel-Fatau Musah © UNIOGBIS

SRSG Miguel Trovoada (2014–2016) recalled the importance of this close partnership with the international community in Guinea-Bissau.

“I set up monthly meetings (and more, if necessary) of representatives of these missions at the headquarters of UNIOGBIS, as an informal framework for exchanging information, analyzing the evolution of the local situation and harmonizing of common positions, with a view to contributing to the search for political and institutional stabilization of the country, in compliance with the democratic rule of law and the defence of human rights,” recalled Mr. Trovoada. Concerned that Bissau’s instability could infect the sub-region, he also met regularly with heads of state from neighboring countries, in particular President Macky Sall, from Senegal, then President in office of the ECOWAS Commission and President Alpha Condé, of Guinea, the ECOWAS mediator for Guinea-Bissau.

This approach was followed by SRSG Modibo Touré and led to the signing of the Conakry Agreement in 2016. However, implementation of the Agreement has been hampered by disagreements among the political elite, leading to renewed pressure from a united international community, led by ECOWAS.

PT
EN

O RESG Miguel Trovoada (2014-2016) recordou a importância desta estreita parceria com a comunidade internacional na Guiné-Bissau.

"Eu organizava reuniões mensais (e mais frequentes, se necessário) dos representantes destas Missões na sede do UNIOGBIS, como fórum informal para troca de informações, análise da evolução da situação no terreno e harmonização de posições comuns, com vista a contribuir para a procura da estabilização política e institucional do país, no respeito pelo Estado de direito democrático e pela defesa dos direitos humanos", recordou o Sr. Trovoada. Preocupado com o facto da instabilidade de Bissau poder infectar a sub-região, reuniu-se também regularmente com Chefes de Estado dos países vizinhos, em particular com o Presidente Macky Sall, do Senegal, então Presidente em exercício da Comissão da CEDEAO e o Presidente Alpha Condé, da Guiné, mediador da CEDEAO para a Guiné-Bissau.

Esta abordagem foi seguida pelo RESG Modibo Touré e conduziu à assinatura do Acordo de Conacri em 2016. Contudo, a implementação do Acordo foi dificultada por desacordos entre a elite política, levando a uma renovada pressão de uma comunidade internacional unida, liderada pela CEDEAO.

Departure of Guinea Bissau political leaders to Conackry on UN flight, 2016 © UNIOGBIS

From leadership to the people: the turn towards civil society

Da liderança para o povo: a viragem para a sociedade civil

Faced with resistance at the leadership level of the country, UNIOGBIS, the Peacebuilding Commission and the UN Country Team adopted a bottom-up approach, guiding the Peacebuilding Fund to support civil society initiatives for reconciliation and the promotion of good citizenship. The Mission's engagement with civil society strengthened community-led conflict resolution and empowered previously marginalized groups.

The Mission worked with the Organizing Commission for the National Conference, created by the National Assembly in 2009 and revived in 2015, to engage in broad consultations with thousands of Bissau-Guineans on the root causes of conflict and reconciliation. Discussions and mediation often led by women's groups were said to have improved social cohesion.

This approach, in collaboration with the Group of Five, played an enhanced role in the peace consolidation process and resources mobilization, helping to build much-needed political will on the part of national stakeholders and the commitment of the wider society in Guinea-Bissau.

EU Ambassador Neto said the international partners were well-aware of the need to ensure the engagement of both authorities and local people: "Supported by technical and financial efforts of its members, the Group of Five has always accompanied national institutions and backed the involvement of civil society, contributing to national reconciliation and enabling the realization of democratic elections…."

It was the combination of those top-level partnerships and grassroots social mobilization which allowed the organization of peaceful elections in 2019 which, until the post-election dispute among the top contenders, had proceeded smoothly.

Face à resistência ao nível da liderança do país, o UNIOGBIS, a Comissão de Construção da Paz e a Equipa de País da ONU adoptaram uma abordagem ascendente, orientando o Fundo de Construção da Paz a apoiar iniciativas da sociedade civil para a reconciliação e a promoção da boa cidadania. O envolvimento da Missão com a sociedade civil reforçou a resolução de conflitos pela comunidade e capacitou grupos anteriormente marginalizados.

A Missão trabalhou com a Comissão de Organização da Conferência Nacional, criada pela Assembleia Nacional em 2009 e reavivada em 2015, de modo a iniciar amplas consultas com milhares de bissau-guineenses sobre as causas profundas do conflito e da reconciliação. As discussões e mediações frequentemente realizadas por grupos de mulheres foram consideradas como tendo melhorado a coesão social.

Esta abordagem, em colaboração com o Grupo dos Cinco, desempenhou um papel reforçado no processo de consolidação da paz e mobilização de recursos, ajudando a construir a tão necessária vontade política por parte dos intervenientes nacionais e o empenho da sociedade geral na Guiné-Bissau.

A Embaixadora da UE, Sónia Neto, afirmou que os parceiros internacionais estavam bem conscientes da necessidade de assegurar o envolvimento tanto das autoridades como da população local: "Apoiado pelos esforços técnicos e financeiros dos seus membros, o Grupo dos Cinco tem sempre acompanhado as instituições nacionais e apoiado o envolvimento da sociedade civil, contribuindo para a reconciliação nacional e permitindo a realização de eleições democráticas...".

Foi a combinação dessas parcerias de alto nível e da mobilização social de base que permitiu a organização de eleições pacíficas em 2019 que, até à disputa pós-eleitoral entre os principais concorrentes, decorreram sem problemas.

Good offices and political dialogue: The need to talk

Opening of Stability Conference at the National People's Assembly (ANP) 2016 ©UNIOGBIS

Bons ofícios e diálogo político: A necessidade de conversar

Good offices

Bons ofícios

SRSG Ramos Horta inaugurates UNIOGBIS regional office in Bafata, 2013 © UNIOGBIS

“Good offices” functions of successive representatives of the UN Secretary -General were an important tool for the Mission from its inception. Mission leadership employed their skills to strengthen collaborative engagements with interlocutors or intervene in resolving political crises. Such engagements resulted in diverse interactions with national and international partners throughout the life of the Mission.

PT
EN

A função de "bons ofícios" dos sucessivos representantes do Secretário-Geral da ONU foi um instrumento importante para a Missão desde o seu início. A liderança da Missão e as suas capacidades para reforçar os compromissos de colaboração com os interlocutores ou intervir na resolução de crises políticas. Tal empenho resultou em diversas interacções com parceiros nacionais e internacionais ao longo da vida da Missão.

SRSG Trovoada (2014-2016)

The role of good offices

The role of "good offices" is not easy. It is very delicate in periods of intense political tension where each side, locked in its certainties and blinded by mistrust, tends to consider the negative, and therefore, to reject any idea which does not abound in their direction. There was no shortage of challenges, and I was fully aware of them, accepting this burden.

I knew Guinea-Bissau relatively well…I still have friends there, still committed to active politics, dating back to the time of the common anti-colonial struggle. If, on the one hand, these friendships were an advantage, on the other, they made me, a priori, suspect and suspicious of partiality….My former functions, at the head of my country, placed me in the situation of the ex-member of a ‘club’ with which I was supposed to remain ‘united.’

For a national of a Portuguese-speaking country of Central Africa to carry out an international mission of good offices, and to help the political and institutional stabilization of another Portuguese-speaking country of West Africa, anchored in a geopolitical environment of different linguistic and cultural movements, was also a significant challenge. Despite all that, I left office aware that I had done everything within my reach to help maintain the vital signs of democracy and the rule of law and to prevent the country from getting out of control, towards chaos and despair.

And despite the vicissitudes of the present, I am sure that the Bissau-Guinean people, who waged in the past a victorious struggle for national independence, will be able to draw from their own genius the resources necessary to (find), with courage, confidence and determination, the path to a future of progress and well-being, in unity, justice and peace.

Miguel Trovoada, former President of Sao Tomé and Príncipe

RESG Trovoada (2014-2016)

O papel dos bons ofícios

O papel dos "bons ofícios" não é fácil. É muito delicado em períodos de tensão política intensa nos quais cada lado, fechado nas suas certezas e cego pela desconfiança, tende a considerar o negativo e, portanto, a rejeitar qualquer ideia que não abunde na sua direcção.

Não faltaram desafios, e eu estava plenamente consciente dos mesmos, aceitando este fardo.

Conhecia relativamente bem a Guiné-Bissau.... Ainda tenho lá amigos, ainda empenhados na política activa, que remontam ao tempo da luta anticolonial comum. Se, por um lado, estas amizades eram uma vantagem, por outro, faziam-me, a priori, suspeitar e suspeito de parcialidade… As minhas funções anteriores, na liderança do meu país, colocavam-me na situação de ex-membro de um “clube” com o qual era suposto eu permanecer “unido”.

Para um cidadão de um país lusófono da África Central, realizar uma missão internacional de bons ofícios e ajudar à estabilização política e institucional de outro país lusófono da África Ocidental, ancorado num ambiente geopolítico de diferentes movimentos linguísticos e culturais, foi também um desafio significativo. Apesar de todo o anterior, deixei o cargo consciente de ter feito tudo ao meu alcance para ajudar a manter os sinais vitais da democracia e do Estado de direito e para evitar que o país fugisse do controlo, rumo ao caos e ao desespero.

E apesar das vicissitudes do presente, estou certo de que o povo bissau-guineense, que travou no passado uma luta vitoriosa pela independência nacional, será capaz de retirar do seu próprio génio os recursos necessários para (encontrar), com coragem, confiança e determinação, o caminho para um futuro de progresso e bem-estar, em união, justiça e paz.

Miguel Trovoada, ex-presidente de São Tomé e Príncipe

During his tenure from 2006 through 2008, SRSG Shola Omoregie “used good offices to engage in constant advocacy and resource mobilization to raise bilateral financial assistance and resources from UN headquarters to support Guinea-Bissau in advancing the overall peace process,” as recalled the Nigerian diplomat.

At several fund-raising round tables, he stressed the country’s needs and appealed for solutions and funds to combat drug trafficking and organized crime, which during his tenure impacted both the mandate of UNOGBIS and the peace process. He lobbied successfully to enable the UN Office on Drug and Crime (UNODC) to open an office in Bissau.

SRSG Shola Omoregie with SG Ban Ki-Moon, 2009 © UN Photo

Durante o seu mandato de 2006 a 2008, o RESG Shola Omoregie "utilizou bons ofícios para se empenhar na constante defesa e mobilização de recursos para angariar assistência financeira bilateral e recursos da sede da ONU para apoiar a Guiné-Bissau no avanço do processo de paz global", tal como recordado pelo diplomata nigeriano.

Em várias mesas redondas de angariação de fundos, salientou as necessidades do país e apelou a soluções e fundos para combater o tráfico de droga e o crime organizado, o que durante o seu mandato teve impacto tanto no mandato do UNOGBIS como no processo de paz. Fez lóbi com sucesso para permitir ao Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) abrir um gabinete em Bissau.

His successor, SRSG Joseph Mutaboba, employed good offices to intervene after the military arrested Prime Minister Gomes Júnior during an uprising in April 2010. The SRSG facilitated a dialogue between the then Government and Armed Forces, which resulted in an easing of tensions and the release of Gomes Júnior from detention.

Similarly, the footprint of SRSG José Ramos-Horta —the Nobel Prize winner who had just left office as President of Timot-Leste-- will be forever engraved in the memories of Guinea-Bissau’s relations with the UN. He began his assignment in January 2013, when the country was still reeling from the April 2012 coup d’état. He focused his efforts on building resilient mediation partnerships and structures, particularly with the lead mediator of ECOWAS, which was critical in creating dialogue between the political parties and military on restoring constitutional order. The UN facilitated a series of engagements with national actors and ECOWAS in order to reset the political stage for a transitional government and allow for subsequent preparations for general elections.

O seu sucessor, o RESG Joseph Mutaboba, empregou bons ofícios para intervir após a detenção militar do Primeiro-ministro Gomes Júnior durante uma revolta em Abril de 2010. O RESG facilitou o diálogo entre o então Governo e as Forças Armadas, o que resultou num abrandamento das tensões e na libertação de Gomes Júnior.

De igual modo, a pegada do RESG José Ramos-Horta - o Prémio Nobel que acabara de deixar o cargo de Presidente de Timor-Leste - ficará para sempre gravada na memória das relações da Guiné-Bissau com a ONU. Começou a sua missão em Janeiro de 2013, quando o país ainda estava a recuperar do golpe de Estado de Abril de 2012. Concentrou os seus esforços na construção de parcerias e estruturas de mediação resilientes, particularmente com o mediador principal da CEDEAO, o que foi crítico na criação de um diálogo entre os partidos políticos e militares sobre o restabelecimento da ordem constitucional. A ONU facilitou uma série de compromissos com actores nacionais e com a CEDEAO, a fim de restabelecer o cenário político para um governo de transição e permitir os preparativos subsequentes para as eleições gerais.

SRSG Ramos-Horta played a crucial role, both directly and indirectly, in the organization of the 2014 general elections and the subsequent acceptance of the results. Reaching out to international donors, he helped mobilize much-needed resources for the elections.

SRSG Ramos Horta visiting school, 2013 © UNIOGBIS

> *"In the post-election period, the winners and losers of the dispute become committed partners in a single cause: that of rebuilding the State towards political normalization, and relaunching the socioeconomic development of Guinea-Bissau."*
>
> SRSG Ramos-Horta in his 'open letter to Guinean brothers,' 4 May 2014

O RESG Ramos-Horta desempenhou um papel crucial, tanto directa como indirectamente, na organização das eleições gerais de 2014 e na subsequente aceitação dos resultados. Chegando aos doadores internacionais, ajudou a mobilizar os recursos muito necessários para as eleições.

SRSG Ramos Horta before elections 2014 © UNIOGBIS

> *"No período pós-eleitoral, os vencedores e vencidos da disputa tornam-se parceiros empenhados numa única causa: a reconstrução do Estado para a normalização política e o relançamento do desenvolvimento socioeconómico da Guiné-Bissau."*
>
> SRSG Ramos-Horta na sua 'carta aberta aos irmãos guineenses', 4 de maio de 2014

PT
EN

The population responded with appreciation for the international community's readiness to support the electoral process. Following a brief dispute about the second-round results, Mr. Ramos-Horta used good offices mediation and shuttle diplomacy between the two leading parties, PAIGC and APU-PDGB, and their presidential candidates. Both promised to accept the results at a ceremony organized by the transitional president, Serifo Nhamadjo on 30 April 2014.

"UNIOGBIS played an important role in mobilizing resources and coordinating partners, as well as promoting synergies in electoral assistance, with the constitution of an integrated unit of electoral experts, focused on addressing the difficulties faced during the electoral cycles and developing the capacities of the stakeholders in the electoral process," recalled José Malam Djassi, UNDP advisor for elections.

UNIOGBIS' support for a National Dialogue on Stability was also critical. Held at the National Assembly in Bissau in May 2016, the occasion gathered more than 200 participants including political parties and actors, civil society organizations, religious authorities and traditional leaders.

Opening the conference, SRSG Trovoada noted several previous attempts at national dialogue over the years, which had sought ways to stabilize the country. Only now were all key national stakeholders participating.

The interactive engagement resulted eventually in the Bissau six-point roadmap which became the basis of the 2016 Conakry Agreement, the primary framework for a peaceful resolution of the long political crisis. Moreover, the regular shuttle diplomacy of the Mission's SRSGs in the sub-region with ECOWAS leaders contributed to their deeper involvement in searching for mechanisms to resolve the instability in Guinea-Bissau.

The Mission's good offices helped authorities prepare for elections once more in 2019, when the organization of legislative and presidential elections again faced considerable challenges. UNIOGBIS, under SRSG Sori-Coulibaly's leadership, provided a coordinating platform to review election preparations and intervened when necessary to resolve critical differences amongst political actors in order to keep the process on track.

A população respondeu com apreço pela prontidão da comunidade internacional em apoiar o processo eleitoral. Após uma breve disputa sobre os resultados da segunda volta, Ramos-Horta recorreu à mediação de bons ofícios e à diplomacia de vaivém entre os dois principais partidos, PAIGC e APU-PDGB, e os seus candidatos presidenciais. Ambos prometeram aceitar os resultados numa cerimónia organizada pelo presidente de transição, Serifo Nhamadjo, a 30 de Abril de 2014.

"O UNIOGBIS desempenhou um papel importante na mobilização de recursos e na coordenação de parceiros, assim como na promoção de sinergias na assistência eleitoral, com a constituição de uma unidade integrada de peritos eleitorais, centrada na abordagem das dificuldades enfrentadas durante os ciclos eleitorais e no desenvolvimento das capacidades dos intervenientes no processo eleitoral", recordou José Malam Djassi, conselheiro do PNUD para as eleições.

O apoio do UNIOGBIS a um Diálogo Nacional sobre Estabilidade foi também crítico. Realizado na Assembleia Nacional em Bissau em Maio 2016, a ocasião reuniu mais de 200 participantes, incluindo partidos e actores políticos, organizações da sociedade civil, autoridades religiosas e líderes tradicionais.

Aquando da abertura da conferência, o RESG Trovoada registou várias tentativas anteriores de diálogo nacional ao longo dos anos, que tinham procurado formas de estabilizar o país. Só naquele momento é que todos os principais intervenientes nacionais estavam a participar.

O compromisso interactivo resultou eventualmente no roteiro de seis pontos de Bissau que se tornou a base do Acordo de Conacri de 2016, o principal quadro para uma resolução pacífica da longa crise política. Além disso, a diplomacia regular dos RESGs da Missão na sub-região com os líderes da CEDEAO contribuiu para o seu envolvimento mais profundo na procura de mecanismos para resolver a instabilidade na Guiné-Bissau.

Os bons ofícios da Missão ajudaram as autoridades a prepararem-se de novo para as eleições de 2019, quando a organização das eleições legislativas e presidenciais enfrentou novamente desafios consideráveis. O UNIOGBIS, sob a liderança a RESG Sori-Coulibaly, proporcionou uma plataforma de coordenação para rever os preparativos eleitorais e interveio quando necessário para resolver diferenças críticas entre os actores políticos, a fim de manter o processo no bom caminho.

Besides deploying her good offices in leading the UN coordination that mobilized more than $10 million for the exercise, she co-chaired, with the president of the National Election Commission, monthly meetings of national and international partners which continually reviewed the status of preparations. They harmonized concerns and coordinated solutions, enhanced transparency, promoted common messaging and resolved critical challenges.

PT
EN

Para além de ter desempenhado os seus bons ofícios na liderança da coordenação da ONU, que mobilizou mais de 10 milhões de dólares para o exercício, co-presidiu, com o presidente da Comissão Nacional de Eleições, reuniões mensais de parceiros nacionais e internacionais que avaliaram continuamente o estado dos preparativos. Harmonizaram preocupações e coordenaram soluções, aumentaram a transparência, promoveram o envio de mensagens comuns e resolveram desafios críticos.

SRSG Viegas Filho, PM Aristides Gomes , UNDP Representantive, Gabriel Dava and EU Representantive Alexandre Gomes during signature of electoral Support project at EU © UNIOGBIS

Anselme Yabouri

UNIOGBIS *Chief Political Affairs (2016-2017)*

Sustaining peace by saving lives

Yabouri was UNIOGBIS Chief of Political Affairs in 2016-2017, serving with SRSG Modibo Touré as the Mission was helping prepare the ground for the signing of the Conakry Agreement.

What were the biggest challenges of the mediation leading up to the Agreement?

The crisis in Guinea-Bissau is, in a nutshell, a state-building crisis, which is common for countries that gained independence through liberation wars. The magnitude of the crisis here was even (greater) compared to other countries that followed the same path.

The crisis persevered since the country's independence and degenerated a few times into armed violence which claimed too many innocent lives and had a heavy toll on the development process and socioeconomic progress of the country, with destabilizing effects on international peace and stability and various threats, including transnational crime and terror networks.

This is what triggered the Secretary-General to recommend the deployment of UNIOGBIS. With enough good will from Guinea-Bissau stakeholders and expert facilitation by the international community, spearheaded by the UN-ECOWAS-AU-EU-CPLP quintet, significant results have been achieved, though efforts should continue to cement the hard-won gains.

What were the biggest achievements of the UN political missions in Bissau?

The UN Mission, in close synergy with key regional organizations, played a vital role in the sense that the deployment of UNIOGBIS together with ECOWAS and the international community, mitigated and prevented the outbreak of additional armed confrontations, thus providing a relatively peaceful atmosphere for the Bissau-Guinean political class and other stakeholders to engage in a meaningful process to restore and consolidate peace, security and stability for State institutions but also for political actors and the citizens at large.

With a cost-effective annual budget, the Mission provided assistance at strategic and technical levels to facilitate political and social dialogue and transitional processes (and) various peacebuilding/consolidation initiatives, in collaboration with the UN Country Team.

There are people who complain that the process appears too long, but what matters most is the actual achievement, which is sustaining peace by saving lives, consolidating national and regional peace, security and stability and enabling socioeconomic progress. In addition, a Bissau Guinean head of State finally made it through the term of his constitutional mandate and peacefully transferred power to his elected successor, another key parameter.

Anselme Yabouri

Chefe dos Assuntos Politicos do UNIOGBIS (2016-2017)

Manter a paz salvando vidas

Yabouri foi Chefe de Assuntos Políticos do UNIOGBIS em 2016-2017, durante o mandato do RESG Modibo Touré, num período em que a Missão estava a ajudar a preparar o terreno para a assinatura do Acordo de Conacri.

Quais foram os maiores desafios da mediação que conduziu ao Acordo?

A crise na Guiné-Bissau é, em suma, uma crise de construção do Estado, comum aos países que conquistaram a independência através de guerras de libertação. Aqui, a magnitude da crise foi ainda (maior) em comparação com outros países que seguiram o mesmo caminho. A crise persistiu desde a independência do país e degenerou algumas vezes em violência armada que ceifou demasiadas vidas inocentes e teve um pesado impacto no processo de desenvolvimento e progresso socioeconómico do país, com efeitos desestabilizadores na paz e estabilidade internacionais e várias ameaças, incluindo a criminalidade transnacional e as redes terroristas. Foi isto que levou o Secretário-Geral a recomendar o estabelecimento do UNIOGBIS. Com suficiente boa vontade das partes interessadas da Guiné-Bissau e facilitação especializada pela comunidade internacional, liderada pelo quinteto ONU-ECOWAS-AU-UE-CPLP, foram alcançados resultados significativos , embora os esforços devam continuar a cimentar os ganhos duramente conquistados.

Quais foram as maiores conquistas das missões políticas da ONU em Bissau?

A Missão da ONU, em estreita sinergia com as principais organizações regionais, desempenhou um papel vital no sentido em que a implantação do UNIOGBIS, juntamente com a CEDEAO e comunidade internacional, mitigou e impediu a eclosão de novos confrontos armados, proporcionando assim uma atmosfera relativamente pacífica para que a classe política bissau-guineense e outras partes interessadas se empenhassem num processo significativo para restaurar e consolidar a paz, a segurança e a estabilidade das instituições do Estado, mas também dos actores políticos e dos cidadãos em geral.

Com um orçamento anual modesto, a Missão prestou assistência a nível estratégico e técnico para facilitar o diálogo político e social e os processos de transição (e) várias iniciativas de construção/consolidação da paz, em colaboração com a Equipa do País da ONU.

Há pessoas que se queixam de que o processo parece demasiado longo, mas o mais importante é a conquista real, que consiste em sustentar a paz, salvando vidas, consolidando a paz nacional e regional, a segurança e a estabilidade e permitindo o progresso socioeconómico. Além disso, um Chefe de Estado bissau-guineense conseguiu, finalmente, concluir o período do seu mandato constitucional e transferiu pacificamente o poder para o seu sucessor eleito, outro parâmetro-chave.

Good offices and civil society: broadening the dialogue

Bons ofícios e sociedade civil: alargando o diálogo

Raising water in Jobel village led to land disputes addressed by women mediators © UNIOGBIS

UNIOGBIS' two-leveled approach to political dialogue intensified over the years and continued with Peacebuilding Fund support until the closure of the Mission, although COVID-19 restrictions in 2020 hampered interactions. The impact of the Mission's approach was evidenced by the increased quality of public debate, in the media and in political fora, during and outside electoral cycles and the increased level of awareness of the general population of the national priorities.

The Mission had been hosting and supporting conferences and workshops to raise public awareness and engagement for years. Between 2011 and 2017, UNIOGBIS partnered with the National Institute of Research and Studies on a series of conferences on the historical factors contributing to instability in Guinea-Bissau, constitutional review, defence and security reforms, reform of public administration and national reconciliation. These events contributed to raising public awareness while also serving to shape public opinion on the need for political stability as an essential ingredient for the implementation of State reforms.

Other workshops held around the country between 2016 and 2018 on democratic governance focused on sensitizing women and youth associated with civil society organizations, political parties and local communities.

Participants in such discussions began to contribute in matters of governance. They learned ways to monitor and contribute to legal and institutional reforms and policies aimed at strengthening governance, transparency and civic engagement. Results of these engagements included the adoption of a National Youth Policy agenda in 2018 and the gender Parity Law, approved by the National Assembly in November 2018, signed by the President and implemented during the 2019 legislative elections.

"The participation of youth in Guinea-Bissau has improved. They are mobilized and the fact that they are each working on their own projects does not shock me. They are all determined to promote a change towards increased representation in decision-making," said Filintu Salla, former president of the Youth Council.

A abordagem de dois níveis do UNIOGBIS ao diálogo político intensificou-se ao longo dos anos e continuou com o apoio do Fundo de Construção da Paz até ao encerramento da Missão, embora as restrições da COVID-19 em 2020 tenham dificultado as interacções. O impacto da abordagem da Missão foi evidenciado pelo aumento da qualidade do debate público, nos meios de comunicação social e nos fóruns políticos, durante e fora dos ciclos eleitorais e pelo aumento do nível de sensibilização da população em geral para as prioridades nacionais.

Há anos que a Missão acolhia e apoiava conferências e workshops para aumentar a sensibilização e o envolvimento do público. Entre 2011 e 2017, o UNIOGBIS associou-se ao Instituto Nacional de Investigação e Estudos sobre numa série de conferências sobre os factores históricos que contribuem para a instabilidade na Guiné-Bissau, revisão constitucional, reformas da defesa e da segurança, reforma da administração pública e reconciliação nacional. Estes eventos contribuíram para a sensibilização do público, servindo simultaneamente para moldar a opinião pública sobre a necessidade de estabilidade política como o ingrediente essencial para a implementação de reformas do Estado.

Outros workshops realizados em todo o país entre 2016 e 2018 sobre governação democrática centraram-se na sensibilização de mulheres e jovens associados a organizações da sociedade civil, partidos políticos e comunidades locais.

Os participantes em tais discussões começaram a contribuir em questões de governação. Aprenderam formas de monitorizar e contribuir para reformas e políticas legais e institucionais destinadas a reforçar a governação, a transparência e o envolvimento cívico. Os resultados destes compromissos incluíram a adopção de uma agenda da Política Nacional de Juventude em 2018 e a Lei de Igualdade de Género, aprovada pela Assembleia Nacional em Novembro de 2018, assinada pelo Presidente e implementada durante as eleições legislativas de 2019.

"A participação da juventude na Guiné-Bissau melhorou. Estão mobilizados e o facto de cada um estar a trabalhar nos seus próprios projetos não me choca. Estão todos determinados a promover uma mudança no sentido de uma maior representação na tomada de decisões", disse Filintu Salla, ex-presidente do Conselho da Juventude.

These efforts had important results. In 2018, the Group of Women Facilitators, led by former combatant and activist Francisca Vaz, gathered women from all political and social sectors to create channels of communication among political actors. With the support of UNIOGBIS, the group organized meetings with the various parties over three months, opening the space for dialogue both among the leadership and at the community level.

“We walked all over the country, because it was completely divided on a social level,” recalled Ms. Vaz. “There were women's organizations that were breaking up. We even found families who had stopped talking because of the conflict. We showed that it was only through dialogue that we could fix the degrading situation that we had reached.”

Association of Women Lawyers President Helena Neves Abrahamsson participated in these mediations, which involved the President, members of the Government, deputies, former ministers and secretaries of state, all of whom acknowledged the role the women were playing in calming the situation.

“We noticed that these gentlemen almost need a psychologist,” Ms. Abrahamsson said. “Because we are there, and they can talk for an hour. They are so tense, the tension is so great…They need someone to listen to them, because the dialogue doesn't come out, it doesn't flow.”

Without the intervention of the facilitators, she believes, the March 10 legislative elections would not have taken place. The women proved themselves impartial and demonstrated that “what mattered was peace and stability, not who was going to win or lose, because everyone wanted to win."

Also in May 2018, the Organizing Commission of the National Conference presented its final report “Em Nome da Paz” (In the Name of Peace) to Parliament. This led to the drafting of a stability pact by a group of civil society organizations and the Commission signed by the parties in Parliament in February 2019.

An autonomous body under the aegis of the Assembly, the 32-member Commission had been hearing from more than 3,000 people from 2009 to 2017, including civil society activists, heads of public institutions, members of religious communities, actors in the defence and security sector and the judiciary, as well as from the media, and women's and youth organizations

Estes esforços tiveram resultados importantes. Em 2018, o Grupo de Mulheres Facilitadoras, liderado pela ex-combatente e activista Francisca Vaz, reuniu mulheres de todos os sectores políticos e sociais para criar canais de comunicação entre os actores políticos. Com o apoio do UNIOGBIS, o grupo organizou reuniões com os vários partidos durante três meses, abrindo o espaço de diálogo tanto entre os líderes como a nível comunitário.

"Caminhámos por todo o país, porque estava completamente dividido a nível social", recordou a Sra. Vaz. "Haviam organizações de mulheres que se estavam a separar. Inclusive encontrámos famílias que tinham deixado de falar devido ao conflito. Mostrámos que só através do diálogo é que podíamos corrigir a situação degradante a que tínhamos chegado.”

A Presidente da Associação de Mulheres Juristas, Helena Neves Abrahamsson participou nestas mediações, que envolveram o Presidente, membros do Governo, deputados, ex-ministros e secretários de Estado, todos eles reconhecendo o papel que as mulheres estavam a desempenhar para acalmar a situação.

"Reparámos que estes senhores quase precisam de um psicólogo", disse Helena Abrahamsson. "Porque nós estamos lá e eles conseguem falar durante uma hora". Estão tão tensos, a tensão é tão grande… precisam de alguém que os ouça, porque o diálogo não sai, não flui".

Sem a intervenção das facilitadoras, acredita ela, as eleições legislativas de 10 de Março não teriam ocorrido. As mulheres provaram ser imparciais e demonstraram que "o que importava era a paz e a estabilidade, não quem ganharia ou perdia, porque todos queriam ganhar".

Também em Maio de 2018, a Comissão de Organização da Conferência Nacional apresentou ao Parlamento o seu relatório final, "Em Nome da Paz". Tal conduziu à elaboração de um pacto de estabilidade por um grupo de organizações da sociedade civil e pela Comissão, assinado pelos partidos no Parlamento em Fevereiro de 2019.

A Comissão de 32 membros, um organismo autónomo sob a égide da Assembleia, ouvira mais de 3000 pessoas de 2009 a 2017, incluindo activistas da sociedade civil, chefes de instituições públicas, membros de comunidades religiosas, actores do sector da defesa e segurança e do sistema judicial, assim como dos meios de comunicação social, e organizações de mulheres e jovens.

The UN accompanied the process, starting with helping members elaborate their strategies and then by disseminating the objectives, vision and mission of the National Conference to the Guinean population and those in the diaspora. The Mission and Peacebuilding Fund also contributed to the Commission.

Osiris Ferreira de Pina, a National Conference member, recalled that during the 13 conferences held,--11 in Bissau and two in diaspora Africa and Europe--, the UN was “an indispensable partner.”

“With its institutional support we were able to carry out the whole process of consultations, validation and the conclusion, and then we prepared the final report at the Leiria retreat in partnership with the Foundation Caloust Gulbenkian and Polytechnic Institute of Leiria,” he explained.

The report’s title “reflects the yearning of the Bissau-Guinean people for peace and a reconciliation process in which all actors were invited in an inclusive and participatory way to the National Conference. This is the product of teamwork and a continual follow-up process (for) reconciliation and dialogue between Bissau-Guinean political and social actors.”

Short of propelling the country towards lasting stability, these efforts contributed to a common understanding of the causes underlying conflict. “As with a patient who needs a cure for a disease, a country that needs to transition from conflict to development must understand the root causes of its problem. That is half way to the cure,” reads the report’s introduction.

Regional OCNC Conferences in Bubaque,2016 ©UNIOGBIS

A ONU acompanhou o processo, começando por ajudar os membros a elaborar as suas estratégias e depois disseminando os objectivos, visão e missão da Conferência Nacional à população guineense e à diáspora. A Missão e o Fundo da consolidação da Paz também contribuiu para a Comissão.

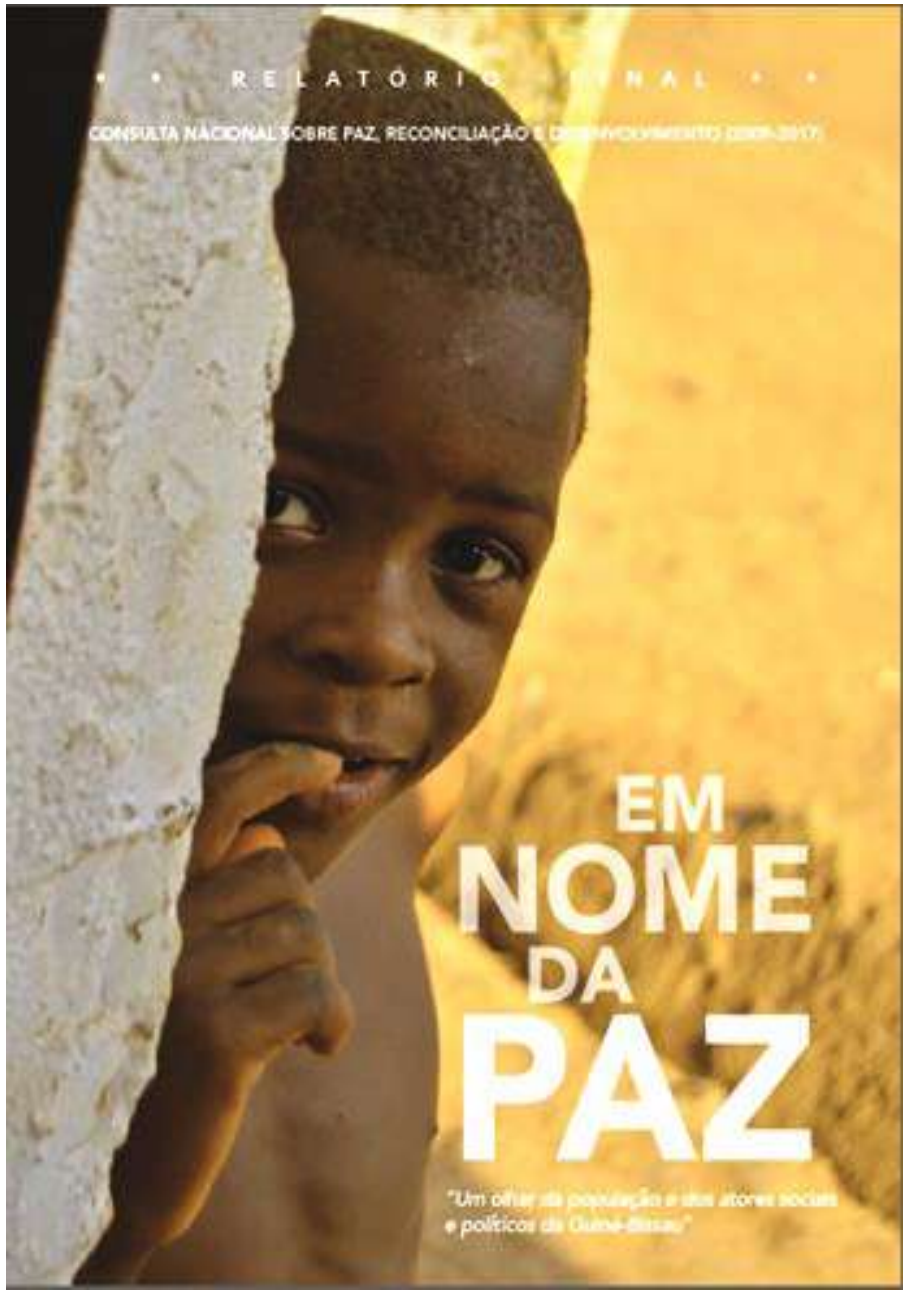
Osiris Ferreira de Pina, membro da Conferência Nacional, recordou que durante as 13 conferências realizadas, --11 em Bissau e duas na diáspora África e Europa -, a ONU foi "um parceiro indispensável.”

"Com o seu apoio institucional pudemos levar a cabo todo o processo de consultas, validação e conclusão, e então preparámos o relatório final na Cimeira de Leiria em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e o Instituto Politécnico de Leiria", explicou.

O título do relatório "reflecte o anseio do povo bissau-guineense pela paz e um processo de reconciliação em que todos os actores foram convidados de forma inclusiva e participativa para a Conferência Nacional. Este é o produto do trabalho de equipa e de um processo contínuo de acompanhamento (para a) reconciliação e diálogo entre os actores políticos e sociais da Guiné-Bissau.”

Longe de impulsionar o país para uma estabilidade duradoura, estes esforços contribuíram para um entendimento comum das causas subjacentes ao conflito. "Tal como com um doente que precisa de uma cura para uma doença, um país que precisa de passar do conflito para o desenvolvimento deve compreender as causas profundas do seu problema. Isto é meio caminho para a cura", lê-se na introdução do relatório .

Regional OCNC Conferences in Bubaque, 2016 ©UNIOGBIS



Cover of the OCNC final Report © UNIOGBIS

Father Domingos da Fonseca, president of the Organizing Commission of the National Conference on Peace and Reconciliation summed up the report:

"The title reflects the recognition that our people, claiming truth and justice, have decided to deal with their difficult past. It carries strong symbolism and all the aspirations of the Guinean people in their longing for stability, national harmony, solidarity, fraternity, the promotion of serious and frank dialogue, truth and justice, the recognition of guilt and the value of forgiving, (It means) transforming Guinea-Bissau into a space for reconciliation with its history, accepting to take over the past, organize the present and prepare the future for generations to come."

Assembly Chair Cipriano Cassamá, said that if the report's recommendations were implemented "it will be the opening of a new era of peace for Guinean society, overcoming hatred and the desire for revenge and ending human rights violations, the unexplained deaths that have been inflicted on our fellow citizens since independence to the present day."

The 2018 report identified problems that Guineans considered most pressing, causes behind the instability and recommendations on priorities for State reform, such as in the security, justice and administration sectors.

The report did not provide definitive options on how to deal with past abuses, leaving this to the National Conference, but it presented four possible scenarios: 1) doing nothing; 2) initiating a process of amnesty; 3) creating national, international or mixed judicial mechanisms including a truth and reconciliation commission; or 4) establishing a mechanism combining two options above by, for example, seeking the truth in all cases, prosecuting the more serious crimes and offering amnesty to those who confess.

"In his process of national reconciliation led by some national entities and with the support of UNIOGBIS, most important is the search for a model of justice that is effectively capable of investigating and trying the crimes committed. Nothing justifies taking a human life," said Nelvina Barreto, an activist seeking justice for her father, Nicandro Pereira Barreto, who was murdered on August 22, 1999, allegedly for political reasons.

The work of the Mission with civil society and academia, mainly the Law Faculty, supported by the Peacebuilding Fund, also resulted in the creation of an Observatory for Stability and Reforms which, among other initiatives produced the first annotated Constitution, presented in August 2020 to the National People's Assembly. Members welcomed the contribution of civil society to the ongoing Constitution review process and decided to include their representatives, including women and youth, in the Ad-Hoc Commission for Constitutional Review.

O Padre Domingos da Fonseca, presidente da Comissão de Organização da Conferência Nacional para a Paz e Reconciliação resumiu o relatório:

"O título reflecte o reconhecimento de que o nosso povo, reivindicando verdade e justiça, decidiu lidar com o seu passado difícil. Traz consigo um forte simbolismo e todas as aspirações do povo guineense no seu anseio por estabilidade, harmonia nacional, solidariedade, fraternidade, promoção de um diálogo sério e franco, verdade e justiça, o reconhecimento da culpa e o valor do perdão, (Significa) transformar a Guiné-Bissau num espaço de reconciliação com a sua história, aceitando assumir o passado, organizar o presente e preparar o futuro para as gerações vindouras." O Presidente da Assembleia Cipriano Cassamá afirmou que se as recomendações do relatório fossem implementadas, tal "seria a abertura de uma nova era de paz para a sociedade guineense, ultrapassando o ódio e o desejo de vingança e acabando com as violações dos direitos humanos, as mortes inexplicáveis que têm sido infligidas aos nossos concidadãos desde a independência até aos dias de hoje".

O relatório de 2018 identificou problemas que os guineenses consideravam mais prementes, causas por detrás da instabilidade e recomendações sobre prioridades para a reforma do Estado, tal como nos sectores da segurança, justiça e administração.

O relatório não forneceu opções definitivas sobre como lidar com abusos do passado, deixando esta questão para a Conferência Nacional, mas apresentou quatro cenários possíveis: 1) nada fazer; 2) iniciar um processo de amnistia; 3) criar mecanismos judiciais nacionais, internacionais ou mistos, incluindo uma comissão de verdade e reconciliação; ou 4) criar um mecanismo que combine duas opções acima, por exemplo, procurar a verdade em todos os casos, processar os crimes mais graves e oferecer amnistia àqueles que confessem.

"No seu processo de reconciliação nacional conduzido por algumas entidades nacionais e com o apoio do UNIOGBIS, o mais importante é a procura de um modelo de justiça que seja efectivamente capaz de investigar e julgar os crimes cometidos. Nada justifica tirar uma vida humana", disse Nelvina Barreto, uma activista em busca de justiça para o seu pai, Nicandro Pereira Barreto, que foi assassinado a 22 de Agosto de 1999, alegadamente por razões políticas.

O trabalho da Missão com a sociedade civil e a academia, principalmente a Faculdade de Direito, apoiada pelo Fundo de Construção da Paz, resultou também na criação de um Observatório de Estabilidade e Reformas que, entre outras iniciativas, produziu a primeira Constituição anotada, apresentada em Agosto de 2020 à Assembleia Popular Nacional . Os membros saudaram a contribuição da sociedade civil para o processo de revisão da Constituição em curso e decidiram incluir os seus representantes, incluindo mulheres e jovens, na Comissão Ad Hoc de Revisão Constitucional.

OCNC delivered its final report to DSRSG McLachlan-Karr, 2018 © UNIOGBIS

Democratization and elections: building a trusted political system

Democratização e eleições: Construindo um sistema político fiável

Support to electoral processes has been a key peacebuilding activity and exemplified the coordinated work between the political Mission and Country Team. Together, the Mission and UNDP, in collaboration with donors and other partners, supported seven electoral cycles in 2000, 2004, 2005, 2009, 2012, 2014 and 2019.

However, deficiencies in the system persisted, and the UN has continued to urge national authorities to bolster electoral management, organization and planning capacities, as well as to stabilize financial resources for the National Electoral Commission. National institutions have been advised to improve the voter registration system and the legislative framework.

Violence has continued to impact the conduct of elections, which since 2004 have been characterized by high levels of political tension and conflict that at times resulted in deaths.

“The use of the ethnic factor as a basis for political power further deepened the deficit in democratic culture and fostered increased tensions in the past. This continues to occur with the risk of deepening in future electoral events,” said UNDP electoral advisor Djassi, who was executive secretary of the National Electoral Commission between 2004 and 2008.

He also cited a lack of long-term planning and the fact that the country operates “in emergency mode” during each electoral cycle.

UN electoral advisors have called for a review of the Constitution to ensure the independence of the Electoral Commission and the system for legislative elections. They recommended as well that electoral laws be revised to allow for longer terms for members of the Commission’s executive secretariat, to strengthen its independence and operational capacity as well as its legal ability to clarify issues arising in the application of the electoral law and in the financing of elections.

“Despite the country's financial limitations, it would be desirable, to strengthen electoral pluralism, that the State's contribution should become mandatory and that the amount or criteria for its calculation be defined by law,” he suggested, a recommendation also made by civil society organizations.

O apoio aos processos eleitorais tem sido uma actividade chave na construção da paz e exemplificou o trabalho coordenado entre a Missão política e a Equipa de País. Juntos, a Missão e o PNUD, em colaboração com doadores e outros parceiros, apoiaram sete ciclos eleitorais em 2000, 2004, 2005, 2009, 2012, 2014 e 2019.

No entanto, deficiências no sistema persistiram, e a ONU continua a instar as autoridades nacionais a reforçar a gestão, organização e capacidade de planeamento eleitoral, bem como a estabilizar os recursos financeiros para a Comissão Nacional Eleitoral. As instituições nacionais foram aconselhadas a melhorar o sistema de registo eleitoral e o quadro legislativo.

A violência continuou a impactar a realização das eleições que, desde 2004, se têm caracterizado por elevados níveis de tensão política e conflito que, por vezes, resultaram em mortes.

"A utilização do factor étnico como base do poder político aprofundou ainda mais o défice da cultura democrática e fomentou o aumento das tensões no passado. Isto continua a ocorrer com o risco de se aprofundar em futuros eventos eleitorais”, disse o conselheiro eleitoral do PNUD, Djassi, secretário executivo da Comissão Nacional de Eleições entre 2004 e 2008.

Citou também a falta de planeamento a longo prazo e o facto de o país operar "em modo de emergência" durante cada ciclo eleitoral.

Os conselheiros eleitorais da ONU apelaram a uma revisão da Constituição para garantir a independência da Comissão Eleitoral e o sistema para as eleições legislativas. Recomendaram também que as leis eleitorais fossem revistas para permitir prazos mais alargados aos membros do secretariado executivo da Comissão, para reforçar a sua independência e capacidade operacional, assim como a sua capacidade legal para esclarecer questões que surjam na aplicação da lei eleitoral e no financiamento das eleições.

"Apesar das limitações financeiras do país, seria desejável, para reforçar o pluralismo eleitoral, que a contribuição do Estado se tornasse obrigatória e que o montante ou critérios para o seu cálculo fossem definidos por lei”, sugeriu ele, uma recomendação também feita por organizações da sociedade civil.

“Despite the very positive observations about the way voting operations take place, in particular the counting of votes, there is room for significant improvements. These measures would aim to bring more transparency and more confidence to voters and citizens in a context marked by distrust,” said Mr. Djassi.

During the 2018-2019 electoral cycle, a UN Integrated Electoral Support Unit brought UNDP and UNIOGBIS electoral assistance together to coordinate the electoral mandates of the Mission and the UN system. UNIOGBIS also provided technical assistance to the electoral bodies as well as to civil society and the police in the areas of public information and communication, human rights monitoring, violence prevention, community policing, security, the political party code of conduct and the gender Parity Law. UNIOGBIS also provided technical assistance to the Commission on gender policy.

Arrival of voting materials, CNE, October 2018 © UNIOGBIS

"Apesar das observações muito positivas sobre a forma como se realizam as operações de voto, em particular a contagem dos votos, há margem para melhorias significativas. Estas medidas teriam como objectivo trazer mais transparência e mais confiança aos eleitores e cidadãos num contexto marcado pela desconfiança", disse José Malam Djassi.

Durante o ciclo eleitoral de 2018-2019, uma Unidade Integrada de Apoio Eleitoral da ONU reuniu o PNUD e o UNIOGBIS para coordenar os mandatos eleitorais da Missão e do sistema da ONU. O UNIOGBIS também prestou assistência técnica aos órgãos eleitorais, bem como à sociedade civil e à polícia nas áreas de informação e comunicação pública, monitorização dos direitos humanos, prevenção da violência, policiamento comunitário, segurança, código de conduta dos partidos políticos e a Lei de Igualdade de Género. O UNIOGBIS também prestou assistência técnica à Comissão em matéria de política de género.

CNE President Pedro Sambu (second right) receives ballot box from UNDP Rep Gabriel Dava and DSRSG .Mc Lachlan-Karr© UNIOGBIS

Deryck Fritz, a UNIOGBIS electoral advisor during the 2019 polls, noted that the UN support was mainly to the two main electoral management bodies: GTAPE, responsible for the voter registry, and the CNE (the National Electoral Commission), the overall elections organizer.

“The integrated support was technical as well as financial, where UNDP managed a basket fund of donor contributions to the electoral process,” he said.

“Reform of the electoral laws are also needed, in particular allowing civil society organizations to function as election observers,” he said. “The voter registry also needs to be updated annually, which would improve its sustainability,” he added.

Civil society organizations participated actively in the elections of 2019, and a group of them launched a joint monitoring cell, funded and implemented by the EU and UN . The cell deployed 420 monitors, including 181 women, across the nation, working from the eve of the election to the day after each round of voting.

Among the members were the Women’s Political Platform (PPM), the ECOWAS Peace & Security Network for Women (REMPSECAO-GB), the Guinean Civil Society Organization for Election (GOSCE), the West Africa Network for Peace (WANEP),

Deryck Fritz, conselheiro eleitoral do UNIOGBIS durante as eleições de 2019, observou que o apoio da ONU se destinava principalmente aos dois principais órgãos de gestão eleitoral: GTAPE, responsável pelo registo eleitoral, e a CNE (Comissão Nacional de Eleições), a organizadora geral das eleições.

"O apoio integrado foi tanto técnico como financeiro, onde o PNUD geriu um fundo fiduciário constituído por contribuições de doadores para o processo eleitoral", disse.

"A reforma das leis eleitorais é também necessária, em particular permitindo que as organizações da sociedade civil funcionem como observadores eleitorais", disse. "O registo de eleitores também precisa ser actualizado anualmente, o que melhoraria a sua sustentabilidade", acrescentou.

As organizações da sociedade civil participaram activamente nas eleições de 2019, e um grupo delas lançou uma célula de monitorização conjunta, financiada e implementada pela UE e pela ONU . A célula destacou 420 monitores, incluindo 181 mulheres, em todo o país, trabalhando desde a véspera das eleições até ao dia seguinte a cada volta de votação. Entre os membros estavam a Plataforma Política das Mulheres (PPM), a Rede de Paz e Segurança para as Mulheres da CEDEAO (REMPSECAO-GB), a Organização da Sociedade Civil Guineense para as Eleições (GOSCE), a Rede da África Ocidental para a Paz (WANEP), o Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e

Photos of the latest 2019 legislative and presidential elections © UNIOGBIS

the National Civil Society Movement for Peace, Democracy and Development (Movimento), the Federation of Association for the Defence of the Rights of Persons with Disability (FADPD) and Humanity & Inclusion (HI).

“The positive initiatives, commitment and professionalism of the monitoring cell is indicative of the maturity of civil society as it continues to strengthen collaboration and participation in the political life of Guinea-Bissau,” said EU Ambassador Neto.

“A dynamic civil society is a fundamental cornerstone of democracy, good governance and respect for human rights. Civil society in Guinea-Bissau, under the umbrella of the monitoring cell, has demonstrated its commitment to stability, democratic processes and the rule of law,” said SRSG Sori-Coulibaly.

PT
EN

Desenvolvimento (Movimento), a Federação da Associação para a Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (FADPD) e Humanidade e Inclusão (HI).

"As iniciativas positivas, o empenho e o profissionalismo da célula de controlo são indicativos da maturidade da sociedade civil, uma vez que continuam a reforçar a colaboração e a participação na vida política da Guiné-Bissau", disse a Embaixadora da UE, Sónia Neto.

"Uma sociedade civil dinâmica é uma pedra angular fundamental da democracia, da boa governação e do respeito pelos direitos humanos. A sociedade civil na Guiné-Bissau, sob a égide da célula de controlo, demonstrou o seu empenho na estabilidade, nos processos democráticos e no Estado de direito", afirmou a RESG Sori-Coulibaly.

SRSG Chambas and SRSG Sori-Coulibally visiting CSO electoral monitoring cell, 2019 © UNIOGBIS

Rule of law and security sector reform: Changing mindsets

Estado de direito e reforma do sector da segurança: mudança de mentalidades

Since its independence, Guinea-Bissau has experienced persistent political and security crises triggered by shifting opportunistic alliances between political actors and military leadership over the control of power and access to resources. The military was often complicit in the violence.

The Security Council recognized the importance of security sector reform and in 2004, (resolution 1580) tasked UNOGBIS “to encourage and support national efforts to reform the security sector, including the development of stable civil-military relations, and to attract international support for these efforts.”

Such efforts were conducted in partnership with ECOWAS, the EU and the UN system, including UNDP. However, the interference of politicians, aided by the military, prevented full progress in this area.

"The character of the FARP [the Revolutionary Armed Forces of the People] had to change. The Armed Forces could not remain as they were during the national liberation struggle,” said Manecas dos Santos, a former liberation commander and Bissau’s Representative to the UN in 2012. “The role of the FARP is now to defend national sovereignty and not to interfere in the internal affairs of the country, unless there is some state of war, a state of emergency, etc. This has been a journey with ups and downs. The FARP often intervened in the country's politics, which is always negative. But these interventions have always been a result of a certain instrumentalization by the political forces in the country."

Military coups, such as in April 2012, reversed political, security, social and economic gains, sending the country into a legal and political tailspin that opened the way for illicit revenue schemes, including for the fighters themselves.

"Many comrades already had plans to become rich. Our hardest battle was against illicit enrichment," said Joseph Turpin, former liberation fighter and member of the Government

While the legislative and presidential elections of 2014 restored constitutional order, insecurity emerged again in 2015 with the ousting of Prime Minister Domingos Simões Pereira and his Government by President Jose Mario Vaz.

Desde a sua independência, a Guiné-Bissau tem vivido crises políticas e de segurança persistentes desencadeadas pela mudança de alianças oportunistas entre os actores políticos e a liderança militar sobre o controlo do poder e o acesso aos recursos. Os militares foram frequentemente cúmplices da violência.

O Conselho de Segurança reconheceu a importância da reforma do sector da segurança e em 2004, (resolução 1580) encarregou o UNOGBIS de "encorajar e apoiar os esforços nacionais para reformar o sector da segurança, incluindo o desenvolvimento de relações civis-militares estáveis, e atrair o apoio internacional para estes esforços".

Tais esforços foram conduzidos em parceria com a CEDEAO, a UE e o sistema das Nações Unidas, incluindo o PNUD. No entanto, a interferência dos políticos, ajudados pelos militares, impediu o pleno progresso nesta área.

"O carácter das FARP [Forças Armadas Revolucionárias do Povo] teve de mudar. As Forças Armadas não podiam permanecer como estavam durante a luta de libertação nacional", disse Manecas dos Santos, antigo comandante de libertação e representante da Guiné-Bissau na ONU em 2012. "O papel das FARP é agora defender a soberania nacional e não interferir nos assuntos internos do país, a menos que haja algum estado de guerra, um estado de emergência, etc.". Esta tem sido uma viagem com altos e baixos. As FARP intervieram frequentemente na política do país, o que é sempre negativo. Mas estas intervenções foram sempre o resultado de uma certa instrumentalização por parte das forças políticas do país".

Golpes militares, tais como em Abril de 2012, inverteram os ganhos políticos, de segurança, sociais e económicos, enviando o país para uma manobra legal e política que abriu caminho para esquemas de receitas ilícitas, incluindo para os próprios combatentes.

"Muitos camaradas já tinham planos para se tornarem ricos. A nossa batalha mais dura foi contra o enriquecimento ilícito", afirmou Joseph Turpin, antigo combatente de libertação e membro do Governo.

Enquanto as eleições legislativas e presidenciais de 2014 restabeleceram a ordem constitucional, a insegurança emergiu novamente em 2015 com a destituição do Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira e do seu Governo pelo Presidente José Mário Vaz.

It was within this context of political-military dynamics that the Rule of Law and Security Institutions Section (ROLSI) of the UN political Mission was established.

One experienced Bissau-Guinean officer remembers the efforts:

“This process of defence and security reform that the Armed Forces had been working on with the United Nations started to move forward, but then (encountered) problems,” recalled Maria Helena Francisco Paula, a member of the military social affairs and patriotic relations team. “There are many people who want to retire, just like me, who have been in the military since 1982 and who really need to rest and make room for our ‘children’ with whom we are together in the military. For that, we need a government, because things at times seem to be moving but suddenly stop… We hope that the next President will work with the Government to carry out the reform process.”

Independence Day celebration, 2016 © UNIOGBIS

Foi neste contexto de dinâmica político-militar que a Secção do Estado de Direito e Instituições de Segurança (ROLSI) da Missão Política da ONU foi criada.

Um oficial bissau-guineense experiente recorda-se dos esforços:

"Este processo de reforma da defesa e da segurança em que as Forças Armadas tinham estado a trabalhar com as Nações Unidas começou a avançar, mas então (encontrou) problemas", recordou Maria Helena Francisco Paula, membro da equipa de assuntos sociais militares e relações patrióticas. "Há muitas pessoas que se querem reformar, tal como eu, que estão nas forças armadas desde 1982 e que precisam realmente de descansar e criar espaço para os nossos 'filhos' com quem estamos juntos nas forças armadas". Para isso, precisamos de um governo, porque as coisas por vezes parecem estar a mudar, mas de repente param... Esperamos que o próximo Presidente trabalhe com o Governo para levar a cabo o processo de reforma".

Police training, 2018 © UNIOGBIS

Curbing military interference in political crisis

Restringir a interferência militar em crises políticas

Independence Day celebration at Amura Fort, 2017 © UNIOGBIS

Through the Mission's technical support and interventions in the security sector, an historic period was achieved between 2012 and 2019, during which the military refrained from interference in politics. The Rule of Law Section of UNIOGBIS has supported justice, security and defence actors, and advised and exerted pressure on the military leadership to maintain respect for constitutional order and neutrality via-à-vis the political process. A new national policy for defence and security was drafted and approved in 2016; PBF funds were allocated for the reform and a system of vetting and certification was restored, which had been halted in 2015 with the collapse of that Government.

"It is not easy for a country where the military were always accused of political instability, to find a solution," said Ovidio Pequeno, Special Representative of the African Union (AU) in Guinea-Bissau. "But it's good for the military to understand that all the effort being done is to make defence and security reforms more consistent with the best practices of countries that have embraced a multiparty system, so that these forces, particularly the military, (become) republican forces."

From 2014 until the aftermath of the 2019 elections, the Armed Forces refrained from political involvement as they became aware that military coups were detrimental to the country, slowing development and causing the population to suffer. Armed Forces chief General Biaguê Na N'Tan led an awareness campaign to keep military personnel away from the political process and ensure subordination to the chain of command. The Armed Forces have a clear directive to remain faithful to the Constitution and contribute to the process of peacebuilding.

The military leadership also realized that such interventions would jeopardize the support of the international community, leading the country backwards, and to the imposition of new sanctions. The presence of the ECOWAS mission (ECOMIB), which left in mid-2020, had also served as a deterrent. In addition, investments in improved working and living conditions for the military have contributed to preventing discord, despite a perpetually difficult economic situation.

Através do apoio técnico e das intervenções da Missão no sector da segurança, foi alcançado um período histórico entre 2012 e 2019, durante o qual os militares se abstiveram de interferir na política. A Secção do Estado de Direito do UNIOGBIS apoiou a justiça, a segurança e a defesa, aconselhou e exercício pressão sobre a liderança militar para manter o respeito pela ordem constitucional e a neutralidade face ao processo político. Uma nova política nacional de defesa e segurança foi preparada e aprovada em 2016; fundos PBF foram atribuídos para a reforma e um sistema de controlo e certificação foi restaurado, o qual tinha sido suspenso em 2015 com o colapso daquele Governo.

"Não é fácil para um país, no qual os militares foram sempre acusados de instabilidade política, encontrar uma solução", disse Ovídio Pequeno, Representante Especial da União Africana (UA) na Guiné-Bissau. "Mas é bom para os militares compreenderem que todo o esforço que está a ser feito é para tornar as reformas de defesa e segurança mais consistentes com as melhores práticas dos países que abraçaram um sistema multipartidário, para que estas forças, particularmente as militares, (se tornem) republicanas."

De 2014 até ao rescaldo das eleições de 2019, as Forças Armadas abstiveram-se de se envolverem politicamente, pois tomaram consciência de que os golpes militares eram prejudiciais para o país, atrasando o desenvolvimento e causando sofrimento à população. O chefe das Forças Armadas, General Biaguê Na N'Tan, liderou uma campanha de sensibilização para manter o pessoal militar afastado do processo político e assegurar a subordinação à cadeia de comando. As Forças Armadas têm uma directiva clara para permanecerem fiéis à Constituição e contribuírem para o processo de construção da paz.

A liderança militar também percebeu que tais intervenções poriam em risco o apoio da comunidade internacional, levando o país a retroceder, e à imposição de novas sanções. A presença da missão da CEDEAO (ECOMIB), que partiu em meados de 2020, também serviu de dissuasão. Além disso, os investimentos na melhoria das condições de trabalho e de vida dos militares contribuíram para evitar a discórdia, apesar de uma situação económica permanentemente difícil.

As of this writing, the long-term impact of the military's seizure of State institutions in early 2020 cannot be assessed. Reports of excessive force, arrests and abuse of civil liberties by security personnel to enforce COVID -19 restrictions added to the uncertainty of early 2020. An opposition-affiliated radio station was raided in July 2020.

"The military and securiy forces should become agents of change for peace and stability," SRSG Sori-Coulibaly told the Security Council on 10 August 2020, following a briefing on the Mission's transition.

During its tenure, the UN Mission also supported the ministries of National Defense, Interior and Justice to exercise oversight over the respective institutions, to ensure respect for civil rights and freedoms, -- including in terms of public order--, and to enhance the independence of the judiciary. The Mission also helped deflate numerous tensions among political, defence, security and justice actors, as well as between State institutions and the population, while aiding the professionalization of all those sectors.

"In the last years, the public discourse that highlighted the need for reforms of the defence and security forces has allowed a kind of self-control," said Miguel de Barros, an activist and sociologist, "but also a greater understanding and greater knowledge of the population as to the limitations within this sector. To reach a level of confidence, a broad national political consensus will be necessary around what should be the role of defence and security forces in the context of democracy in a republic."

Premised on the work of the UNIOGBIS Rule of Law and Security Sector Reform component, a gradual demilitarization of law enforcement has taken place, even though the military, some will argue, has not fully released its grip on security matters that should be a police responsibility. UNIOGBIS staff have also seen improvement in the harmonization of military and civilian justice systems, which can be linked to the increased professionalization of the security sector, where female recruitment has also grown along with gender awareness.

À data do presente documento, o impacto a longo prazo da tomada das instituições do Estado pelos militares no início de 2020 não pode ser avaliado. Relatos de uso de força excessiva, detenções e abuso das liberdades civis pelo pessoal de segurança para fazer cumprir as restrições da COVID-19 acrescentaram à incerteza do início de 2020. Uma estação de rádio associada à oposição foi vandalizada em Julho de 2020.

"As forças militares e de segurança devem tornar-se agentes de mudança para a paz e estabilidade", disse Sori-Coulibaly ao Conselho de Segurança a 10 de Agosto de 2020, na sequência de um briefing sobre a transição da Missão.

Durante o seu mandato, a Missão da ONU também apoiou os ministérios da Defesa Nacional, do Interior e da Justiça a exercer supervisão sobre as respectivas instituições, a garantir o respeito pelos direitos e liberdades civis - inclusivamente em termos de ordem pública -, e a reforçar a independência do poder judicial. A Missão também ajudou a deflacionar numerosas tensões entre os atores políticos, de defesa, segurança e justiça, bem como entre as instituições do Estado e a população, ao mesmo tempo que ajudou à profissionalização de todos esses sectores.

"Nos últimos anos, o discurso público que salientou a necessidade de reformas das forças de defesa e segurança permitiu uma espécie de autocontrolo", disse Miguel de Barros, activista e sociólogo, "mas também uma maior compreensão e um maior conhecimento da população quanto às limitações neste sector. Para atingir um nível de confiança, será necessário um amplo consenso político nacional em torno do que deve ser o papel das forças de defesa e segurança no contexto da democracia numa república. "

No contexto do trabalho da componente de Estado de Direito e Reforma do Sector de Segurança do UNIOGBIS, teve lugar uma desmilitarização gradual da aplicação da lei, ainda que os militares, alguns argumentarão, não tenham libertado totalmente o seu controlo sobre questões de segurança que deveriam ser da responsabilidade da polícia. O pessoal do UNIOGBIS também registou melhorias na harmonização dos sistemas de justiça militar e civil, o que pode estar ligado a uma maior profissionalização do sector da segurança, onde o recrutamento feminino também tem crescido juntamente com a consciência do género.

“Our organization received a lot of support from the UN, starting with the creation of the Committees of Women for Defense and Security and Combatants,” said Felismina Gomes of Women’s Defense Committee. “Since then, women from the defence forces participated in several trainings in gender, human rights, HIV/AIDS, negotiation and mediation as a form of conflict resolution. Also, UNIOGBIS held several awareness sessions for military commanders regarding the issue of gender.”

PT
EN

"A nossa organização recebeu muito apoio da ONU, começando com a criação dos Comités de Mulheres de Defesa e Segurança e Combatentes", disse Felismina Gomes do Comité de Defesa das Mulheres. “Desde então, as mulheres das forças de defesa participaram em várias formações sobre género, direitos humanos, VIH/SIDA, negociação e mediação como forma de resolução de conflitos. Além disso, o UNIOGBIS realizou várias sessões de sensibilização para comandantes militares sobre a questão do género".

Independence Day parade, 2016 © UNIOGBIS

The impact of sanctions

O impacto das sanções

UN Sanctions Committee visit to Bissau, 2018 © UNIOGBIS

The submission of the defence forces to civilian authority in recent years prior to 2020 could be attributed to the military leadership's commitment to form "republican armed forces" and to the presence of the ECOWAS force (ECOMIB), but also to the sanctions regime imposed by the UN Security Council. Following the coup d'état of April 2012, the Council in resolution 2048 imposed sanctions against 11 army officials involved in the coup. Sanctions were also imposed by the African Union, ECOWAS, EU and others.

In February 2018, ECOWAS imposed additional sanctions against 19 individuals, mostly politicians, for blocking the implementation of the Conakry Agreement. These were lifted in August 2018, ahead of the parliamentary elections.

Anatolio Mba Ndong, Chair of the UN Sanctions Committee for Guinea-Bissau (2018-2019),visited the country twice in 2018. He met with top officials, political parties, civil society organizations, and international partners to gather information for the Security Council.

"The impact of the sanctions has been largely positive. In the past six years, the military have refrained from interfering in politics. The decision to lift them belongs to the Council members. The goal is not to punish the country but to support constitutional order and strengthen the rule of law so that the country can move towards sustainable development," he told a UN radio programme at the end of his June 2018 visit.

After the next visit, he said that the Council would lift the sanctions once conditions were right, and he called on all political actors to act positively in order to have free and fair elections. But progress in this regard was set back when crisis erupted after the second round of presidential elections in December 2019, and the military again entered the political arena.

A submissão das forças de defesa à autoridade civil nos últimos anos anteriores a 2020 pode ser atribuída ao compromisso da liderança militar de formar "forças armadas republicanas" e à presença da força da CEDEAO (ECOMIB), mas também ao regime de sanções imposto pelo Conselho de Segurança da ONU. Após o golpe de Estado de Abril de 2012, o Conselho, na resolução 2048, impôs sanções contra 11 oficiais do exército envolvidos no golpe. As sanções foram também impostas pela União Africana, CEDEAO, UE e outros.

Em Fevereiro de 2018, a CEDEAO impôs sanções adicionais contra 19 indivíduos, na sua maioria políticos, por bloquearem a implementação do Acordo de Conacri. Estas foram levantadas em Agosto de 2018, antes das eleições parlamentares.

Anatolio Mba Ndong, Presidente do Comité de Sanções da ONU para a Guiné-Bissau (2018-2019), visitou o país duas vezes em 2018. Encontrou-se com altos funcionários, partidos políticos, organizações da sociedade civil e parceiros internacionais para recolher informações para o Conselho de Segurança.

"O impacto das sanções tem sido largamente positivo. Nos últimos seis anos, os militares têm-se abstido de interferir na política. A decisão de as levantar pertence aos membros do Conselho. O objectivo não é punir o país, mas sim apoiar a ordem constitucional e reforçar o Estado de direito para que o país possa avançar para um desenvolvimento sustentável", disse a um programa de rádio da ONU no final da sua visita de Junho de 2018 .

Após a segunda visita, afirmou que o Conselho levantaria as sanções assim que as condições estivessem reunidas, e apelou a todos os actores políticos para agirem positivamente afim de terem eleições livres e justas. Mas os progressos a este respeito foram atrasados quando a crise eclodiu após a segunda volta das eleições presidenciais em Dezembro de 2019, e os militares voltaram a entrar na cena política .

In his report to the Council of 20 August 2020 on sanctions, the Secretary-General recommended keeping the sanctions regime in place and establishing a panel of experts to “better understand the factors that led to the recent involvement of the defence forces in the political process; identify those who meet the designation criteria for targeted measures, including by monitoring the proceeds from organized crime used to support individuals seeking to prevent the restoration of constitutional order; and support the Committee to review the sanctions list.” The next sanctions review was to be in September 2020.

PT
EN

No seu relatório ao Conselho de 20 de Agosto de 2020 sobre sanções, o Secretário-Geral recomendou a manutenção do regime de sanções e a criação de um painel de peritos para "compreender melhor os factores que levaram ao recente envolvimento das forças de defesa no processo político; identificar aqueles que cumprem os critérios de designação de medidas específicas, incluindo através do controlo dos rendimentos do crime organizado utilizados para apoiar indivíduos que procuram impedir o restabelecimento da ordem constitucional; e apoiar o Comité na revisão da lista de sanções".

UN Sanctions Committee Chair Anatolio Mba (left) meets Head of Armed Forces, Biague N’tan© UNIOGBIS

UN Sanctions Committee visit to Bissau, 2018 © UNIOGBIS

Arrival of UN Sanctions Committee to Bissau, 2018 © UNIOGBIS

Delivering justice, from the community level up

Fazer justiça, do nível da comunidade para cima

Community meeting on citizenship in Iemberem, UNIOGBIS Public Information Officer, Dionisio da Silva, 2017 © UNIOGBIS

After the 13-year national liberation struggle and then the 1998-1999 civil wars, the country witnessed a considerable decline in public safety and security, growing impunity and lawlessness and a deterioration of the capacities of the police and other law enforcement agencies. Police institutions were perceived by the population, and the international community, as having a militarized culture that was reactive, repressive, force-oriented, secretive and corrupt.

"A country that doesn't have a strong justice system and that has a culture of impunity doesn't have any credibility at the international level, or in the eyes of the people of that country," said Pierre Lapaque, UNODC Regional Representative for West Africa from 2012 to 2018.

Throughout the years, the UN Mission worked to support the relevant authorities in developing regulatory strategies and policy frameworks for governance in criminal justice, including corrections, and to reverse the sector's poor image inside the country and beyond.

These multiple initiatives resulted in the gradual de-militarization of police, and they enhanced intelligence and overall law enforcement capacities to help prevent the total collapse of State institutions and ensure the upholding of constitutional order.

UNIOGBIS, in partnership with the national authorities, developed a model police station project that introduced a service-oriented law enforcement community which could instill public confidence in the criminal justice system.

Community policing approaches were expanded throughout the regions, with a positive impact on State-population relations by fostering social cohesion and cost-effective prevention and investigation strategies. The Mission's Rule of Law section provided technical support and guidance in the extension of State authority to the regions through community policing, the establishment of local consultative committees and the replication of the first model police station, which had transformed the capital's largest and most dangerous urban neighborhood, Bairro Militar, into one of the country's safest areas.

Após 13 anos de luta de libertação nacional e após a guerra civil de 1998-1999, o país testemunhou um declínio considerável na segurança pública, uma crescente impunidade e anarquia e uma deterioração das capacidades da polícia e de outras agências de execução da lei. As instituições policiais foram vistas pela população e pela comunidade internacional como tendo uma cultura militarizada reactiva, repressiva, orientada para a força, secreta e corrupta.

"Um país que não tem um sistema de justiça forte e que tem uma cultura de impunidade não tem qualquer credibilidade a nível internacional ou aos olhos do povo desse país", disse Pierre Lapaque, Representante Regional do UNODC para a África Ocidental de 2012 a 2018.

Ao longo dos anos, a Missão da ONU esforçou-se para apoiar as autoridades relevantes no desenvolvimento de estratégias reguladoras e quadros políticos para a governação na justiça penal, incluindo o sistema prisional, e para inverter a fraca imagem do sector dentro e fora do país.

Estas múltiplas iniciativas resultaram na desmilitarização gradual da polícia e reforçaram a inteligência e as capacidades globais de execução da lei para ajudar a evitar o colapso total das instituições do Estado e assegurar a manutenção da ordem constitucional.

O UNIOGBIS, em parceria com as autoridades nacionais, desenvolveu um projecto de esquadra modelo que introduziu uma comunidade policial orientada para o serviço, que poderia incutir a confiança do público no sistema de justiça penal.

As abordagens de policiamento comunitário foram alargadas a todas as regiões, com um impacto positivo nas relações entre o Estado e a população, promovendo a coesão social e estratégias de prevenção e investigação rentáveis. A Secção de Estado de Direito da Missão forneceu apoio técnico e orientação na extensão da autoridade do Estado às regiões através do policiamento comunitário, do estabelecimento de comités consultivos locais e da replicação do primeiro modelo de posto policial, que tinha transformado o maior e mais perigoso bairro urbano da capital, o Bairro Militar, numa das zonas mais seguras do país.

The programme was repeated at a second station in Buba, in the southern region, and included initiatives to curb transnational organized crime. Law enforcement personnel including public order police were trained in community police methodology throughout the country.

The UNIOGBIS-built police station in Buba made a huge difference, said Police Superintendent Bernardo João Vilela da Silva: “Our relationship with the UN was very healthy. Long before the construction of this station, staff from the UN office in Buba had been giving us support, training and everything we needed.”

“We started in different neighborhoods of Buba where we informed the residents about the spirit of community policing,” he said. “They understood and there was a lot of improvement in the relationships between the police and the population, as before they thought of police as a ‘devil.’ Police for them were repressive agents. But after the actions taken with our trained officers, they ended up understanding that the police want to be close to the population and vice versa.”

From 2008 to 2018, UNIOGBIS trained more than 900 police officers in community policing, human rights and police operations.

Left, right and next page: Inauguration of Buba Police Station, 2019 © UNIOGBIS

O programa foi replicado numa segunda esquadra em Buba, na região sul, e incluiu iniciativas para refrear o crime organizado transnacional. O pessoal responsável pela execução da lei, incluindo a polícia da ordem pública, recebeu formação em metodologia policial comunitária em todo o país.

A esquadra policial construída pelo UNIOGBIS em Buba fez uma enorme diferença, disse o Superintendente de Polícia Bernardo João Vilela da Silva: "A nossa relação com a ONU foi muito saudável. Muito antes da construção desta esquadra, o pessoal do gabinete da ONU em Buba já nos tinha dado apoio, formação e tudo o que precisávamos.”

"Começámos em diferentes bairros de Buba onde informámos os residentes sobre o espírito de policiamento comunitário", disse ele. "Eles compreenderam e observou-se uma grande melhoria nas relações entre a polícia e a população, pois antes pensavam na polícia como um 'diabo'. Para eles, a polícia era um agente repressivo. Mas após as acções empreendidas com os nossos agentes formados, acabaram por compreender que a polícia quer estar próxima da população e vice-versa".

De 2008 a 2018, o UNIOGBIS formou mais de 900 agentes policiais em policiamento comunitário, direitos humanos e operações policiais.

Fostering national dialogue and awareness of the rule of law

Fomentar o diálogo nacional e a sensibilização para o Estado de Direito

Justices Osiris Ferreira and Samarise Barbosa in front of Supreme Court, Bissau 2018 © UNIOGBIS

From 2009 to 2017, UNIOGBIS focused on increasing awareness and promoting dialogue on rule of law issues. A National Justice Forum was held annually, and regional initiatives, such as the Advisory Council of Quinara, were established to promote inclusive dialogue on crime prevention, human rights and good governance.

"UNIOGBIS made major interventions in our region, helping in the formation of conflict mediation," said Binta Nanque Seide, Governor of Quinara. "The region has many challenges such as sexual abuse, forced marriages, and killings on suspicion of witchcraft. But with the intervention of UNIOGBIS, we managed to achieve good results. They came not only to give us peace but also to help us in the development of all social aspects. They have been welcomed in the country, because since 7 June (the 1998-99 conflict) until today, they have been giving good collaboration. There were no major conflicts, thank God, and thanks to the collaboration of UNIOGBIS and local government."

Community meeting on citizenship, 2017 © UNIOGBIS

De 2009 a 2017, o UNIOGBIS centrou-se na sensibilização e promoção do diálogo sobre questões relacionadas com o Estado de direito. Foi realizado anualmente um Fórum Nacional de Justiça e foram desenvolvidas iniciativas regionais, tais como o Conselho Consultivo de Quinara, para promover o diálogo inclusivo sobre prevenção do crime, direitos humanos e boa governação.

"O UNIOGBIS fez grandes intervenções na nossa região, ajudando na formação da mediação de conflitos", disse Binta Nanque Seide, Governadora de Quinara. "A região tem muitos desafios, tais como abuso sexual, casamentos forçados e assassinatos por suspeita de bruxaria. Mas com a intervenção do UNIOGBIS, conseguimos alcançar bons resultados. Este veio não só para trazer paz, mas também para nos ajudar com o desenvolvimento de todos os aspectos sociais. Foi bem recebido no país, porque desde 7 de Junho (o conflito de 1998-99) até hoje, tem vindo a oferecer uma boa colaboração. Não houve grandes conflitos, graças a Deus, e graças à colaboração do UNIOGBIS e do governo local."

Training on conflict resolution by UNIOGBIS Gender Affairs Officer Caterina Gomes, 2018 © UNIOGBIS

Combating transnational organized crime

Combate ao crime organizado transnacional

Inceneration of cocaine seized during 'Operation Carapau', 2019 © UNIOGBIS

The number and scale of criminal activities have threatened any efforts to stabilize and develop political and social institutions in Guinea-Bissau. Combatting transnational organized crime requires capable law enforcement agencies coordinating with the other actors in the justice chain, using information and available resources effectively. Vivek Sahay, UNIOGBIS Senior Police Advisor (2016-2017), outlined the challenges:

Reform, he said, "holds many challenges for a national security sector which struggles to take timely decisions, is under-resourced even from international donors and is not adequately shielded from undue political interference, nor is it subject to effective civilian control and oversight. The porosity of the borders, aggressive drug trafficking, the rise of overt and covert terrorist activities in the country and in the region, all pose existential threats to State authorities. The end state we are looking at is a functioning, professional national police which adheres to democratic principles of policing, respects human rights and fundamental freedoms, and ensures the safety, security, and protection of the public."

The political Mission and the UN Office on Drugs and Crime (UNODC) worked jointly to support the implementation of national plans to fight organized crime and drug trafficking. They cooperated to strengthen border control and maritime security, strengthening strategies and operations in the regions. Through offices in Bubaque (Bijagos archipelago) and Buba (South), the Mission's Rule of Law component and UNODC assisted national authorities in preventing and investigating drug trafficking and organized crime, most recently by helping operationalize case management databases.

In its resolution 2404 (2018), the Security Council encouraged all UN and national stakeholders to combat the threat to peace and security posed by drug trafficking, stressing the need to tackle the problem in the countries of origin, transit and final destination, and to ensure that those responsible for drug trafficking-related activities were brought to justice. The UN Mission created a new unit, Combating Drug Trafficking and Organized Crime, which studied the prevalence of drug trafficking and organized transnational crime in Guinea Bissau with the help of UNDP and UNODC.

O número e a escala das actividades criminosas têm ameaçado quaisquer esforços para estabilizar e desenvolver instituições políticas e sociais na Guiné-Bissau. O combate ao crime organizado transnacional exige a coordenação das forças da ordem com os outros actores da cadeia de justiça, utilizando eficazmente a informação e os recursos disponíveis. Vivek Sahay, Conselheiro Sénior de Polícia do UNIOGBIS (2016-2017), delineou os desafios:

A reforma, afirmou, "comporta muitos desafios para um sector de segurança nacional que luta para tomar decisões atempadas, tem poucos recursos mesmo de doadores internacionais e não está adequadamente protegido contra interferências políticas indevidas, nem está sujeito a um controlo e supervisão civis eficazes. A porosidade das fronteiras, o tráfico agressivo de droga, o aumento de actividades terroristas aparentes e encobertas no país e na região, tudo isto representa ameaças existenciais às autoridades estatais. O estado final que estamos a procurar alcançar é uma polícia nacional funcional e profissional que adere aos princípios democráticos de policiamento, respeita os direitos humanos e as liberdades fundamentais e garante a segurança, o bem-estar e a protecção do público."

A Missão Política e o Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) trabalharam em conjunto para apoiar a implementação de planos nacionais de combate ao crime organizado e ao tráfico de droga. Cooperaram para reforçar o controlo fronteiriço e a segurança marítima, reforçando estratégias e operações nas regiões. Através de gabinetes em Bubaque (arquipélago de Bijagos) e Buba (Sul), a componente de Estado de Direito da Missão e o UNODC ajudaram as autoridades nacionais na prevenção e investigação do tráfico de droga e do crime organizado, mais recentemente ajudando a operacionalizar as bases de dados de gestão de casos.

Na sua resolução 2404 (2018), o Conselho de Segurança encorajou todos os intervenientes da ONU e nacionais a combater a ameaça à paz e à segurança colocada pelo tráfico de droga, sublinhando a necessidade de enfrentar o problema nos países de origem, trânsito e destino final, e de assegurar que os responsáveis pelas actividades relacionadas com o tráfico de droga fossem levados à justiça. A Missão da ONU criou uma nova unidade, Combate ao Tráfico de Droga e Crime Organizado, que estudou a prevalência do tráfico de droga e do crime transnacional organizado na Guiné Bissau com a ajuda do PNUD e do UNODC.

The information gathered should “form the bedrock of the development of the national policy," said the unit chief Boma Jack. “The last strategic plan was in 2014, and nothing had been done since, so national institutions like security and justice had been operating on their own individual work plans, without coordination.”

The new policy is to provide coordination and identification of the roles of the different units, including the Transnational Crimes unit, the Interpol component, the AIRCOP team that oversees the airport, the Judiciary Police, Public Order Police and the National Guard who manage and control the borders.

“With that policy in existence, the airport will be properly secured, the management and control of the borders will be taken care of, and the maritime security aspect will be covered,” he said.

UNIOGBIS worked closely with national agencies, co-locating staff in some of the offices. For example, a staff member placed with the Prosecutor General helped to ensure that cases were both prosecuted and monitored following court procedures and due process.

These joint efforts led to more than 2.6 tons of illicit drugs seized in the country in 2019, the biggest apprehension in the country’s history. One operation led by judicial police found 1,947 kilograms of cocaine in the northwest of the country. In another, police discovered a large haul of cocaine in the false bottom of a truck loaded with frozen fish. Twelve suspects had been prosecuted as of mid-2020. According to investigators, the drugs were likely headed to finance terrorist groups in the sub-region.

Judiciary police testing seized drugs, 2019 © UNIOGBIS

A informação recolhida deveria "formar a base do desenvolvimento da política nacional”, disse a chefe de unidade, Boma Jack. "O último plano estratégico foi em 2014 e nada tinha sido feito desde então, pelo que instituições nacionais como a segurança e a justiça tinham estado a operar nos seus próprios planos de trabalho individuais, sem coordenação.”

A nova política consiste em coordenar e identificar os papéis das diferentes unidades, incluindo a unidade de Crimes Transnacionais, a componente Interpol, a equipa AIRCOP que supervisiona o aeroporto, a Polícia Judiciária, a Polícia de Ordem Pública e a Guarda Nacional que gere e controla as fronteiras.

"Com essa política em vigor, o aeroporto estará devidamente protegido, a gestão e o controlo das fronteiras serão assegurados, e o aspecto da segurança marítima será coberto", disse.

O UNIOGBIS trabalhou em estreita colaboração com as agências nacionais, destacando pessoal para alguns dos gabinetes. Por exemplo, um funcionário colocado junto do Procurador-Geral ajudou a assegurar que os casos fossem processados e controlados de acordo com os procedimentos judiciais e o devido processo.

Estes esforços conjuntos levaram à apreensão no país de mais de 2,6 toneladas de drogas ilícitas em 2019, a maior na história nacional. Uma operação liderada pela polícia judiciária encontrou 1.947 quilos de cocaína no noroeste do país. Numa outra, a polícia descobriu uma grande carga de cocaína no fundo falso de um camião carregado com peixe congelado. Doze suspeitos foram acusados em meados de 2020. De acordo com os investigadores, as drogas destinavam-se provavelmente ao financiamento de grupos terroristas na sub-região.

Seized drugs in display at judiciary police, 2019 © UNIOGBIS

Judiciary police Deputy Director, Domingos Correia (right) displays seized drugs, 2019 © UNIOGBIS

“The support of the UN in Guinea-Bissau, in particular UNIOGBIS, has been crucial for the work of the Judiciary Police,” said Domingos Correia, Deputy Director of the Judiciary Police. “Not only for strengthening our capacity, but also for operational support. It is important to highlight the establishment of the unit to Combat Transnational Organized Crime in the context of the West Africa initiative, also with the support of UNODC and the cells to control airport traffic. Thanks to this support we have been able to obtain better results and improve synergies with other State bodies.”

Operations were also conducted at the land borders using a Mobile Interpol Network Database to intercept illegal migrants and assets, with the engagement of regional law enforcement partners.

“All we could do as international partners was to give them support,” said Boma Jack. “But the bulk of the work has been done by the national institutions. We hope that is just the beginning of the increase of seizures and that they will be able to continue to put to work their enhanced skills, with their partners.”

As in other sectors, COVID-19 hampered progress in 2020. According to a report from Global Initiative against Transnational Organized Crime from May 2020, “The lockdown in the country is most likely providing convenient cover for drug trafficking.”

Interpol officer during destruction of seized drugs, 2019 © UNIOGBIS

"O apoio da ONU na Guiné-Bissau, em particular do UNIOGBIS, tem sido crucial para o trabalho da Polícia Judiciária”, disse Domingos Correia, Diretor Adjunto da Polícia Judiciária. "Não só para reforçar a nossa capacidade, mas também para o apoio operacional”. É importante destacar a criação da unidade de Combate ao Crime Organizado Transnacional no contexto da iniciativa da África Ocidental, também com o apoio do UNODC e das células de controlo do tráfego aeroportuário. Graças a este apoio, conseguimos obter melhores resultados e melhorar as sinergias com outros organismos estatais.”

Foram também realizadas operações nas fronteiras terrestres utilizando uma base de dados móvel da Rede Interpol para interceptar migrantes ilegais e bens, com o envolvimento de parceiros regionais de execução da lei.

"Tudo o que podíamos fazer como parceiros internacionais era dar-lhes apoio" ,disse Boma Jack. "Mas a maior parte do trabalho foi feita pelas instituições nacionais. Esperamos que este seja apenas o início do aumento das apreensões e que possam continuar a pôr em prática as suas competências reforçadas, com os seus parceiros".

Tal como noutros sectores, a COVID-19 dificultou o progresso em 2020. De acordo com um relatório da Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional a partir de Maio de 2020, "o bloqueio no país está muito provavelmente a fornecer uma cobertura conveniente para o tráfico de droga .”

Strengthening capacity of the justice and prison systems

Reforço da capacidade da justiça e dos sistemas prisionais

UNIOGBIS UNPOL officers after capacity building activity in Bafata prison, 2017 © UNIOGBIS

Since independence, the country has lacked a truly independent judiciary available to all. UNIOBGIS worked to help expand access to justice. Approximately 70% of the country's prosecutors and judges are based in Bissau, while the rest of them have to cover the five regional and seven sector courts in the countryside.

"Our judiciary institutions, the judicial system as a whole, were supposed to have more capacity to respond to the concerns of the population," said Carmelita Pires, former Minister of Justice (2007 to 2009). "The system works, and that's good, but it could work much better. It's an old diagnosis, and it´s desirable for any country that wants to develop…Instability affects our justice sector. We do not have the judiciary we should have after 42 years as an independent country."

Between 2013 and 2018, UNIOGBIS helped strengthen the performance of judicial and prison institutions, including through the co-location of expertise. This led to improved court administration and management systems, expedited judicial procedures and increased numbers of prosecutions. A compendium of laws that serves as a primary legal reference for magistrates, prosecutors, police, justice officials, the bar association and law students countrywide was reproduced and distributed to ensure access to justice by more members of the public.

To enhance the capacity of prison managers to effectively run the State prisons, around 70 prison guards were trained on management of violent extremism, transnational organized crime and drug-related cases, between 2016 and 2018. The National Prison Directorate held annual training workshops and promoted prisoner rehabilitation in collaboration with civil society, and the prison service was equipped with registry books to strengthen management and security, including better analysis of drug trafficking and organized crime trends and patterns. Despite these efforts, according to the general director for prison services, Francisco Ié, the number of inmates in the two functioning prisons,--180 inmates in mid-2020, -- has nearly doubled.

Desde a independência, o país carece de um poder judicial verdadeiramente independente à disposição de todos. O UNIOBGIS trabalhou para ajudar a expandir o acesso à justiça. Cerca de 70 por cento dos procuradores e juízes do país estão sediados em Bissau, enquanto os restantes têm de cobrir os cinco tribunais regionais e sete tribunais sectoriais nas zonas rurais.

"As nossas instituições judiciárias, o sistema judicial como um todo, deveriam ter mais capacidade para responder às preocupações da população", disse Carmelita Pires, ex-ministra da Justiça (2007 a 2009). "O sistema funciona, e isso é bom, mas poderia funcionar muito melhor. É um diagnóstico antigo, e é desejável para qualquer país que se queira desenvolver… a instabilidade afecta o nosso sector da justiça. Não temos o poder judicial que deveríamos ter após 42 anos como país independente".

Entre 2013 e 2018, o UNIOGBIS ajudou a reforçar o desempenho das instituições judiciais e prisionais, inclusive através da colocação de peritos. Tal levou à melhoria dos sistemas de administração e gestão dos tribunais, à aceleração dos procedimentos judiciais e ao aumento do número de processos judiciais. Um compêndio de leis que serve como referência jurídica primária para magistrados, procuradores, polícia, funcionários da justiça, a Ordem dos Advogados e estudantes de direito em todo o país foi reproduzido e distribuído para garantir o acesso à justiça por mais membros do público.

Para fomentar a capacidade dos gestores prisionais para gerir eficazmente as prisões estatais, cerca de 70 guardas prisionais receberam formação em gestão de extremismo violento, crime organizado transnacional e casos relacionados com a droga, entre 2016 e 2018. A Direcção Nacional das Prisões realizou workshops anuais de formação e promoveu a reabilitação dos presos em colaboração com a sociedade civil e o serviço prisional foi equipado com livros de registo para reforçar a gestão e a segurança, incluindo uma melhor análise das tendências e padrões do tráfico de droga e do crime organizado. Apesar destes esforços, de acordo com o director geral dos serviços prisionais, Francisco Ié, o número de reclusos nas duas prisões em funcionamento, -180 reclusos em meados de 2020, - quase duplicou.

Promoting and protecting human rights

Demonstration for stability and constitutional order, 2017 © UNIOGBIS

Promoção e protecção dos direitos humanos

The mandate of the early political Mission in the field of human rights took a turn in the first half of the 2000s, to address the impact of the continuing political fragility. And despite the lack of a stable government, the Mission's national counterparts made measurable changes to improve basic rights for the citizenry.

The Security Council in 2004 (resolution 1580) called on UNOGBIS "To support all efforts to enhance political dialogue to promote national reconciliation and respect for the rule of law and human rights." In 2009, after a series of political assassinations, the Council expanded the mandate (resolution 1876) to include "human rights protection and monitoring activities and supporting the institutionalization of respect for the rule of law."

With the reconfiguration of the Mission from UNOGBIS to UNIOGBIS, the work of the Human Rights component evolved from supporting the political work of the Mission in creating an environment conducive to national reconciliation, to helping build a human rights infrastructure itself.

"With the deterioration of the human rights situation following the coup d'état of 12 April 2012, aggravated by the malfunctioning of the justice administration and security services, there was a change in the international community in relation to human rights in Guinea-Bissau," recalled Yasmine Cabral, a Mission human rights officer since 2008. "The mandate was reinforced with new features, including the protection and monitoring of human rights, as well as support for authorities and non-state actors in the promotion and protection of human rights,-- in short the building of a national human rights protection system."

O mandato da missão política inicial no domínio dos direitos humanos sofreu uma reviravolta na primeira metade dos anos 2000, de modo a fazer face ao impacto da fragilidade política contínua. E apesar da falta de um governo estável, os interlocutores nacionais da Missão fizeram alterações mensuráveis para melhorar os direitos básicos dos cidadãos.

O Conselho de Segurança em 2004 (resolução 1580) instruiu o UNOGBIS a "apoiar todos os esforços para reforçar o diálogo político para promover a reconciliação nacional e o respeito pelo Estado de direito e pelos direitos humanos". Em 2009, após uma série de assassinatos políticos, o Conselho alargou o mandato (resolução 1876) para incluir "actividades de protecção e controlo dos direitos humanos e de apoio à institucionalização do respeito pelo Estado de direito".

Com a reconfiguração da Missão de UNOGBIS para UNIOGBIS, o trabalho da componente de Direitos Humanos evoluiu do apoio ao trabalho político da Missão na criação de um ambiente conducente à reconciliação nacional, para ajudar a construir uma infra-estrutura de direitos humanos propriamente dita.

"Com a deterioração da situação dos direitos humanos na sequência do golpe de Estado de 12 de Abril de 2012, agravada pelo mau funcionamento da administração da justiça e dos serviços de segurança, ocorreu uma mudança na comunidade internacional em relação aos direitos humanos na Guiné-Bissau", recordou Yasmine Cabral, oficial de direitos humanos da Missão desde 2008. "O mandato foi reforçado com novas características, incluindo a protecção e monitorização dos direitos humanos, bem como o apoio às autoridades e aos actores não estatais na promoção e protecção dos direitos humanos, -- em suma, a construção de um sistema nacional de protecção dos direitos humanos."

Demonstration for stability and constitutional order, 2017 © UNIOGBIS

Luís Vaz Martins

Lawyer and activist, former President of the Guinea-Bissau Human Rights League (LGDH)

UN Support for Human Rights promotion and protection must continue

You worked closely with the UN in difficult times. Can you describe some results of these efforts?

Regardless of the criticisms that can be made, the UN was an important partner in the materialization of several of our projects, mainly after the abandonment by donors (such as OXFAM and ICO—the UK Information Commissioners Office) that traditionally lent financial support to Guinean civil society organizations.

In the protection of human rights defenders, the UN has made important contributions, not only because its presence on the ground served as a deterrent in the defense of the physical integrity of the defenders. But also, the missions carried out by observer delegations and the monitoring of the country, as part of the follow-up to the Universal Periodic Review, has constituted a way of engaging national authorities on different human rights issues, helping to reinforce the Human Rights League's claims.

In addition, the financing of the periodic reports produced by the LGDH was largely supported by the UN over the decade in which I led the organization. Also, participation in international events, such as meetings of the African Commission on Human Rights, International Human Rights Federation and Universal Periodic Examination(s), as well as participation in specific UN committees was often sponsored by the UN, thus contributing to the internationalization of our League's positions.

You led the efforts to combat impunity, which the UN has called one of the country's priorities. What are the main challenges in this area?

Impunity was and continues to be the greatest scourge in efforts made to promote and defend human rights, all of which recognize that failure to combat impunity will permanently condition efforts to achieve peace and political and governmental stability.

On impunity, I have two points: First, reforms in the judiciary, defense and security sectors are urgent, as indispensable vectors in efforts to combat impunity, without which the country would continue in a vicious cycle with no solutions in sight.

Second, society must be able to assess the opportunity and relevance of judicial accountability for certain violent events that occurred in our recent history. This assessment involves identifying our weaknesses, that is, in view of the imperative to carry out conventional justice vis à vis the risks that may arise in the event of a general outflow of insecurity. With the latter, I want to bring up the implementation of alternative means of conflict resolution that would guarantee social peace as the ultimate end of justice. This issue gains even more relevance when it comes to political crimes committed by the military.

With the closure of UNIOGBIS, what would you recommend the reconfigured UN presence do for human rights protection?

Since the promotion of human rights is one of the main goals of the UN… and considering that UNIOGBIS has not managed to achieve its main objective, which is the promotion of peace,--…it practically ends leaving the country with the same pathologies--, the UN without UNIOGBIS must find a configuration that emphasizes the promotion and protection of human rights.

Luis Vaz Martins

Advogado e activista, ex-presidente da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (LGDH)

Apoio da ONU para a promoção dos direitos humanos e proteção deve continuar

Trabalhou em estreita colaboração com a ONU em tempos difíceis. Pode descrever alguns resultados destes esforços?

Independentemente das críticas que possam ser feitas, a ONU foi uma parceira importante na materialização de vários dos nossos projetos, principalmente após o abandono por parte dos doadores que tradicionalmente prestavam apoio financeiro a organizações da sociedade civil guineense.

Na protecção dos defensores dos direitos humanos, a ONU ofereceu importantes contributos, não só porque a sua presença no terreno serviu de dissuasão na defesa da integridade física dos defensores. Mas também, as missões realizadas pelas delegações de observadores e a monitorização do país, como parte do acompanhamento da Revisão Periódica Universal, constituíram uma forma de envolver as autoridades nacionais em diferentes questões de direitos humanos, ajudando a reforçar as reivindicações da Liga dos Direitos Humanos.

Além disso, o financiamento dos relatórios periódicos produzidos pela LGDH foi largamente apoiado pela ONU durante a década em que liderei a organização. Além disso, a participação em eventos internacionais, tais como reuniões da Comissão Africana de Direitos Humanos, Federação Internacional de Direitos Humanos e Exame(s) Periódico(s) Universal, bem como a participação em comités específicos da ONU, foi frequentemente patrocinada pela ONU, contribuindo assim para a internacionalização das posições da nossa Liga.

Quais são os principais desafios no combate à impunidade em matéria de violações dos direitos humanos?

A impunidade foi e continua a ser o maior flagelo nos esforços empreendidos para promover e defender os direitos humanos, todos os quais reconhecem que o fracasso no combate à impunidade condicionará permanentemente os esforços para alcançar a paz e a estabilidade política e governamental.

Sobre a impunidade, tenho dois pontos: Primeiro, as reformas nos sectores judiciário, da defesa e da segurança são urgentes, como vectores indispensáveis para combater a impunidade, sem as quais o país continuaria num ciclo vicioso, sem soluções à vista.

Em segundo lugar, a sociedade deve ser capaz de avaliar a oportunidade e a relevância da responsabilidade judicial por certos acontecimentos violentos que ocorreram na nossa história recente. Esta avaliação implica a identificação das nossas fraquezas, ou seja, tendo em conta o imperativo de realizar a justiça tradicional face aos riscos que podem surgir no caso de um fluxo geral de insegurança.

Com este último aspecto, quero trazer à tona a implementação de meios alternativos de resolução de conflitos que garantam a paz social como o fim último da justiça. Esta questão ganha ainda mais relevância quando se trata de crimes políticos cometidos por militares.

Com o fechamento do UNIOGBIS, o que você recomendaria que a presença reconfigurada da ONU fizesse para a proteção dos direitos humanos?

Sendo a promoção dos direitos humanos um dos principais objetivos da ONU… e considerando que o UNIOGBIS não conseguiu atingir o seu objetivo principal, que é a promoção da paz, -… acaba praticamente deixando o país com as mesmas patologias- -, a ONU sem UNIOGBIS deve encontrar uma configuração que enfatize a promoção e proteção dos direitos humanos.

Engagement with the military on human rights

Envolvimento com os militares em matéria de direitos humanos

Training of military officers, 2019 © UNIOGBIS

The reinforced human rights mandate allowed UNIOGBIS to work in several important areas, including the mainstreaming of human rights into the work of the Armed Forces, and institutionalizing human rights education in the defence sector

Since 2011, the Mission engaged regularly with the military to sensitize them on human rights protection; to monitor the compliance of the military justice system with human rights standards; to advocate for the incorporation of human rights in the work of the military, including through training; and to provide the necessary tools to enable the institutionalization of human rights education in the defence sector.

Setbacks in the military's observation of rights occurred following the 2019 election crisis and the introduction of COVID-19. Media outlets were closed, journalists threatened and hundreds of people detained.

PT
EN

O mandato reforçado dos direitos humanos permitiu ao UNIOGBIS trabalhar em várias áreas importantes, incluindo a integração dos direitos humanos no trabalho das Forças Armadas e a institucionalização da educação em direitos humanos no sector da defesa.

Desde 2011, a Missão tem vindo a colaborar regularmente com os militares para os sensibilizar para a protecção dos direitos humanos; para monitorizar a conformidade do sistema de justiça militar com as normas de direitos humanos; para defender a incorporação dos direitos humanos no trabalho dos militares, incluindo através de formação; e para fornecer os instrumentos necessários para permitir a institucionalização da educação para os direitos humanos no sector da defesa.

Os retrocessos na observação dos direitos pelos militares ocorreram após a crise eleitoral de 2019 e a emergência da COVID-19. Os meios de comunicação social foram encerrados, os jornalistas ameaçados e centenas de pessoas detidas.

The Universal Periodic Review: progress during challenging times

A Revisão Periódica Universal: progresso em tempos difíceis

UNIOGBIS Human rights and ROLSI officers visit Bafata prison, 2017 © UNIOGBIS

The Mission also supported the State and other stakeholders in their engagement with international human rights mechanisms, primarily the Universal Periodic Review for the Human Rights Council. UNIOGBIS helped the Government prepare reports in 2015 and 2019. Council recommendations yet to be fulfilled have included combating impunity, strengthening the independence of the judiciary and establishing an independent human rights national institution.

In its report of March 2020 (A/HRC/44/11), the Council noted that political instability had complicated any implementation of recommendations made by the previous review in 2015. However, “the Government established important initiatives” to do so, including improvements in infrastructure that “would afford citizens greater access to justice,” such as the construction of courts, the establishment of birth registration centers, and the provision of legal aid for economically deprived persons. The increased opportunities to register births along with a national plan on civil status and vital statistics means more Bissau-Guineans will finally ”exist” from a legal and statistical point of view.

To modernize services to better combat corruption and embezzlement of funds, the report noted better control of domestic revenues and the computerization of services, including criminal records. The country had also made progress with legislation, including on remuneration for judges and approval of an Act on the Recovery of Assets from Crime, as well as an Organic Act on the registry of the judiciary and prosecutor’s offices which would allow greater control over the revenues of the courts and other justice services.

“For the first time in the country’s history,” the report noted, “members of the security forces had been tried and convicted” of human rights violations. In 2016, four police officers were convicted for their involvement in the homicide of a citizen in police custody, and an agent of the National Guard was sentenced to eight years in prison for the rape of a citizen.

A Missão também apoiou o Estado e outros intervenientes no seu envolvimento com os mecanismos internacionais de direitos humanos, principalmente a Revisão Periódica Universal para o Conselho dos Direitos Humanos. O UNIOGBIS ajudou o Governo a preparar relatórios em 2015 e 2019. As recomendações do Conselho, ainda por cumprir, incluem o combate à impunidade, o reforço da independência do poder judicial e o estabelecimento de uma instituição nacional independente de direitos humanos.

No seu relatório de Março de 2020 (A/HRC/44/11), o Conselho observou que a instabilidade política tinha complicado qualquer implementação das recomendações feitas pela revisão anterior em 2015. Contudo, “o Governo estabeleceu iniciativas importantes" para o fazer, incluindo melhorias nas infra-estruturas que "permitiriam aos cidadãos um maior acesso à justiça”, tais como a construção de tribunais, a criação de centros de registo de nascimento e a prestação de assistência jurídica a pessoas economicamente desfavorecidas. O aumento das oportunidades de registo de nascimentos juntamente com um plano nacional sobre estado civil e estatísticas vitais significa que mais bissau-guineenses "existirão " finalmente, de um ponto de vista jurídico e estatístico.

Para modernizar os serviços para melhor combater a corrupção e o desvio de fundos, o relatório observou um melhor controlo das receitas internas e a informatização dos serviços, incluindo os registos criminais. O país fez também progressos com a legislação, incluindo em matéria de remuneração dos juízes e aprovação de uma Lei sobre a Recuperação de Bens de Crime, bem como uma Lei Orgânica sobre o registo do poder judicial e do Ministério Público, que permitiria um maior controlo sobre as receitas dos tribunais e outros serviços de justiça.

"Pela primeira vez na história do país", o relatório observou, "membros das forças de segurança foram julgados e condenados" por violações dos direitos humanos. Em 2016, quatro agentes da polícia foram condenados pelo seu envolvimento no homicídio de um cidadão sob custódia policial e um agente da Guarda Nacional foi condenado a oito anos de prisão pela violação de um cidadão.

The Human Rights Defenders Network: widening and consolidating the civic space

A Rede dos Defensores dos Direitos Humanos: alargar e consolidar o espaço cívico

Launch of Human rights defenders network, 2017 © UNIOGBIS

From 2012 to 2017, the Mission's Human Rights Section supported the work and establishment of a network of human rights defenders which now number some 900 community leaders, young activists, lawyers and teachers, including 343 women from 61 organizations nation-wide, who function as an early warning system. The network was officially launched in December 2017 with technical and financial support from UNIOGBIS and the Office of the High Commissioner for Human Rights.

"The purpose of the Network is to strengthen communication among all defenders in order the give all possible protection to organizations and people who have been the target of attacks by the State's civil power, military power or communities themselves," explained the Network's coordinator, Fode Mané, a professor of law.

"The Network, with focal points present even in the most remote areas of the country, plays a key role in the prevention and response to human rights violations. It has been a strategic partner of UNIOGBIS particularly during electoral periods," said Mireya Pena Guzman, UNIOGBIS Human Rights Section Chief

"Nowadays, the police who violated human rights are the ones who respect them the most," Human Rights Defender Augustinho Braima Djaura told a UN publication in 2019, crediting the UNIOGBIS office in Sao Domingos. "Obviously there are still abuses and violations, but at a very low level."

With its support to the Network, the UN has helped to enhance and protect the civic space. Defenders are better able to assess risks of human rights violations, identify actual violations and propose ways to address underlying causes. Their ability to demand accountability from the State has been strengthened. In 2012-2013, for example, members of the Network convinced the Parliament not to approve bills on blanket amnesties.

De 2012 a 2017, a Secção de Direitos Humanos da Missão apoiou o trabalho e o estabelecimento de uma rede de defensores dos direitos humanos que conta actualmente com cerca de 900 líderes comunitários, jovens activistas, advogados e professores, incluindo 343 mulheres de 61 organizações a nível nacional, que funcionam como um sistema de alerta precoce. A rede foi oficialmente lançada em Dezembro de 2017 com o apoio técnico e financeiro do UNIOGBIS e do Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos.

"O objectivo da Rede consiste em reforçar a comunicação entre todos os defensores a fim de oferecer toda a protecção possível às organizações e pessoas que tenham sido alvo de ataques do poder civil do Estado, do poder militar ou das próprias comunidades", explicou o coordenador da Rede, Fode Mané, um professor de direito.

"A Rede, com pontos focais presentes mesmo nas áreas mais remotas do país, desempenha um papel fundamental na prevenção e resposta às violações dos direitos humanos. Tem sido uma parceira estratégica do UNIOGBIS particularmente durante os períodos eleitorais", disse Mireya Pena Guzman, Chefe da Secção de Direitos Humanos do UNIOGBIS.

"Actualmente, a polícia que violava os direitos humanos é quem mais os respeita", disse o Defensor dos Direitos Humanos, Augustinho Braima Djaura a uma publicação da ONU em 2019, atribuindo esse progresso ao gabinete do UNIOGBIS em São Domingos. "Obviamente que ainda há abusos e violações, mas a um nível muito baixo".

Com o seu apoio à Rede, a ONU tem ajudado a melhorar e proteger o espaço cívico. Os defensores estão mais aptos a avaliar os riscos de violação dos direitos humanos, identificar violações reais e propor formas de abordar as causas subjacentes. A sua capacidade de exigir responsabilização por parte do Estado foi reforçada. Em 2012-2013, por exemplo, os membros da Rede convenceram o Parlamento a não aprovar projetos de lei sobre amnistias generalizadas.

Human rights and prisons

Direitos humanos e prisões

Bafata Regional Human Rights officer visits police detention centre , 2016 © UNIOGBIS

Since 2009, the Mission's Human Rights component monitored prisons and detention centers in Bissau and in the regions. These visits contributed to a new respect for the rights of persons deprived of liberty, mainly by a reduced number of people held in prolonged and arbitrary detention, and an increase in their access to health care and nutritional meals.

Regular human rights monitoring also contributed to an improvement in the conditions of detainee cells, particularly in Bissau, Bafatá and Gabú. This included the distribution of mattresses and paintings of the Mandela Rules in prison public spaces. Mission human rights staff trained prison guards and sensitized detainees on their rights. Through regular monitoring of detention facilities and advocacy, hundreds of cases of prolonged or arbitrary detention were resolved, with several detainees released. Just between 2018-2019, a total of 220 detainees in prolonged/ arbitrary detention were released.

Human rights violations in some prisons and detention centers have decreased, and the behavior of staff has changed as a result, reported the Mission's Human Rights Section.

PT
EN

Desde 2009, a componente de Direitos Humanos da Missão monitorizou as prisões e centros de detenção em Bissau e nas regiões. Estas visitas contribuíram para um novo respeito pelos direitos das pessoas privadas de liberdade, principalmente por um número reduzido de pessoas detidas de forma prolongada e arbitrária e um aumento do seu acesso a cuidados de saúde e refeições nutricionais.

O controlo regular dos direitos humanos também contribuiu para uma melhoria das condições das celas dos detidos, particularmente em Bissau, Bafatá e Gabú. Isto incluiu a distribuição de colchões e pinturas do Regulamento Mandela em espaços públicos prisionais. O pessoal de direitos humanos da missão treinou os guardas prisionais e sensibilizou os detidos sobre os seus direitos. Através da monitorização regular das instalações de detenção e da advocacia, centenas de casos de detenção prolongada ou arbitrária foram resolvidos, com vários detidos libertados. Apenas entre 2018-2019, um total de 220 detidos em detenção prolongada / arbitrária foram libertados.

As violações dos direitos humanos em algumas prisões e centros de detenção diminuíram e, em resultado, o comportamento do pessoal mudou, informou a Secção de Direitos Humanos da Missão.

Human rights and the national educational system

Os direitos humanos e o sistema educativo nacional

© UNICEF

In 2017, the Mission established a partnership with the Ministry of Education and its Institute of Educational Development to implement the World Programme on Human Rights Education and to incorporate human rights in primary school curricula. The partnership helped national authorities to implement some of the recommendations regarding education from the 2015 Universal Periodic Review.

As a result, many education personnel have been trained in human rights education; activities have been undertaken to sensitize children about their rights in schools; and a package of educational tools has been elaborated.

This has stimulated the creation of local organizations which focus on non-formal education and promotion of human rights in the communities.

Carlos Aliu Cande recalled working with UNIOGBIS to establish Prodipas, a local human rights organization in Buba, in the south of the country:

“My organization works to promote human rights, dialogue and prevention of crimes. It was created in Sao Domingos to combat early marriage, domestic violence, murder charges for witchcraft, and other robberies and thefts that were very high in the region. We discussed with UNIOGBIS the need to create this organization to sensitize the communities. We started in the Quinara region, then formed antennas in each section, with committees in each tabanca (village) to promote social dialogue.

”

PT
EN

Em 2017, a Missão estabeleceu uma parceria com o Ministério da Educação e o seu Instituto de Desenvolvimento Educativo para implementar o Programa Mundial sobre Educação em Direitos Humanos e incorporar os direitos humanos nos currículos do ensino primário. A parceria ajudou as autoridades nacionais a implementar algumas das recomendações relativas à educação da Revisão Periódica Universal de 2015.

Como resultado, muitos funcionários da educação foram formados em educação sobre direitos humanos; foram empreendidas actividades para sensibilizar as crianças sobre os seus direitos nas escolas; e foi elaborado um pacote de ferramentas educacionais.

Isto estimulou a criação de organizações locais que se concentram na educação não-formal e na promoção dos direitos humanos nas comunidades.

Carlos Aliu Cande recordou o trabalho com o UNIOGBIS para estabelecer a Prodipas, uma organização local de direitos humanos em Buba, no sul do país:

"A minha organização trabalha para promover os direitos humanos, o diálogo e a prevenção de crimes. Foi criada em São Domingos para combater o casamento precoce, violência doméstica, acusações de homicídio por bruxaria e outros roubos e furtos que eram muito elevados na região. Discutimos com o UNIOGBIS a necessidade de criar esta organização para sensibilizar as comunidades. Começámos na região de Quinara, depois formámos antenas em cada secção, com comités em cada tabanca (aldeia) para promover o diálogo social.

”

Augusto Mário da Silva

President of the Guinean Human Rights League (LGDH)

UN always on the side of civil society

You led the League during a time of instability. How do you evaluate the joint UN / civil society efforts for the promotion of human rights?

The United Nations was a major driver of civil society participation in the political dialogue process underway for building consensus around issues considered crucial for political stability. Gender balance has never escaped the agenda and has always been one of the UN's priorities in this process… We only need to remember the efforts made by the UN to enable the participation of civil society in the negotiations to obtain the Conakry Agreement, and towards support for the Organizing Committee of the Conference Pathways for Development and the Council of Women.

The UN allowed civil society to gain greater visibility and greater participation in the decision-making process on matters of national interest. The UN has always been on the side of civil society organizations, not only in strengthening their intervention capacities, but also in supporting their advocacy to influence the design and implementation of public policies in favor of human rights.

You have participated in several efforts to review the national legal framework. What are the main achievements and what is missing?

Support for reforms of the national legal framework remains one of the League's essential priorities in the context of fulfilling its mission to promote and defend human rights. Despite the vicious cycle of political instability that has affected Guinea-Bissau, with particular focus on the functioning of the paralyzed sovereign organs, some legislative efforts have been successfully carried out, namely, the laws against female genital mutilation, trafficking in human beings and domestic violence. Equally, laws on reproductive health and parity for the participation of women in decision-making spheres were passed. However, there is still a need to review the Constitution to adapt it to the current political, social and economic dynamics of the country and to further densify the provisions on human rights. The approval of a child protection code which will discourage some harmful traditional practices, such as forced begging and early marriage, are among the top priorities for the future.

How will the country gain an independent human rights institution, in line with the Paris principles?

Unfortunately, it has not yet been possible to create conditions for the establishment an independent and credible public institution with the mandate to promote and protect human rights in Guinea-Bissau. The National Commission on Human Rights has not fulfilled its mission of supporting an integrated approach to human rights in public development programs and policies. The statutes of the National Human Rights Commission must be approved by the National People's Assembly to give it the necessary autonomy and independence from the Government, as recommended by the Paris principle. If the National Commission had been constituted respecting that principle, it would include in its work plan the elaboration of a national strategy for the promotion and protection of human rights in Guinea-Bissau.

Augusto Mário da Silva

Presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) desde 2015

ONU sempre esteve ao lado da sociedade civil

Liderou a Liga durante um período de instabilidade. Como avalia os esforços conjuntos ONU/sociedade civil para a promoção dos direitos humanos, especialmente em tempos de instabilidade?

As Nações Unidas foram um dos principais motores da participação da sociedade civil no processo de diálogo político em curso para a construção de consensos em torno de questões consideradas cruciais para a estabilidade política. O equilíbrio de género nunca escapou à agenda e sempre foi uma das prioridades da ONU neste processo... Basta recordar os esforços empreendidos pela ONU para permitir a participação da sociedade civil nas negociações para obter o Acordo de Conacri e para apoiar o Comité de Organização das Vias para o Desenvolvimento da Conferência e o Conselho das Mulheres.

A ONU permitiu à sociedade civil ganhar maior visibilidade e maior participação no processo de tomada de decisões sobre assuntos de interesse nacional.

A ONU tem estado sempre do lado das organizações da sociedade civil, não só no reforço das suas capacidades de intervenção, mas também no apoio à sua defesa para influenciar a concepção e implementação de políticas públicas em favor dos direitos humanos.

Tem participado em vários esforços para rever o quadro jurídico nacional. Quais são as principais conquistas e o que está em falta?

O apoio às reformas do quadro jurídico nacional continua a ser uma das prioridades essenciais da Liga no cumprimento da sua missão de promoção e defesa dos direitos humanos.

Apesar do ciclo vicioso de instabilidade política que tem afectado a Guiné-Bissau, com particular incidência no funcionamento dos órgãos de soberania paralisados, alguns esforços legislativos têm sido levados a cabo com sucesso, nomeadamente, as leis contra a mutilação genital feminina, o tráfico de seres humanos e a violência doméstica. Do mesmo modo, foram aprovadas leis sobre saúde reprodutiva e paridade para a participação das mulheres nas esferas de decisão.

Contudo, há ainda necessidade de rever a Constituição para a adaptar à dinâmica política, social e económica actual do país e para densificar ainda mais as disposições sobre direitos humanos.

A aprovação de um código de protecção infantil que desencoraje algumas práticas tradicionais prejudiciais, tais como a mendicidade forçada e o casamento precoce, estão entre as principais prioridades para o futuro.

Como irá o país alcançar uma instituição de direitos humanos independente, de acordo com os princípios de Paris?

Infelizmente, ainda não foi possível criar condições para o estabelecimento de uma instituição pública independente e credível com o mandato de promover e proteger os direitos humanos na Guiné-Bissau.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos não cumpriu a sua missão de apoiar uma abordagem integrada dos direitos humanos nos programas e políticas de desenvolvimento público.

Os estatutos da Comissão Nacional dos Direitos Humanos devem ser aprovados pela Assembleia Nacional dos Povos para lhe conferir a autonomia e independência necessárias em relação ao Governo, tal como recomendado pelo princípio de Paris. Se a Comissão Nacional tivesse sido constituída respeitando esse princípio, esta incluiria no seu plano de trabalho a elaboração de uma estratégia nacional para a promoção e protecção dos direitos humanos na Guiné-Bissau.

Gender: supporting women’s empowerment

Women of Bolama met in preparation of Women Forum of 2019 © UNIOGBIS

Género: apoiar o empoderamento das mulheres

One of UNIOGBIS' signature achievements has been its support for the greater participation of women in decision-making and conflict prevention. As the Mission prepared to leave, women were represented in various social and political domains at national and international levels.

However, working for the advancement of women in such a context presents many challenges. As Silvia de Giuli, who headed the Mission's Gender Unit, (2018- 2020) recalls: "We have a society with two groups of people, two realities. Some are living in the past, in a very traditional way, while others have many more opportunities, are fully in the 21st century. It is the division between urban women and those in the diaspora who have access to a different world, and the women in the countryside. Lack of literacy is probably the biggest challenge for women. They are not seen as full individuals. It is not expected that a woman has her own opinions, talks openly, expresses disagreements or wishes. The woman is there for the family."

In 2005, UNOGBIS began working actively with women's groups to encourage the establishment of new platforms to promote empowerment, to ensure inclusiveness and integration in the peace process and to unleash the transformational potential of Bissau-Guinean women.

UNIOGBIS adopted a gender-focused lens across its mandated activities, guided by Security Council resolution 1325 on Women, Peace and Security. The mandate emphasized collaboration between the Mission, national authorities and civil society organizations to increase women's social and political participation, including in national reconciliation processes and institution-building, as well as to help address the root causes of instability.

The Mission's Gender Unit focused on women's participation in conflict management and peace and security, particularly in political dialogue and stabilization processes. The goals were political empowerment and participation in decision-making and the electoral process, as well as progress on a broader institutional and legal framework for the promotion of gender equality.

Uma das conquistas-chave do UNIOGBIS tem sido o seu apoio a uma maior participação das mulheres na tomada de decisões e na prevenção de conflitos. Enquanto a Missão se preparava para partir, as mulheres estavam representadas em vários domínios sociais e políticos a nível nacional e internacional.

No entanto, trabalhar para o progresso das mulheres num tal contexto apresenta muitos desafios. Como recorda Silvia de Giuli, que chefiou a Unidade de Género da Missão, (2018- 2020): "Temos uma sociedade com dois grupos de pessoas, duas realidades. Alguns vivem no passado, de uma forma muito tradicional, enquanto outros têm muito mais oportunidades, estão plenamente no século XXI. É a divisão entre as mulheres urbanas e as da diáspora que têm acesso a um mundo diferente, e as mulheres do campo. A falta de alfabetização é provavelmente o maior desafio para as mulheres. Elas não são vistas como indivíduos plenos. Não se espera que uma mulher tenha as suas próprias opiniões, fale abertamente, expresse desentendimentos ou desejos. A mulher está lá para a família".

Em 2005, o UNOGBIS começou a trabalhar activamente com grupos de mulheres para encorajar a criação de novas plataformas para promover o empoderamento, para assegurar a inclusão e a integração no processo de paz e para libertar o potencial transformacional das mulheres bissau-guineenses.

O UNIOGBIS adoptou uma lente centrada no género nas suas actividades mandatadas, orientada pela resolução 1325 do Conselho de Segurança sobre Mulheres, Paz e Segurança. O mandato enfatizava a colaboração entre a Missão, autoridades nacionais e organizações da sociedade civil para aumentar a participação social e política das mulheres, incluindo nos processos de reconciliação nacional e de construção de instituições, bem como para ajudar a combater as causas profundas da instabilidade.

A Unidade de Género da Missão concentrou-se na participação das mulheres na gestão de conflitos e na paz e segurança, particularmente no diálogo político e nos processos de estabilização. Os objectivos eram o empoderamento político e a participação na tomada de decisões e no processo eleitoral, bem como o progresso num quadro institucional e jurídico mais amplo para a promoção da igualdade de género.

In 2012, UNIOGBIS intensified its capacity-building and empowerment efforts through a series of trainings targeting women leaders in civil society, political parties and journalists from across the country. These led to the development and adoption of a National Policy on Gender Equality. The policy had five objectives: enhancing women's access to social services; improving the enjoyment of women's rights; strengthening the capacity of women's organizations; adopting mechanisms to promote gender equality; and increasing women's incomes and participation in decision-making.

A Women's Political Platform was established with technical and financial support from UNIOGBIS in 2013, focusing on advocating a gender perspective in electoral processes, and bringing women into decision-making and mediation during political crises.

Several other initiatives focusing on the role of women in politics were implemented as part of a Peacebuilding Fund project on 'Strengthening the Role of Women in Presidential and Legislative Elections' (2014) which included the establishment of a Women's Situation Room to monitor the elections, campaign assistance for women candidates and training of election monitors and analysts. These successful initiatives were then replicated during the 2019 elections.

The Declaration of Canchungo in 2014 was another milestone for women's rights. Drawn up by civil society organizations, under the lead of the Women's Political Platform, the Declaration promoted gender equality and constitutional, legal and human rights reforms for women. It called for a minimum of 40 per cent women in parliament and governmental institutions; a gender audit of the laws governing the political and electoral system; scholarships for women and girls to access all types of education; and a centre for psychosocial and legal support for survivors of gender-based violence. UNIOGBIS had funded the 2014 meeting of women's organizations in Canchungo which produced the final document.

The Declaration was handed over to President Vaz in February 2015. It underlay the legal framework for the promotion of gender equality, as well as the launch of a Women's Parliamentary Caucus in 2015 whose members work to promote solidarity among women parliamentarians regardless of party affiliation.

Em 2012, o UNIOGBIS intensificou os seus esforços de capacitação e empoderamento através de uma série de acções de formação dirigidas a mulheres líderes da sociedade civil, partidos políticos e jornalistas de todo o país. Estas levaram ao desenvolvimento e adopção de uma Política Nacional para a Igualdade de Género. A política tinha cinco objectivos: melhorar o acesso das mulheres aos serviços sociais; melhorar a fruição dos direitos das mulheres; reforçar a capacidade das organizações de mulheres; adoptar mecanismos para promover a igualdade de género; e aumentar os rendimentos das mulheres e a sua participação na tomada de decisões.

Foi criada uma Plataforma Política de Mulheres com o apoio técnico e financeiro do UNIOGBIS em 2013, centrada na defesa de uma perspectiva de género nos processos eleitorais, e na introdução das mulheres na tomada de decisões e mediação durante as crises políticas.

Várias outras iniciativas centradas no papel das mulheres na política foram implementadas como parte de um projecto do Fundo de Construção da Paz sobre o "Reforço do Papel das Mulheres nas Eleições Presidenciais e Legislativas" (2014) que incluiu a criação de uma Sala de acompanhamento para monitorizar as eleições, assistência à campanha eleitoral para candidatas femininas e formação de monitores e analistas eleitorais. Estas iniciativas bem-sucedidas foram então replicadas durante as eleições de 2019.

A Declaração de Canchungo em 2014 foi outro marco para os direitos das mulheres. Elaborada por organizações da sociedade civil, sob a liderança da Plataforma Política de Mulheres, a Declaração promoveu a igualdade de género e reformas constitucionais, legais e de direitos humanos para as mulheres. Exigia um mínimo de 40 por cento de mulheres no parlamento e nas instituições governamentais; uma auditoria de género às leis que regem o sistema político e eleitoral; bolsas de estudo para mulheres e raparigas acederem a todos os tipos de educação; e um centro de apoio psicossocial e legal para sobreviventes de violência baseada no género. O UNIOGBIS tinha financiado a reunião em 2014 de organizações de mulheres em Canchungo, que produziu o documento final.

A Declaração foi entregue ao Presidente Vaz em Fevereiro de 2015. Subjacente ao quadro legal para a promoção da igualdade de género, bem como ao lançamento de um Grupo Parlamentar de Mulheres em 2015, cujos membros trabalham para promover a solidariedade entre as mulheres parlamentares, independentemente da filiação partidária.

> *"We women are used to solving our family problems. With the existence of these networks, we will improve our ability as a sphere of influence in promoting peace and harmony in our communities," said Police officer Aida Aminata Fadia.*
>
> *"In recent years, in coordination with the Women's Political Platform, we have been working to promote peaceful elections, anticipating and mitigating electoral violence and gender-based electoral violence, through dialogue," said Elisa Pinto, President of the Women's Network for Peace and Security in ECOWAS Space (REMPSECAO).*

The lobbying and advocacy efforts for women's rights and participation in decision-making, led by the Women's Political Platform, finally resulted in the passing of the gender Parity law by Parliament, in 2018, intended to improve women's participation in policy and decision-making. The law stipulated that 36 per cent of candidates for legislative and local elections be women.

"The Parity law allows a conversation around women's rights and their participation in decision-making, particularly in politics. It changes mindsets and approaches (to) the culture within the political parties and political system. With no public funding for politics, candidates need to rely on their own resources, and it is more difficult for women to have the financial means to run at the same level as men" explained Silvia de Giuli.

Following the March 2019 elections, the new Government led by Prime Minister Aristides Gomes had 16 ministries, eight headed by women. Gender parity was reached for the first time in Guinea-Bissau's Government, which became the fourth country in Africa to achieve that. Advocacy to expand the parity principle to other structural reforms continues.

> *"Nós mulheres estamos habituadas a resolver os nossos problemas familiares. Com a existência destas redes, melhoraremos a nossa capacidade como esfera de influência na promoção da paz e harmonia nas nossas comunidades", disse a oficial da Polícia, Aida Aminata Fadia.*
>
> *"Nos últimos anos, em coordenação com a Plataforma Política de Mulheres, temos trabalhado para promover eleições pacíficas, antecipando e mitigando a violência eleitoral e a violência eleitoral baseada no género, através do diálogo", disse Elisa Pinto, Presidente da Rede de Mulheres para a Paz e Segurança no Espaço da CEDEAO (REMPSECAO).*

Os esforços de lóbi e defesa dos direitos das mulheres e da participação na tomada de decisões, liderados pela Plataforma Política de Mulheres, resultaram finalmente na aprovação da lei da Igualdade de Género pelo Parlamento, em 2018, destinada a melhorar a participação das mulheres na política e na tomada de decisões. A lei estipulava que 36 por cento dos candidatos às eleições legislativas e locais fossem mulheres.

"A lei da paridade permite uma conversa sobre os direitos das mulheres e a sua participação na tomada de decisões, particularmente na política. Muda as mentalidades e as abordagens (à) cultura no seio dos partidos políticos e do sistema político. Sem financiamento público para a política, os candidatos precisam contar com os seus próprios recursos, e é mais difícil para as mulheres terem os meios financeiros para concorrer ao mesmo nível que os homens" explicou Silvia de Giuli.

Após as eleições de Março de 2019, o novo Governo liderado pelo Primeiro-Ministro Aristides Gomes tinha 16 ministérios, oito chefiados por mulheres. A igualdade de género foi alcançada pela primeira vez no Governo da Guiné-Bissau, que se tornou o quarto país em África a consegui-lo. A advocacia para expandir o princípio da igualdade a outras reformas estruturais continua.

UNIOGBIS also promoted women's participation in conflict management and mediation. The Women's Network for Peace and Security in ECOWAS Space promoted women in election monitoring and conflict management.

The Network was formalized by a constituent general assembly in 2013, with support from the Peacebuilding Fund through UNIOGBIS.

The Women Mediators Network, supported by the Mission and Peacebuilding Fund, has trained women in conflict prevention and resolution across the country since 2016. Traditionally marginalized actors from local communities began to engage with various associations on community conflict management.

"Unfortunately, our courts cannot solve all the problems in this land. This Network of Women Mediators is helping to develop a process with the community, especially in informal matters," said Osiris Francisco Pina Ferreira, Counselor Judge of the Supreme Court of Justice. "Issues such as the crimes of rape and homicide must be brought to the Public Prosecutor's Office, to be properly treated. The Network of Women Mediators can help a lot in solving problems in communities."

The Guinean Council of Women Facilitators established in 2018 and comprised of representatives from civil society and political parties has promoted inclusive dialogue for political stability and good governance. They organized three women and girls forums for peace in 2018 and 2019, and focused on preparing youth to become leaders.

O UNIOGBIS também promoveu a participação das mulheres na gestão e mediação de conflitos. A Rede de Mulheres para a Paz e Segurança no Espaço CEDEAO promoveu as mulheres na monitorização de eleições e gestão de conflitos. A Rede foi formalizada por uma assembleia geral constituinte em 2013, com o apoio do Fundo para a Construção da Paz através do UNIOGBIS.

A Rede de Mulheres Mediadoras, apoiada pela Missão e pelo Fundo da ONU para a Construção da Paz, tem formado mulheres na prevenção e resolução de conflitos em todo o país desde 2016. Os actores tradicionalmente marginalizados das comunidades locais começaram a envolver-se com várias associações na gestão de conflitos comunitários.

"Infelizmente, os nossos tribunais não conseguem resolver todos os problemas desta terra. Esta Rede de Mulheres Mediadoras ajuda a desenvolver um processo com a comunidade, especialmente em assuntos informais", afirmou Osiris Francisco Pina Ferreira, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. "Questões como os crimes de violação e de homicídio devem ser levados ao Ministério Público, para serem devidamente tratados. A Rede de Mulheres Mediadoras pode ajudar muito na resolução de problemas nas comunidades."

O Conselho Guineense de Mulheres Facilitadoras criado em 2018 e composto por representantes da sociedade civil e dos partidos políticos promoveu um diálogo inclusivo para a estabilidade política e a boa governação. Organizaram três fóruns de mulheres e jovens mulheres para a paz em 2018 e 2019, e concentraram-se na preparação dos jovens para se tornarem líderes.

Presentation of youth leadership project for environmental protection, 2020 © UNIOGBIS

Council head Fatumata Sane credits UNIOGBIS with helping implement a “zero sexual harassment in schools project” and with drafting the group’s legal framework.

"With the support provided, we hope that in the future girls and boys will be responsible for the sustainable development of their communities, and the country in general, although one of the potential partners for this process is ending its mission in the country. We thank you for your excellent collaboration in the emancipation of girls, and for spreading the culture of peace among Bissau-Guineans," she said.

The Mission also addressed the gender gap in the Armed Forces, supporting the Committees of Association of Women in the Defense and Security Forces. Officer Felismina Gomes noted that “thanks to the work of the committees created with the support of UNIOGBIS, the Armed Forces now have many women at all levels, including in high ranks, and a Gender and Emancipation of Actions Division. However, there is still much work to do to achieve the desired results."

The Mission helped to mainstream gender across the Government. Silvina Tavares, of the Plataforma Politica das Mulheres da Guiné-Bissau. (Political Women’s Platform) credited UNIOGBIS with this development, but fears some groups may not survive without UN support.

"If women's organizations are recognized today as partners of the Government, it is thanks to the collaboration and commitment of our UN partners,” she said. “Ninety per cent of our activities are carried out with the financial support of the UN…With the withdrawal of UN Women plus UNIOGBIS, many organizations will disappear because they simply will not be able to survive…The UN has played a big role in the development of Guinea Bissau, in terms of human rights, public policies, gender equality, combating violence, women's empowerment, and more.”

A líder do Conselho, Fatumata Sane, dá crédito ao UNIOGBIS com a ajuda à implementação de um "projecto de zero assédio sexual nas escolas" e com a elaboração do quadro legal do grupo.

"Com o apoio fornecido, esperamos que no futuro raparigas e rapazes sejam responsáveis pelo desenvolvimento sustentável das suas comunidades, e do país em geral, embora um dos potenciais parceiros deste processo esteja a terminar a sua missão no país. Agradecemos-vos pela vossa excelente colaboração na emancipação das raparigas e pela difusão da cultura de paz entre os bissau-guineenses", disse ela.

A Missão também procurou reduzir o fosso entre géneros nas Forças Armadas, apoiando os Comités de Associação de Mulheres nas Forças de Defesa e Segurança. A oficial Felismina Gomes observou que “graças ao trabalho dos comités criados com o apoio do UNIOGBIS, as Forças Armadas têm agora muitas mulheres a todos os níveis, incluindo em altos postos, e uma Divisão de Género e Emancipação de Acções. Contudo, há ainda muito trabalho a fazer para alcançar os resultados desejados".

A Missão ajudou a integrar o género em todo o Governo. Silvina Tavares, da Plataforma Politica das Mulheres da Guiné-Bissau deu crédito ao UNIOGBIS por este desenvolvimento, mas receia que alguns grupos não sobrevivam sem o apoio da ONU.

"Se as organizações de mulheres são hoje reconhecidas como parceiras do Governo é graças à colaboração e empenho dos nossos parceiros da ONU", disse ela. "Noventa por cento das nossas actividades são realizadas com o apoio financeiro da ONU... Com a retirada da ONU Mulheres e do UNIOGBIS, muitas organizações desaparecerão pois simplesmente não conseguirão sobreviver... A ONU tem desempenhado um grande papel no desenvolvimento da Guiné-Bissau, em termos de direitos humanos, políticas públicas, igualdade de género, combate à violência, empoderamento das mulheres, e muito mais.”.

Women’s council conference, 2018 © UNIOGBIS

Gender and the COVID-19 response: New Market in Bissau

O género e a resposta à COVID-19: Novo Mercado em Bissau

New market in the green space in Ajuda neighborhood, 2020 © UNIOGBIS

COVID-19 hit Guinea-Bissau in March 2020, infecting several senior members of the Government, which imposed a state of emergency that month. In June 2020, hospitals were full, and essential medical services were breaking down. The impact on economy due to the near collapse of the cashew export market was expected to be devastating.

In the capital Bissau, hundreds of people congregate every day in the crowded market, making social distancing virtually impossible. To tackle this problem, the authorities established a new space in the capital's "Green Area," in Bairro de Ajuda neighbourhood.

UNIOGBIS engaged the Women's Network for Peace and Security to assist municipal authorities in relocating part of the old downtown women's market to the Green Area, and to prepare the space according to prevention and hygiene practices.

The project entailed distanced market stalls and queuing posts as well as health education boxes run by women and youth volunteers and equipped with washing facilities and information materials. An association of disabled women made protective masks to be handed out. Women's groups used the facility to issue a peacebuilders' message, inviting all Bissau-guineans to embrace dialogue for progress.

After some initial resistance to moving by the 'Bideiras' (women market sellers), the new market opened in April. The Women's Network subsequently moved to another three markets, assembled with UN support.

"Despite many challenges, we are committed to continue working to expand to the region as this is the only way to ensure people's livelihoods without putting them at risk," said Elisa Pinto, President of the Women's Network (REMPSECAO).

These activities corresponded with Secretary-General Guterres' plea to "build back better." Market decentralization had been intended as a first step toward the rehabilitation and revamping of local food markets to allow people to stay in their own neighbourhoods during the COVID-19 crisis. But the system may end up as a sustainable improvement to women's working conditions.

A COVID-19 atingiu a Guiné-Bissau em Março de 2020, infectando vários membros superiores do Governo, o qual impôs o estado de emergência nesse mês. Em Junho de 2020, os hospitais estavam cheios e os serviços médicos essenciais estavam em colapso. O impacto na economia devido ao quase colapso do mercado de exportação de caju era de esperar que fosse devastador.

Na capital, Bissau, centenas de pessoas reúnem-se todos os dias no mercado apinhado, tornando o distanciamento social virtualmente impossível. Para enfrentar este problema, as autoridades estabeleceram um novo espaço na "Zona Verde" da capital, no Bairro de Ajuda.

O UNIOGBIS contratou a Rede de Mulheres pela Paz e Segurança para ajudar as autoridades municipais a transferir parte do antigo mercado de mulheres do centro da cidade para a Zona Verde, e para preparar o espaço de acordo com as práticas de prevenção e higiene.

O projecto implicou bancas de mercado distantes e postos de espera, bem como caixas de educação sanitária geridas por mulheres e jovens voluntários e equipadas com instalações de lavagem e materiais de informação. Uma associação de mulheres deficientes produziu máscaras de protecção para distribuição. Grupos de mulheres utilizaram as instalações para emitir uma mensagem de construtoras da paz, convidando todos os Bissau-guineenses a abraçar o diálogo para o progresso.

Após alguma resistência inicial à mudança por parte das 'Bideiras' (vendedoras no mercado), o novo mercado foi aberto em Abril. A Rede de Mulheres avançou subsequentemente para outros três mercados, construídos com o apoio da ONU.

"Apesar dos muitos desafios, estamos empenhados em continuar a trabalhar para expandir para a região, uma vez que esta é a única forma de garantir a subsistência das pessoas sem as colocar em risco", disse Elisa Pinto, Presidente da Rede de Mulheres (REMPSECAO).

Estas actividades correspondiam ao apelo do Secretário-Geral Guterres para "reconstruir melhor". A descentralização do mercado tinha sido concebida como um primeiro passo para a reabilitação e renovação dos mercados alimentares locais, a fim de permitir às pessoas permanecerem nos seus próprios bairros durante a crise da COVID-19. Mas o sistema pode acabar por se tornar uma melhoria sustentável das condições de trabalho das mulheres.

Public information: reaching out to the people

UNIOGBIS PIO Joelma Mendes during UN radio program broadcast, 2015 * Community outreach activities in the regions, 2019 © UNIOGBIS

Informação pública: chegar ao povo

Since the deployment of UNOGBIS, the Mission reached out to the people of Guinea-Bissau, beyond the political elite, seeing all Bissau-Guineans as potential and important agents of the change they wanted to see in their own country.

For example, from its early days, the Mission partnered with religious leaders who had been actively engaged in reaching a ceasefire in 1998 and later with women's groups which had been mobilized to actively promote peace and stability across the country.

UNIOGBIS used radio to reach people in the most remote areas, to engage them and promote informed decision-making. The UN radio programme "Perspectivas," a joint UNIOGBIS-UNCT project, broadcast over national and community radio stations for almost two decades, with updates about UN activities, national priorities supported by the UN and major UN agendas such as the Millennium Development Goals and the 2030 Sustainable Development Goals.

In the last four years of the Mission, the programme became interactive, with listeners asking questions, offering their perspectives and sharing experiences among regions. Listeners could be critical, but the feedback was also positive.

"Thank you for this programme and for your efforts to help our country. Now I understand that you have a mandate decided by the UN Security Council. But you have to tell those nations that we need a stronger mission, to help us strengthen our justice and our State," said one listener from Bafatá during a discussion on mandate renewal.

"The UN should impose stronger measures against our politicians, like they did with the military, to make them follow our laws, as they are used to impunity and our justice is weak," said another listener in Bissau.

UNIOGBIS regional offices were critical in understanding and communicating the most pressing needs of the population, helping to address communal conflicts, promoting human rights and supporting the local authorities. Offices opened in 2013 in Bafatá, São Domingos, and Buba, and in 2015 in Bubaque.

Desde o destacamento do UNOGBIS, a Missão chegou ao povo da Guiné-Bissau, para além da elite política, vendo todos os bissau-guineenses como potenciais e importantes agentes da mudança que queriam ver no seu próprio país.

Por exemplo, desde os seus primórdios, a Missão estabeleceu parcerias com líderes religiosos que tinham estado activamente empenhados em alcançar um cessar-fogo em 1998 e mais tarde com grupos de mulheres mobilizados para promover activamente a paz e a estabilidade em todo o país.

O UNIOGBIS utilizou a rádio para chegar às pessoas nas áreas mais remotas, para as envolver e promover a tomada de decisões informada. O programa de rádio da ONU "Perspectivas", um projecto conjunto UNIOGBIS-UNCT, transmitido em estações de rádios nacionais e comunitárias durante quase duas décadas, com actualizações sobre as actividades da ONU, prioridades nacionais apoiadas pela ONU e principais agendas da ONU, tais como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030.

Nos últimos quatro anos da Missão, o programa tornou-se interactivo, com os ouvintes a fazerem perguntas, oferecendo as suas perspectivas e partilhando experiências entre regiões. Os ouvintes podiam ser críticos, mas o feedback também era positivo.

"Obrigado por este programa e pelos vossos esforços em ajudar o nosso país. Agora compreendo que tem um mandato decidido pelo Conselho de Segurança da ONU. Mas tem de dizer a essas nações que precisamos de uma missão mais forte, para nos ajudar a fortalecer a nossa justiça e o nosso Estado", afirmou um ouvinte de Bafatá durante uma discussão sobre a renovação do mandato.

"A ONU deveria impor medidas mais fortes contra os nossos políticos, como fizeram com os militares, para os obrigar a seguir as nossas leis, uma vez que estão habituados à impunidade e a nossa justiça é fraca", disse outro ouvinte em Bissau.

Os gabinetes regionais do UNIOGBIS foram fundamentais para compreender e comunicar as necessidades mais prementes da população, ajudando a resolver conflitos comunitários, promovendo os direitos humanos e apoiando as autoridades locais. Os gabinetes foram abertos em 2013 em Bafatá, São Domingos e Buba, e em 2015 em Bubaque.

The regional offices also conducted communication campaigns, organized with civil society networks on topics such as citizenship and constitutional and electoral law. They reached out to the most disenfranchised population, inspiring their participation in public discourse.

In addition, Mission regional offices served as training centres for security forces, locations for civil society interaction, and as platforms to support local administration. Dionisio da Silva was a public information assistant in Buba, Quinara Region.

"We implemented several activities including civic education campaigns in almost all villages of the southern province in the regions of Quinara, Tombali and Bolama Bijagos," he said. "We brought information to the most distant communities about human rights, citizenship, justice and gender equality. This was very welcomed by the community here."

The São Domingos, Bafatá and Bubaque regional offices replicated these efforts in the north, east and on several islands.

Community outreach in Quinara, 2017 © UNIOGBIS

Os gabinetes regionais também realizaram campanhas de comunicação, organizadas com redes da sociedade civil sobre temas como a cidadania, a constituição e a lei eleitoral. Chegaram à população mais desfavorecida, inspirando a sua participação no debate público.

Além disso, os gabinetes regionais da Missão serviram como centros de formação para as forças de segurança, locais de interacção da sociedade civil e como plataformas de apoio à administração local.

Dionisio da Silva foi assistente de informação pública em Buba, Região de Quinara. "Implementámos várias actividades, incluindo campanhas de educação cívica em quase todas as aldeias da província sul nas regiões de Quinara, Tombali e Bolama-Bijagós", disse ele. "Levámos informação às comunidades mais distantes sobre direitos humanos, cidadania, justiça e igualdade de género. Tal foi muito bem recebido pela comunidade aqui".

Os gabinetes regionais de São Domingos, Bafatá e Bubaque replicaram estes esforços no norte, leste e em várias ilhas.

Community outreach in Bolama Bijagos, PIO Iacuba Sani, 2017 © UNIOGBIS

“The Mission has always worked closely with the community and the administration,” said Domingos Nanco, administrator of São Domingos sector. “They helped solve several conflicts, thus contributing to peace and stability in our sector.”

The feedback from local authorities in other regions is similar. “I see the technical staff of UNIOGBIS moving in the tabancas together with our youth, women and big men giving seminars that helped us a lot in raising awareness. They helped us organize our population,” said Binta Nanque Seide, Governor of Buba.

During his three years running the Mission’s Bafatá regional office, Fernando Jorge Pereira had to mediate between different communities, and navigate the difficult pre- and post-electoral periods. On the day the UN flag went down and his office closed, he was satisfied that the UN was leaving “a more resilient community, prepared to address its own problems and to contribute positively to the future of their country.”

A traditional leader in the same area, Augusto Fernandes, said: “We traditional leaders received a lot of support from UNIOGBIS, for example about sustainable development, and how we can work with the population in the tabancas, planning activities. That support was not only when we received money or machines, but also (learning) how we can work among ourselves to achieve our goals. UNIOGBIS has been guiding us to develop our activities in the villages for a long time.”

"A Missão sempre trabalhou em estreita colaboração com a comunidade e a administração", disse Domingos Nanco, administrador do sector de São Domingos. "Ajudaram a resolver vários conflitos, contribuindo assim para a paz e estabilidade no nosso sector".

O feedback das autoridades locais de outras regiões é semelhante. "Vejo o pessoal técnico do UNIOGBIS a mover-se nas tabancas juntamente com os nossos jovens, mulheres e grandes homens a dar seminários que nos ajudaram muito na sensibilização. Ajudaram-nos a organizar a nossa população", disse Binto Nanque Seide, Governador de Buba.

Durante os seus três anos de funcionamento do gabinete regional de Bafatá da Missão, Fernando Jorge Pereira teve de mediar entre diferentes comunidades e navegar pelos difíceis períodos pré e pós-eleitorais. No dia em que a bandeira da ONU foi arriada e o seu gabinete foi encerrado, ficou satisfeito por a ONU estar a deixar "uma comunidade mais resiliente, preparada para enfrentar os seus próprios problemas e contribuir positivamente para o futuro do seu país".

Um líder tradicional na mesma área, Augusto Fernandes, afirmou: "Nós, líderes tradicionais, recebemos muito apoio do UNIOGBIS, por exemplo, sobre o desenvolvimento sustentável e como podemos trabalhar com a população nas tabancas, planeando actividades. Esse apoio não foi apenas quando recebemos dinheiro ou máquinas, mas também (aprendendo) como podemos trabalhar em comum para atingir os nossos objectivos. O UNIOGBIS tem vindo a orientar-nos para desenvolver as nossas actividades nas tabancas (aldeias) há muito tempo.”

Domingos Nanco, administrator of São Domingos, 2019 © UNIOGBIS

Binta Nanque Seide, Governor of Buba, 2019 © UNIOGBIS

Traditional leader, 2019 © UNIOGBIS

View of Bandim Market, centre of Bissau, 2019 © UNIOGBIS

Support to media

Apoio aos meios de comunicação social

Indira Correia Balde, president of journalists' union after her election, 2018 © UNIOGBIS

In order to bolster its potential role for strengthening democracy and the rule of law, the UN and its partners had been supporting media in Guinea-Bissau even before the special political Mission was deployed. The transition of the country into a multiparty system in 1994 had allowed for the establishment of private and community radio stations, which remain a major platform for communication. As of 2020, Guinea-Bissau has a State-owned television and radio broadcaster (RTGB), nine private stations in the capital (some broadcasting to regional capitals) and 40 community radio stations. But internet usage is one of the lowest in the world: about 4 per cent had access in 2018.

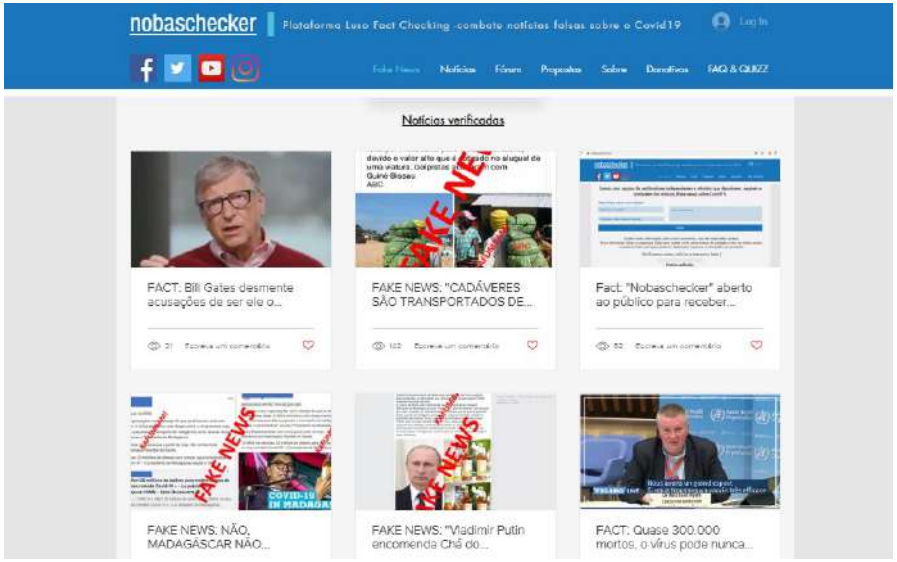
The country's small market and weak economic fabric made media companies extremely dependent of international organizations, in particular UN agencies, funds and programmes which needed the media to sensitize the population on health, agriculture and the environment and to promote behavioral change. Poor remuneration, insufficient professional training and an inadequate legal framework also made media vulnerable to political instrumentalization, especially during electoral periods. The Government has been notoriously repressive towards journalists and private media, including in the post-election crisis of early 2020.

Journalist Micael Pereira training on investigative journalism, 2019 © UNIOGBIS

PT
EN

A fim de reforçar o seu potencial papel no reforço da democracia e do Estado de direito, a ONU e os seus parceiros têm a apoiar os meios de comunicação social na Guiné-Bissau mesmo antes da missão política especial ter sido enviada. A transição do país para um sistema multipartidário em 1994 permitiu a criação de estações de rádio privadas e comunitárias, que continuam a ser uma importante plataforma de comunicação. A partir de 2020, a Guiné-Bissau dispõe de uma emissora estatal de televisão e rádio (RTGB), nove estações privadas na capital (algumas difundidas para capitais regionais) e 40 estações de rádio comunitárias. Mas a utilização da Internet é uma das mais baixas do mundo: cerca de 4 por cento teve acesso em 2018.

O pequeno mercado e o fraco tecido económico do país tornaram as empresas de comunicação social extremamente dependentes de organizações internacionais, em particular agências, fundos e programas da ONU que precisavam dos meios de comunicação social para sensibilizar a população sobre a saúde, a agricultura e o ambiente e para promover mudanças comportamentais. A fraca remuneração, a formação profissional insuficiente e um quadro legal inadequado também tornaram os meios de comunicação social vulneráveis à instrumentalização política, especialmente durante os períodos eleitorais. O Governo tem sido notoriamente repressivo em relação aos jornalistas e aos meios de comunicação privados, incluindo na crise pós-eleitoral do início de 2020.



Luso Platform Fact Checking - combats fake news about Covid 19, 2020 © UNIOGBIS

Bafatá Women's Radio: Giving a voice to women

Rádio Mulher Bafatá: Dando voz às mulheres

Monde Balde, president womens' association of Bafata which created radio, 2019 © UNIOGBIS

The first radio stations in the Bafatá region had been detached from their communities, broadcasting only paid content, or to boost the ego of the journalists, without regard for the audience and other counterparts.

Thanks to UNIOGBIS, we began to receive technical training and support in materials and money that helped pay journalists. Consequently, the work started to be more coordinated and structured, considering the specifics of this radio and community and giving a voice to women who did not have a voice.

In our society, traditionally, men do not treat women equally, with the same rights and perks. Women are relegated to the background and must be domestic workers and must not do other work, even with more academic qualifications than men. They must blindly obey the will and order of men.

That is why we have an arduous task changing this paradigm of Bissau-Guinean men through awareness and clarification programmes on the air.

Monde Balde, President of the Women's Associations Network (ARAMUB) which owns Radio Mulher Bafata

Lolita Cande, Director of Bafata Women's radio, 2019 © UNIOGBIS

PT
EN

As primeiras estações de rádio da região de Bafatá foram desligadas das suas comunidades, transmitindo apenas conteúdos pagos ou a fim de promover o ego dos jornalistas, sem consideração pela audiência e outras contrapartidas.

Graças ao UNIOGBIS, começámos a receber formação técnica e apoio em materiais e capital que ajudavam a pagar aos jornalistas. Consequentemente, o trabalho começou a ser mais coordenado e estruturado, considerando as especificidades desta rádio e da comunidade e dando voz às mulheres que não tinham voz.

Na nossa sociedade, tradicionalmente, os homens não tratam as mulheres da mesma forma, com os mesmos direitos e regalias. As mulheres são relegadas para segundo plano e devem ser trabalhadoras domésticas, não realizando outros trabalhos, mesmo com mais qualificações académicas do que os homens. Devem obedecer cegamente à vontade e ordem dos homens.

É por isso que temos uma árdua tarefa de mudar este paradigma dos homens bissau-guineenses através de programas de sensibilização e esclarecimento no ar.

Monde Balde, Presidente da Rede de Associações de Mulheres ARAMUB), proprietária da Rádio Mulher Bafatá

Bafata Women's Radio team, 2018 © UNIOGBIS

To prevent manipulation and hate speech and to ensure access to balanced information, UNIOGBIS secured $500,000 from the Peacebuilding Fund for a project aimed at strengthening the role of media during the 2014 elections. The grant supported professional journalists and community radio stations across the country in the dissemination of ethical, independent, accurate and reliable information before, during and after the elections. In addition to training, media also received computers, audio recorders, cameras and motorbikes.

Based on the results, a new $800,000 PBF project was signed with the Bissau-Guinean National Council for Social Communication in 2018 to strengthen the independence of the media by addressing issues preventing them from playing a more positive role in building democracy and sustaining peace.

UNIOGBIS and UNDP led implementation of the project, with support from the Secretary of State for Social Communication. They revised the legal framework regulating media, supported women's participation, held training on ethics and conflict-sensitive reporting, and produced broadcast programmes on civic education.

The project had positive impact: a women's radio station in Bafatá was created and 10 journalists trained. Five community stations were equipped with solar panels to ensure more consistent dissemination of information in remote areas.

A fund was set up with the union of journalists to assist the defence of professionals who were receiving threats.

Three new laws were drafted --on online communication, press accreditation and the financing of the media sector. The blockage in Parliament and rotation of governments have delayed their adoption.

The project supported the professionalization of journalism by the creation of a media consortium, a journalists' union with elected representatives and the community radio network. The project also supported the creation of content to promote peacebuilding as well as the country's first telenovela and eight investigative reports.

Para evitar manipulações e discursos de ódio e assegurar o acesso a informação equilibrada, o UNIOGBIS obteve 500 mil dólares do Fundo de Construção da Paz para um projecto destinado a reforçar o papel dos meios de comunicação durante as eleições de 2014. A subvenção apoiou jornalistas profissionais e estações de rádio comunitárias em todo o país na divulgação de informação ética, independente, exacta e fiável antes, durante e após as eleições. Além da formação, os meios de comunicação social receberam também computadores, gravadores áudio, câmaras fotográficas e motociclos.

Com base nos resultados, foi assinado um novo projecto PBF no valor de 800 mil dólares com o Conselho Nacional de Comunicação Social Bissau-Guineense em 2018 para reforçar a independência dos meios de comunicação social, abordando questões que os impedem de desempenhar um papel mais positivo na construção da democracia e na manutenção da paz.

O UNIOGBIS e o PNUD lideraram a implementação do projecto, com o apoio da Secretaria de Estado da Comunicação Social. Reviram o quadro legal que regula os meios de comunicação social, apoiaram a participação das mulheres, realizaram formação sobre ética e reportagens sensíveis aos conflitos e produziram programas de radiodifusão sobre educação cívica.

O projecto teve um impacto positivo: foi criada uma estação de rádio feminina em Bafatá e foram formados 10 jornalistas. Cinco estações comunitárias foram equipadas com painéis solares para assegurar uma divulgação mais consistente da informação em áreas remotas.

Foi criado um fundo com o sindicato de jornalistas para ajudar a defesa dos profissionais que recebiam ameaças.

Foram elaboradas três novas leis – sobre comunicação online, acreditação de jornalistas e financiamento do sector dos media. O bloqueio no Parlamento e a rotação dos governos atrasaram a sua adopção.

O projecto apoiou a profissionalização do jornalismo através da criação de um consórcio de comunicação social, um sindicato de jornalistas com representantes eleitos e a rede de rádio comunitária. O projecto também apoiou a criação de conteúdos para promover a construção da paz, bem como a primeira telenovela do país e oito reportagens investigativas.

More than 150 journalists received training in media management, peacebuilding, law, investigative journalism, fake-news and even coronavirus. Three journalists received grants to create innovations in the sector.

Demba Sanha, Secretary-General of the National Network of Community Radios and Televisions (RENARC), said that the UN-organized training and capacity building improved the performance of media: “Media professionals have understood that information is made with the population and for the population. I hope that this collaboration will continue and that the Bissau-Guinean media will know how to make great profits from it in managing their respective newsrooms.”

The proliferation of fake news on social media and traditional media has also been addressed recently by means of two independent fact-checking teams: one during the elections, working under the National Council for Social Communication – an independent regulatory body mandated by Parliament - and one during the COVID-19 pandemic.

The most visible achievement of the support to media has been the construction of a multimedia centre in Bissau, housing the country's first professional journalism school, three studios (TV, radio, press), a library and a mobile radio station. The centre is to provide continuous training, but also to act as a meeting place for journalists, to produce better quality content and ensure profitability for the sector, including through equipment rentals.

Mais de 150 jornalistas receberam formação em gestão dos media, construção da paz, direito, jornalismo de investigação, notícias falsas e até coronavírus. Três jornalistas receberam subsídios para inovar no sector.

Demba Sanhá, Secretário-Geral da Rede Nacional de Rádios e Televisões Comunitárias (RENARC) disse que a formação organizada pela ONU e o desenvolvimento de capacidades melhoraram o desempenho dos meios de comunicação social: "Os profissionais dos media compreenderam que a informação é feita com a população e para a população. Espero que esta colaboração continue e que os meios de comunicação social bissau-guineenses saibam como obter grandes lucros na gestão das suas respectivas redacções".

A proliferação de notícias falsas em meios de comunicação social e meios de comunicação tradicionais foi também abordada recentemente através de duas equipas independentes de verificação de factos: uma durante as eleições, trabalhando sob o Conselho Nacional de Comunicação Social - um órgão regulador independente mandatado pelo Parlamento - e outra durante a pandemia de COVID-19.

A realização mais visível do apoio aos media foi a construção de um centro multimédia em Bissau, albergando a primeira escola de jornalismo profissional do país, três estúdios (televisão, rádio, imprensa), uma biblioteca e uma estação de rádio móvel. O centro deverá proporcionar formação contínua mas também funcionar como ponto de encontro para jornalistas, para produzir conteúdos de melhor qualidade e assegurar a rentabilidade do sector, inclusive através do aluguer de equipamento.

Construction and equipment of multimedia centre, supported by PBF, 2019-2020 © UNIOGBIS

Despite continued political pressure, coverage of issues by private media has been more balanced than in the past. Journalists in national media and community stations have been increasingly aware of the impact of their work, their independence and their responsibility in sustaining peace. Numerous partnerships forged between national actors (Casa dos Direitos, Association of Writers etc.) and international ones (LUSA, SIC, European Union, Press Association of Sevilha, for example) should ensure continuous support for the media sector.

“The work of the UN brought great advances for community media,’ said Sophie Pereira, UNIOGBIS project manager for media support. “The UN agencies created a dissemination system for their activities, passing a lot of information on community bodies, creating a cooperation not only to publicize the UN's actions in the country, but also to build a capacity-building mechanism for community media outlets that has had a great impact on the population.”

Perhaps as testament to their power, various media were invaded and/or shut down following the 2020 post-election crisis, and journalists were detained and harassed. The intervention was not entirely new: Reporters Without Borders wrote that over the previous three years, “the political impasse has polarized the media and journalists, weakened them and left them extremely vulnerable to political influence and pressure.”

Apesar da pressão política contínua, a cobertura das questões pelos meios de comunicação privados tem sido mais equilibrada do que no passado. Os jornalistas dos meios de comunicação social nacionais e das estações comunitárias estão cada vez mais conscientes do impacto do seu trabalho, da sua independência e da sua responsabilidade na manutenção da paz. Numerosas parcerias estabelecidas entre atores nacionais (Casa dos Direitos, Associação de Escritores, etc.) e internacionais (LUSA, SIC, União Europeia, Associação de Imprensa de Sevilha, por exemplo) deverão assegurar um apoio contínuo ao sector dos média.

"O trabalho da ONU trouxe grandes avanços para os média comunitários", disse Sophie Pereira, gestora de projecto do UNIOGBIS de apoio aos média. "As agências da ONU criaram um sistema de divulgação das suas actividades, passando muita informação sobre os organismos comunitários, criando uma cooperação não só para divulgar as acções da ONU no país, mas também para construir um mecanismo de capacitação para os meios de comunicação comunitários que teve um grande impacto sobre a população.”

Talvez como prova do seu poder, vários meios de comunicação social foram invadidos e/ou encerrados após a crise pós-eleitoral de 2020, e os jornalistas foram detidos e assediados. A intervenção não era inteiramente nova: Repórteres sem Fronteiras escreveu que durante os três anos anteriores, "o impasse político polarizou os média e os jornalistas, enfraqueceu-os e deixou-os extremamente vulneráveis à influência política e à pressão".

Radio is still the most important media in Guinea-Bissau. Youth in Bandim market, Bissau 2019 © UNIOGBIS

Staff members speak of their service

SRSG Sori-Coulibaly and staff after farewell ceremony, September 2020 © UNIOGBIS

Os funcionários falam do seu serviço

Among the smallest of UN field missions, with limited resources but broad mandates, UNOGBIS and UNIOGBIS credit the dedication and commitment of their staff for the missions' achievements.

At its maximum strength, in 2014-2015, UNIOGBIS had 160 staff members, including nationals of 50 countries, 75 Bissau-Guinean staff, 20 UN police and about 40 women. Gender parity improved and in 2020, the head of mission was a woman as were half of the heads of section.

Here is what a few of them had to say about their work:

"UNIOGBIS contributed to a change in mentality and raised awareness of Bissau-Guineans in rural and urban areas on citizenship and human rights, justice and the rule of law, and to an increase in investigations and combating impunity from common and organized crime." **Lucinda Barbosa, Legal advisor, Rule of Law and Security Institutions.**

"The Mission played a decisive role in changing the paradigm of gender equality in Guinea-Bissau. It helped the creation of organizations for the defence and promotion of gender equality and women's human rights, and supported the Government in adopting policies and strategies that promote gender equality. Many laws have been adopted thanks to the support of UNIOGBIS, (including) the law against female genital mutilation, the law against domestic violence, the Parity law and the law on reproductive health." **Bubacar Turé, Gender Unit**

Entre as missões de campo mais pequenas da ONU, com recursos limitados mas mandatos amplos, o UNOGBIS e o UNIOGBIS dão crédito à dedicação e empenho do seu pessoal para as conquistas das missões.

Na sua força máxima, em 2014-2015, o UNIOGBIS tinha 160 funcionários, incluindo nacionais de 50 países, 75 funcionários bissau-guineenses, 20 polícias da ONU e cerca de 40 mulheres. A igualdade de género melhorou e em 2020 o chefe de missão era uma mulher, tal como metade dos chefes de secção.

Eis o que alguns deles tinham a dizer sobre o seu trabalho:

"O UNIOGBIS contribuiu para uma mudança de mentalidade e uma maior sensibilização dos bissau-guineenses nas zonas rurais e urbanas sobre cidadania e direitos humanos, justiça e Estado de direito, e para um aumento das investigações e combate à impunidade do crime comum e organizado". **Lucinda Barbosa, Consultora Jurídica, Estado de Direito e Instituições de Segurança.**

"A Missão desempenhou um papel decisivo na mudança do paradigma da igualdade de género na Guiné-Bissau. Ajudou a criação de organizações de defesa e promoção da igualdade de género e dos direitos humanos das mulheres, e apoiou o Governo na adopção de políticas e estratégias que promovem a igualdade de género. Muitas leis foram adoptadas graças ao apoio do UNIOGBIS, (incluindo) a lei contra a mutilação genital feminina, a lei contra a violência doméstica, a lei da Igualdade e a lei sobre saúde reprodutiva."
Bubacar Turé, Unidade de Género.

Mission Townhall meeting, 2019 © UNIOGBIS

Electoral task force meeting, 2019 © UNIOGBIS

Mission Townhall meeting, 2018 © UNIOGBIS

“Through its outreach on human rights and citizenship across the country, UNIOGBIS helped the population know their rights and duties. There have also been gains in terms of improving prison conditions (food, health), but there are still situations of prolonged and arbitrary detentions that we are unable to cope with due to the instability in the country.” **Mirandolino Có, Human Rights Section.**

“Every UNIOGBIS and UNCT staff should feel proud of being part of a team that, despite cyclical crises, managed to accompany the Guinea-Bissau authorities and people in key moments such as elections or less visible activities such as security sector reform and the mobilization of funds for the country’s development programs.” **Vladimir Monteiro UNOGBIS Chief of Public Information.**

“The years of the Mission’s presence brought good things, but also created some dependency with the national counterparts. It is time for the country to redeem its destiny, time for the ‘ownership’ of which we talk so much. The time has come to put it all into practice.” **Binta Balde, served with both Rule of Law and Security Institutions and Political Affairs sections.**

“Some of the major achievements are related to the creation of civic awareness about human rights and the gradual institutionalization of a national system for the protection of human rights.” **Yasmine Cabral, Human Rights Officer.**

“The UN Mission not only dealt with a moment that was sensitive - a period of armed post-conflict and mismanagement--, but it also interacted with a political class who has a unique understanding of the meaning of words, rules and laws.” **Enfamara Cassama, Public Information Officer.**

“It is very difficult to measure the mark of a peace mission, because you can never be completely sure to what extent the work of the Mission prevented a conflict or a situation to worsen. But the Guinea-Bissau of today is very different from that in 2005 when I served as a UN volunteer in the Resident Coordinator’s Office. The level of awareness of the general population and the quality of the public debate is much higher. I like to think that we had something to do with it!” **Júlia Alhinho, Chief Public Information Officer.**

"Através do seu alcance em matéria de direitos humanos e cidadania em todo o país, o UNIOGBIS ajudou a população a conhecer os seus direitos e deveres. Houve também ganhos em termos de melhoria das condições prisionais (alimentação, saúde), mas ainda existem situações de detenções prolongadas e arbitrárias que não conseguimos enfrentar devido à instabilidade no país.” **Mirandolino Có, Secção de Direitos Humanos.**

"Todo o pessoal do UNIOGBIS e da UNCT deve sentir-se orgulhoso de fazer parte de uma equipa que, apesar das crises cíclicas, conseguiu acompanhar as autoridades e a população da Guiné-Bissau em momentos chave como eleições ou actividades menos visíveis como a reforma do sector da segurança e a mobilização de fundos para os programas de desenvolvimento do país." **Vladimir Monteiro, Chefe da Informação Pública do UNOGBIS.**

"Os anos de presença da Missão trouxeram coisas boas, mas também criaram alguma dependência dos actores nacionais. É tempo de o país assumir o seu destino, tempo para a "propriedade" de que tanto falamos. Chegou o momento de pôr tudo em prática. " **Binta Balde, serviu tanto nas secções de Estado de Direito e Instituições de Segurança como de Assuntos Políticos.**

“Algumas das principais conquistas estão relacionadas com a criação de uma consciência cívica sobre os direitos humanos e a institucionalização gradual de um sistema nacional para a protecção dos direitos humanos." **Yasmine Cabral, Oficial de Direitos Humanos.**

"A Missão da ONU não só trabalhou num período sensível - um período de pós-conflito armado e má gestão -, como também interagiu com uma classe política que tem uma compreensão única do significado das palavras, regras e leis. " **Enfamara Cassama, Oficial de Informação Pública.**

"É muito difícil medir a marca de uma missão de paz, porque nunca se pode ter a certeza absoluta de até que ponto o trabalho da Missão impediu um conflito ou o agravamento de uma situação. Mas a Guiné-Bissau de hoje é muito diferente da de 2005, quando servi como voluntária da ONU no Gabinete do Coordenador Residente. O nível de sensibilização da população em geral e a qualidade do debate público é muito superior. Gosto de pensar que tivemos algo a ver com isso!" **Júlia Alhinho, Chefe de Informação Pública do UNIOGBIS.**

Richard Quarshie

Radio Technician

Our longest-serving staff member: 20 years helping to fix the technology for democracy

A national from Ghana, Richard Quarshie is the longest-serving staff member with UNIOGBIS. He joined the Mission upon its deployment to Bissau and will retire in its last month of operations. Mr. Quarshie first arrived in Guinea-Bissau in the early 1980s.

He had just finished his professional training as radio technician and decided to leave his home country, where an authoritarian regime was being installed after years of instability. He moved to neighboring Sierra Leone to start a new life, but after some time, “I could sense the civil war was coming,” he recalled. He moved north to Guinea, but did not fit in French-speaking Conakry so he headed to the Gâmbia.

Failing to find livelihood there, he decided to return to Conakry. Crossing Guinea-Bissau, he was dropped at the Bandim market in Bissau and told to take a bus south to Quebo, for another bus to Conakry. He arrived in Quebo at night and met a young man who offered him a place to stay in a shop close to the station until the bus would depart the next day.

The next morning, a man entered the shop with a broken radio. Mr. Quarshie repaired it and the man invited him to the next town of Buba where the man said he could “become rich by fixing radios.”

“I found Guinea-Bissau a peaceful place,” Mr. Quarshie recalled.

He ended up staying in Buba for 10 years, marrying and building a family there.

In 1993 he moved to the capital Bissau with his family to work for a large telecommunications company. The country was transitioning from a single-party regime to democracy, and there was hope.

“That was my first encounter with democracy in Guinea-Bissau. I set up the entire communication system – a network of fax machines through the land line - for monitoring the first free democratic elections in the country.”

The armed conflict of 1998 forced Richard and his family to return to Buba to seek refuge. He returned to Bissau when he heard the new UN Mission was looking for technicians.

“They took me to see the SRSG who showed me all the equipment that the Mission had received from the Angola peacekeeping Mission. Everything was broken: copiers, fax machines, etc. They hired me as a contractor and I stayed, fixing things. New elections came and I helped set up the radio repeaters across the whole country.”

He became a full UN staff member in 2008 when UNOGBIS became the integrated mission, UNIOGBIS. He is proud of the contributions that he and the Mission made to the country.

“After 20 years, the Mission’s biggest achievement was to prevent conflict, accompanying the country throughout its democratic experience,” he said. “We’ve been here, supporting election after election, explaining things, sensitizing the leaders that coups are not a solution, and we’ve seen coup after coup. No government has ended its term, but last year for the first time, a president finished his term. Now a coup d’etat can happen. But there is no war. This is a big achievement for Guinea-Bissau and for the Mission”.

Richard Quarshie will retire in Bissau.

Richard Quarshie

Radio Technician

O nosso funcionário mais antigo: 20 anos a ajudar a reparar a tecnologia para a democracia

Nascido no Gana, Richard Quarshie é o funcionário com mais tempo de serviço no UNIOGBIS. Juntou-se à Missão aquando do seu estabelecimento em Bissau e reformar-se-á no seu último mês de operações. Richard Quarshie chegou à Guiné-Bissau no início da década de 1980. Tinha acabado de terminar a formação profissional como técnico de rádio e decidiu deixar o seu país natal, onde um regime autoritário era instalado após anos de instabilidade. Mudou-se para a vizinha Serra Leoa para começar uma nova vida, mas após algum tempo, "pude sentir que a guerra civil estava a chegar", recordou. Mudou-se para norte, para a Guiné, mas não se integrou na francófona Conacri, pelo que se dirigiu para a Gâmbia.

Não encontrando aí meios de subsistência, decidiu regressar a Conacri. Ao atravessar a Guiné-Bissau, foi largado no mercado de Bandim em Bissau onde deveria apanhar um autocarro em direcção a sul, para Quebo e então outro autocarro para Conacri. Chegou a Quebo à noite e conheceu um jovem que lhe ofereceu um local para ficar numa loja perto da estação de onde o autocarro partiria no dia seguinte.

Na manhã seguinte, um homem entrou na loja com um rádio avariado. Richard Quarshie reparou -o e o homem convidou-o para a próxima cidade de Buba, onde disse que poderia "enriquecer a arranjar rádios."

"Encontrei na Guiné-Bissau um lugar pacífico", recordou Richard.

Acabou por ficar em Buba durante 10 anos, casando e construindo lá família.

Em 1993 mudou-se para a capital Bissau com a sua família para trabalhar para uma grande empresa de telecomunicações. O país estava a transitar de um regime de partido único para a democracia, e havia esperança.

"Esse foi o meu primeiro encontro com a democracia na Guiné-Bissau. Criei todo o sistema de comunicações – uma rede de faxes através da linha de telefone fixo – para a monitorização das primeiras eleições livres e democráticas no país."

O conflito armado de 1998 forçou Richard e a sua família a regressar a Buba para procurar refúgio. Regressou a Bissau quando soube que a nova Missão da ONU procurava técnicos.

"Levaram-me ao RESG que me mostrou todo o equipamento que a Missão tinha recebido da Missão de manutenção da paz em Angola. Estava tudo avariado: fotocopiadoras, aparelhos de fax, etc. Contrataram-me como empreiteiro e eu fiquei, a arranjar as coisas. Chegaram novas eleições e ajudei a instalar os repetidores de rádio em todo o país."

Tornou-se funcionário da ONU em 2008. Está orgulhoso das contribuições que ele e a Missão fizeram para o país.

"Após 20 anos, a maior conquista da Missão foi a prevenção de conflitos, acompanhando o país durante a sua experiência democrática", disse. "Temos estado aqui, a apoiar eleições após eleições, a explicar coisas, a sensibilizar os líderes de que os golpes não são uma solução, e temos visto golpe após golpe. Nenhum governo terminou o seu mandato, mas no ano passado, pela primeira vez, um presidente concluiu o seu mandato. Agora pode acontecer um golpe de estado. Mas não há guerra. Isto é um grande feito para a Guiné-Bissau e para a Missão".

Richard Quarshie reformar-se-á em Bissau.

Evaluating UNIOGBIS: Views from outside the Mission

Conference on citizenship and stability at Jean Piaget university, 2017 © UNIOGBIS

Avaliar o UNIOGBIS: Opiniões sobre a Missão

The statements reproduced in this section resulted from interviews with stakeholders and partners and from the UN radio show “Perspectivas.” Some preferred we not use their names. Overall, perceptions about the work of the mission were positive . The most frequent criticism was that UNIOGBIS “should have done more” or “should have had a stronger mandate…”

“The level of violence and conflict between the different actors was not as destructive as could have been thanks to the presence of these UN bodies, although it is recognized that they were too slow in taking action. But (the Mission) helped to prevent the strongest - economically and militarily – to crush the less powerful. We understand the limitations of the mandates of these missions, leaving many (gaps) for other institutions that are not capable. We saw these limitations in the fight against drugs and organized crime, and in the supervision of the activities of the military forces in the protection of human rights activists and independent journalists. The Mission should have had a stronger mandate when it comes to implementing international conventions and the democratic rule of law.” **Fode Mané, Professor of Law, Universidade Lusófona da Guiné-Bissau.**

“The time has come when we Guineans must help ourselves, to say ‘enough of conflicts and let us think about development.’ However, we will need someone to support us. We know well that we can lead the country. UNIOGBIS cannot stay here forever. But it should stay a bit longer.” **Buba Governor Binto Nanque Seide .**

“This organization has played a very important role in promoting peace. It (was) premature to withdraw UNIOGBIS, because the country has not yet reached full normality. Even with the presence of UNIOGBIS, the problems never end. Imagine when they leave. I do not know what will become of us. “

“UNIOGBIS needs to stay longer to continue to allow us to be in tune with the very requirements of the international community. During all these years, UNIOGBIS trained different civil society organizations, defence and security forces and journalists, which shows that the country was not able to do all this. These efforts should not stop there…”

As declarações reproduzidas nesta secção resultaram de entrevistas com intervenientes e parceiros e do programa de rádio da ONU "Perspectivas”. Alguns preferiram permanecer anónimos. Globalmente, as percepções sobre o trabalho da missão foram positivas . A crítica mais frequente foi que o UNIOGBIS "deveria ter feito mais" ou "deveria ter tido um mandato mais forte...".

“O nível de violência e conflito entre os diferentes actores não foi tão destrutivo como poderia ter sido graças à presença destes organismos da ONU, embora se reconheça que foram demasiado lentos na sua actuação. Mas (a Missão) ajudou a impedir os mais fortes - económica e militarmente - de esmagar os menos poderosos. Compreendemos as limitações dos mandatos destas missões, deixando muitas (lacunas) para outras instituições que não são capazes. Vimos estas limitações na luta contra a droga e o crime organizado e na supervisão das actividades das forças militares na protecção dos activistas dos direitos humanos e dos jornalistas independentes. A Missão deveria ter tido um mandato mais forte no que toca à implementação das convenções internacionais e do Estado de direito democrático." **Fode Mané, Professor de Direito, Universidade Lusófona da Guiné.**

"Chegou o momento em que nós, guineenses, devemos ajudar-nos a nós próprios, para dizer ‘basta de conflitos, vamos pensar no desenvolvimento'. No entanto, precisaremos de alguém que nos apoie. Sabemos bem que podemos liderar o país. O UNIOGBIS não pode ficar aqui para sempre. Mas deve ficar um pouco mais". **Governador de Buba, Binto Nanque Seide.**

"Esta organização tem desempenhado um papel muito importante na promoção da paz. É (foi) prematuro retirar o UNIOGBIS, porque o país ainda não atingiu a plena normalidade. Mesmo com a presença do UNIOGBIS, os problemas nunca acabam. Imagine-se quando eles partirem. Não sei o que será de nós.”

"O UNIOGBIS precisa permanecer mais tempo para continuar a permitir-nos estar em sintonia com as próprias exigências da comunidade internacional. Durante todos estes anos, o UNIOGBIS formou diferentes organizações da sociedade civil, forças de defesa e segurança e jornalistas, o que demonstra que o país não foi capaz de fazer tudo isto. Estes esforços não devem ficar por aqui..."

“Its closure is negative for the country. We may even think that the Mission did not do what was the expectation of the population. Since its installation after the civil war of 1998, the Mission helped to minimize many situations of human rights violations. We cannot ignore the capacity-building carried out by UNIOGBIS, especially of uniformed personnel, and today we can see the result of these trainings in the behavior of the military. The Mission should stay in the country for another six or seven years, but maybe there is no patience and no strength....” **Luís da Silva (Radio Papagaio-Buba).**

“My assessment of more than 20 years of the UN political Mission in the country is negative, in as much as its main mission, which was the strengthening of democratic institutions, has not been fulfilled. But over the time that the Mission has been present, I consider it very effective because until today there has been no more armed conflict, only psychological (conflict has continued).” **Fernando Correia Gomes, teacher.**

“The UN has played a very important role in the country. Perhaps the unwillingness of some politicians (has made) it difficult at times. We do not need to be warriors, but we do need peace. We need to develop our communities, and for that we do not have to have a spirit of generating conflicts. With regard to gender equality and human rights, the Mission has worked a lot in these areas, and today we can see that things have become very balanced thanks to the UN. But we also need to do more work (so that) justice will work just like in other countries.” **Civil society leader in São Domingos.**

"O seu encerramento é negativo para o país. Podemos até pensar que a Missão não fez aquilo que a população esperava. Desde a sua instalação após a guerra civil de 1998, a Missão ajudou a minimizar muitas situações de violação dos direitos humanos. Não podemos ignorar a capacitação levada a cabo pelo UNIOGBIS, especialmente de pessoal uniformizado, e hoje podemos ver o resultado destas formações no comportamento dos militares. A Missão deve permanecer no país por mais seis ou sete anos, mas talvez não haja paciência nem força...". **Luís da Silva (Rádio Papagaio-Buba).**

"A minha avaliação de mais de 20 anos de missão política da ONU no país é negativa, na medida em que a sua principal missão, que era o reforço das instituições democráticas, não foi cumprida. Mas ao longo do tempo em que a Missão esteve presente, considero-a muito eficaz porque até hoje não houve mais conflitos armados, apenas psicológicos (o conflito tem continuado)". Fernando **Correia Gomes, professor.**

"A ONU tem desempenhado um papel muito importante no país. Talvez a relutância de alguns políticos dificultou (por vezes) a situação. Não precisamos ser guerreiros, mas sim de paz. Precisamos de desenvolver as nossas comunidades e para isso não precisamos de ter um espírito de geração de conflitos. Em relação à igualdade de género e aos direitos humanos, a Missão tem trabalhado muito nestas áreas, e hoje podemos ver que as coisas se tornaram muito equilibradas graças à ONU. Mas também precisamos de trabalhar mais (para que) a justiça funcione tal como em outros países.” **Líder da sociedade civil em São Domingos.**

Assessments by the political parties

Meeting of UN Security Council with political parties, 2019 © UNIOGBIS

PT
EN
Os partidos políticos avaliam a construção da paz da ONU

Aereal view of the National People's Assembly, 2019 © UNIOGBIS

From statehood in 1974 until 1991, Guinea-Bissau was a single-party nation. The 1984 Constitution established a semi-president, representative democratic republic, with a multi-party system and a separation of powers between executive and legislative branches, and an independent judiciary. The President is head of State and the Prime Minister, head of Government. Both serve five-year terms.

The country's first party, the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC), formed in 1956, led the political and armed struggle against Portugal and ruled the country until the first multi-party elections, in 1994, when it won 62 of 100 seats. Four other parties entered the National Peoples Assembly then as well.

PT
EN

Desde a condição de Estado em 1974 até 1991, a Guiné-Bissau era uma nação de partido único. A Constituição de 1984 estabeleceu uma república democrática semipresidencial e representativa, com um sistema multipartidário e uma separação de poderes entre os poderes executivo e legislativo, e um sistema judicial independente. O Presidente é Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro, Chefe de Governo. Ambos cumprem mandatos de cinco anos.

O primeiro partido do país, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), formado em 1956, liderou a luta política e armada contra Portugal e governou o país até às primeiras eleições multipartidárias, em 1994, quando ganhou 62 dos 100 lugares. Quatro outros partidos também entraram então para a Assembleia Nacional Popular.

Currently the Assembly's 102 members are elected through proportional representation for four-year terms. We asked representatives of five political parties now in the Assembly to give their assessment of the UN Mission as it ended its 20-year presence in Guinea-Bissau.

Califa Seidi is bench leader for the PAIGC, which in the 2019 elections, lost its outright majority, leading it to form a coalition with three other parties in the Assembly. Domingos Simões Pereira, the losing PAIGC candidate for President, and his party contested the 2019 presidential election results.

Mr. Seidi urged UN to stay involved in helping to solve the country's crises. The Mission "developed actions that we consider quite positive," he said. But he questioned the realization of the Mission's mandate. "We know that UNIOGBIS was here to facilitate and help create conditions for peace and stability in Guinea-Bissau, which has experienced many periods of cyclical crises. It is true that UNIOGBIS has accompanied all these crises. But unfortunately, so far we have not achieved peace, and the crisis continues."

He regretted the decision to end the Mission in December 2020: "The Security Council was convinced that with both legislative and presidential elections in 2019, it could lead Guinea-Bissau to peace, stability and the normal functioning of State institutions. But that is not what we are seeing today (in July 2020). The crisis is deepening… There is a need, and the Guinean people have a right to continue benefiting from the support of the United Nations. "

The main opposition party Movement for Democratic Change (MADEM-G15),--the new President Embaló's party--, became second largest in the Assembly with the 2019 elections. Bench leader Abdu Mané praised the Mission's efforts, particularly in the promotion and defence of human rights, which he observed as President of the Bar Association. "The work was positive, and they helped us a lot, as well as civil society organizations, and they interacted with the population in general. One or another aspect may have escaped, but it is normal, and in general they have fulfilled the mission entrusted to them."

The Social Renewal Party (PRS) had been the main opposition party through the early 2000s and in 2000 its candidate Koumba Yalá was elected President. In 2019 it gained 23 Assembly seats. Bench leader, Daniel Suleimane Embaló called the Mission "noble." "

Atualmente, os 102 membros da Assembleia são eleitos por representação proporcional para mandatos de quatro anos. Pedimos a representantes de cinco partidos políticos agora na Assembleia para darem a sua avaliação da Missão da ONU ao terminar a sua presença de 20 anos na Guiné-Bissau.

Califa Seidi é líder de bancada do PAIGC, que nas eleições de 2019 perdeu a sua maioria absoluta, levando-o a formar uma coligação com três outros partidos na Assembleia. Domingos Simões Pereira, o candidato derrotado do PAIGC à Presidência, e o seu partido contestaram os resultados das eleições presidenciais de 2019.

O Sr. Seidi instou a ONU a manter-se envolvida na resolução das crises do país. A Missão "desenvolveu acções que consideramos bastante positivas", disse. Mas questionou a realização do mandato da Missão. "Sabemos que o UNIOGBIS esteve aqui para facilitar e ajudar a criar condições para a paz e estabilidade na Guiné-Bissau, que atravessou muitos períodos de crises cíclicas. É verdade que o UNIOGBIS tem acompanhado todas estas crises. Mas infelizmente, até agora não alcançámos a paz e a crise continua".

Lamentou a decisão de terminar a Missão em Dezembro de 2020: "O Conselho de Segurança estava convencido de que, com as eleições legislativas e presidenciais de 2019, poderia conduzir a Guiné-Bissau à paz, estabilidade e ao funcionamento normal das instituições do Estado. Mas não é o que vemos hoje (em Julho de 2020). A crise está a aprofundar-se...há uma necessidade e o povo guineense tem o direito de continuar a beneficiar do apoio das Nações Unidas…"

O principal partido da oposição, Movimento para a Mudança Democrática (MADEM-G15), - o novo partido do Presidente Embaló -, tornou-se o segundo maior na Assembleia com as eleições de 2019. O líder da bancada, Abdu Mané, elogiou os esforços da Missão, particularmente na promoção e defesa dos direitos humanos, que observou como Presidente da Ordem dos Advogados. "O trabalho foi positivo, e eles ajudaram-nos muito, assim como às organizações da sociedade civil e interagiram com a população em geral. Um ou outro aspecto pode ter escapado, mas é normal, e em geral cumpriram a missão que lhes foi confiada". O Partido de Renovação Social (PRS) foi o principal partido da oposição no início dos anos 2000 e em 2000, o seu candidato Koumba Yalá foi eleito Presidente. Em 2019, conquistou 23 lugares na Assembleia. O líder da bancada, Daniel Suleimane Embaló, chamou à Missão "nobre".

They did what was in their power and showed the people that Guinea-Bissau needs to work harder for lasting peace and stability. The Mission is leaving, but a very clear message remains: the country is not politically stable, and we have not yet reached the peace that we all aspire to."

He said the Mission was particularly constructive for the Assembly, "technically and financially supporting various seminars, field missions and training for members of Parliament."

"You should leave the country proud and with the feeling of 'mission accomplished' because your work and commitment are visible in all State institutions."

Adulai Jaló, bench leader for the Union for Change (UM) which joined the PAIGC coalition in 2019, said that in its early years, the political Mission "did a good job, responding to the demands and difficulties that the country presented, through technical and financial support, thus creating the necessary conditions for a frank and genuine dialogue between the interested parties." But he also said that "for some time now we have stopped feeling the presence and intervention of UNIOGBIS. Many things happened here in the presence of the Mission, without seeing their reaction or their commitment to solving problems."

PT
EN

"Fizeram o que estava ao seu alcance e mostraram ao povo que a Guiné-Bissau precisa de trabalhar mais para uma paz e estabilidade duradouras. A Missão vai partir, mas uma mensagem muito clara permanece: o país não é politicamente estável e ainda não alcançámos a paz a que todos aspiramos".

Disse que a Missão foi particularmente construtiva para a Assembleia, "apoiando técnica e financeiramente vários seminários, missões de campo e formação de membros do Parlamento".

"Deve deixar o país orgulhoso e com a sensação de 'missão cumprida' porque o seu trabalho e empenho são visíveis em todas as instituições do Estado ".

Adulai Jaló, líder de bancada da União para a Mudança (UM), que aderiu à coligação PAIGC em 2019, disse que nos seus primeiros anos, a Missão política "fez um bom trabalho, respondendo às exigências e dificuldades que o país apresentou, através de apoio técnico e financeiro, criando assim as condições necessárias para um diálogo franco e genuíno entre as partes interessadas". Mas disse também que "há já algum tempo que deixamos de sentir a presença e a intervenção do UNIOGBIS". Muitas coisas aconteceram aqui na presença da Missão, sem ver a sua reacção ou o seu empenho em resolver os problemas".

Califa Seidi © UNIOGBIS

Abdu Mané © UNIOGBIS

Daniel Suleimane Embaló © UNIOGBIS

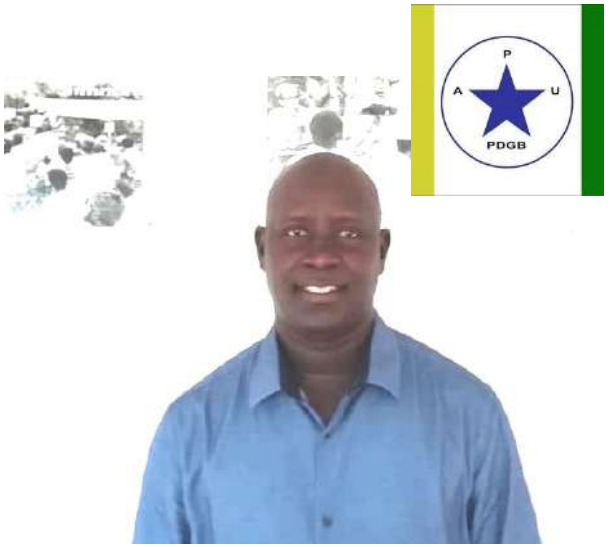
Marciano Indi, bench leader of the Assembly of the People United – Democratic Party of Guinea- Bissau (APU-PDGB) and an ECOWAS deputy, said that UNIOGBIS did not probe deeply enough into the mentality of Guinean politicians to “find out where the problem lies.” He disagreed with the resolution of the presidential crisis of 2020, regretting the human rights violations that ensued, with “all of this happening in the presence of UNIOGBIS.” He acknowledged that UNIOGBIS, however, “has been important for the country” and that “in their absence, it will be worse,” asking that the UN “redouble efforts to end these situations.”

Saido Embaló, bench leader of the New Democracy Party, now part of the PAIGC coalition, assessed the Mission’s performance as positive “due to the efforts that they have been making during these years in solving political problems, and in supporting peace consolidation, which created conditions for peace, governance and development. The tasks were not easy, but UNIOGBIS was always on the side of Guinea-Bissau, accompanying us, and sensitizing politicians and the people (to build) a permanent, genuine and frank dialogue and to trace paths for development.”

PT
EN

Marciano Indi, líder de bancada do Povo Unido - Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB) e deputado da CEDEAO, disse que o UNIOGBIS não investigou suficientemente a fundo a mentalidade dos políticos guineenses para "descobrir onde reside o problema". Discordou com a resolução da crise presidencial de 2020, lamentando as violações dos direitos humanos que se seguiram, com "tudo isto a acontecer na presença do UNIOGBIS". No entanto, reconheceu que o UNIOGBIS "tem sido importante para o país" e que "na sua ausência, será pior", pedindo que a ONU "redobre os esforços para pôr fim a estas situações".

Saido Embaló, líder de bancada do Partido Nova Democracia, agora parte da coligação PAIGC, avaliou o desempenho da Missão como positivo "devido aos esforços que tem vindo a desenvolver durante estes anos na resolução de problemas políticos, e no apoio à consolidação da paz , que criou condições para a paz, governação e desenvolvimento. As tarefas não foram fáceis, mas o UNIOGBIS esteve sempre do lado da Guiné-Bissau, acompanhando-nos, e sensibilizando os políticos e o povo (para construir) um diálogo permanente, genuíno e franco e para traçar caminhos para o desenvolvimento.”



Marciano Indi © UNIOGBIS

Adulai Jaló © UNIOGBIS

Transition and beyond

UNIOGBIS Compound in Bissau © UNIOGBIS

A transição e o futuro

After 20 years on the ground, the UN political presence in Guinea-Bissau has been the subject of intensive re-assessment. The Security Council visited in February 2019, during a particularly tense, pre-election period. The Secretary-General had just presented a report on the results of the experts' mission he dispatched in late 2018 under former SRSG Honwana. Upon their return to New York, the Council decided in resolution 2458 that UNIOGBIS would close by the end of 2020.

The "special report" (S/2018/1086) laid out the challenges the Mission had faced and continued to face in delivering its mandate. They were to a large extent the same issues that the Mission had confronted for two decades. The UN and its national partners had mitigated or overcome some of these. But the "drivers of instability" remained unchanged since a similar review conducted in 2016.

The "structural factors" underlying the fragility of the State included: "a profoundly divided political class; the growing political influence of a parallel economy based on narcotics trafficking; the absence of the State, particularly in rural areas, and its ineffectiveness where present; violations of human rights and widespread impunity; resignation with regard to poverty and a lack of access to basic services." The report also cited "the increasingly worrisome signs of the presence of operatives of extremist networks."

To better address these issues, a longer-term approach to institutional reform, more, and more coherent aid and support by a reconfigured UN would be needed.

The report noted that more committed political will on the part of Bissau-Guinean leadership was a precondition for achieving progress towards sustainable peace, stability and development. The lack of such a commitment "has regularly stalled progress in the implementation of the institutional reforms cited in the Conakry Agreement."

Dedication to a common vision would also help the Bissau-Guineans to "maximize the impact of the international community's multifaceted assistance."

Após 20 anos no terreno, a presença política da ONU na Guiné-Bissau tem sido objecto de uma reavaliação intensa. O Conselho de Segurança visitou a Guiné-Bissau em Fevereiro de 2019, durante um período particularmente tenso e pré-eleitoral. O Secretário-Geral tinha acabado de apresentar um relatório de peritos sobre os resultados da missão que enviou em finais de 2018 sob a direção do ex-antigo RESG Honwana. De regresso a Nova Iorque, o Conselho decidiu, na resolução 2458, que o UNIOGBIS encerraria até ao final de 2020.

O "relatório especial" (S/2018/1086) expôs os desafios que a Missão tinha enfrentado e continuava a enfrentar na execução do seu mandato. Eram, em grande medida, as mesmas questões que a Missão tinha enfrentado durante duas décadas. A ONU e os seus parceiros nacionais tinham mitigado ou superado algumas delas. Mas os "motores da instabilidade" permaneceram inalterados desde uma revisão semelhante realizada em 2016.

Os "factores estruturais" subjacentes à fragilidade do Estado foram incluídos: "uma classe política profundamente dividida; a crescente influência política de uma economia paralela baseada no narcotráfico; a ausência do Estado, particularmente nas zonas rurais, e a sua ineficácia quando presente; as violações dos direitos humanos e a impunidade generalizada; a resignação em relação à pobreza e a falta de acesso aos serviços básicos". O relatório também citava "os sinais cada vez mais preocupantes da presença de agentes de redes extremistas".

Para melhor abordar estas questões, seria necessária uma abordagem a mais longo prazo da reforma institucional, maior e mais coerente ajuda e apoio por parte de uma ONU reconfigurada.

O relatório observou que uma vontade política mais empenhada por parte da liderança bissau-guineense era uma condição prévia para alcançar progressos no sentido da paz, estabilidade e desenvolvimento sustentáveis. A falta de tal compromisso "tem atrasado regularmente o progresso na implementação das reformas institucionais citadas no Acordo de Conacri".

A dedicação a uma visão comum também ajudaria os bissau-guineenses a "maximizar o impacto da assistência multifacetada da comunidade internacional".

In addition, the country has lacked the institutional and physical infrastructure and trained human resources necessary to absorb the technical and financial support delivered by international partners. The long presence of a UN peacebuilding mission—despite its attempts to increase that capacity—"may have contributed to a reduced sense of ownership of the political process among the leadership and of their responsibility to move the country forward," reads the report

The report noted that both the difficulties in implementing reforms at the national level and the lack of engagement of governing institutions in the capital Bissau with local communities elsewhere indicated that future investments should "build capacities from the bottom up," at the local level, where the presence of both UNIOGBIS and the Country Team had been "underutilized."

PT
EN

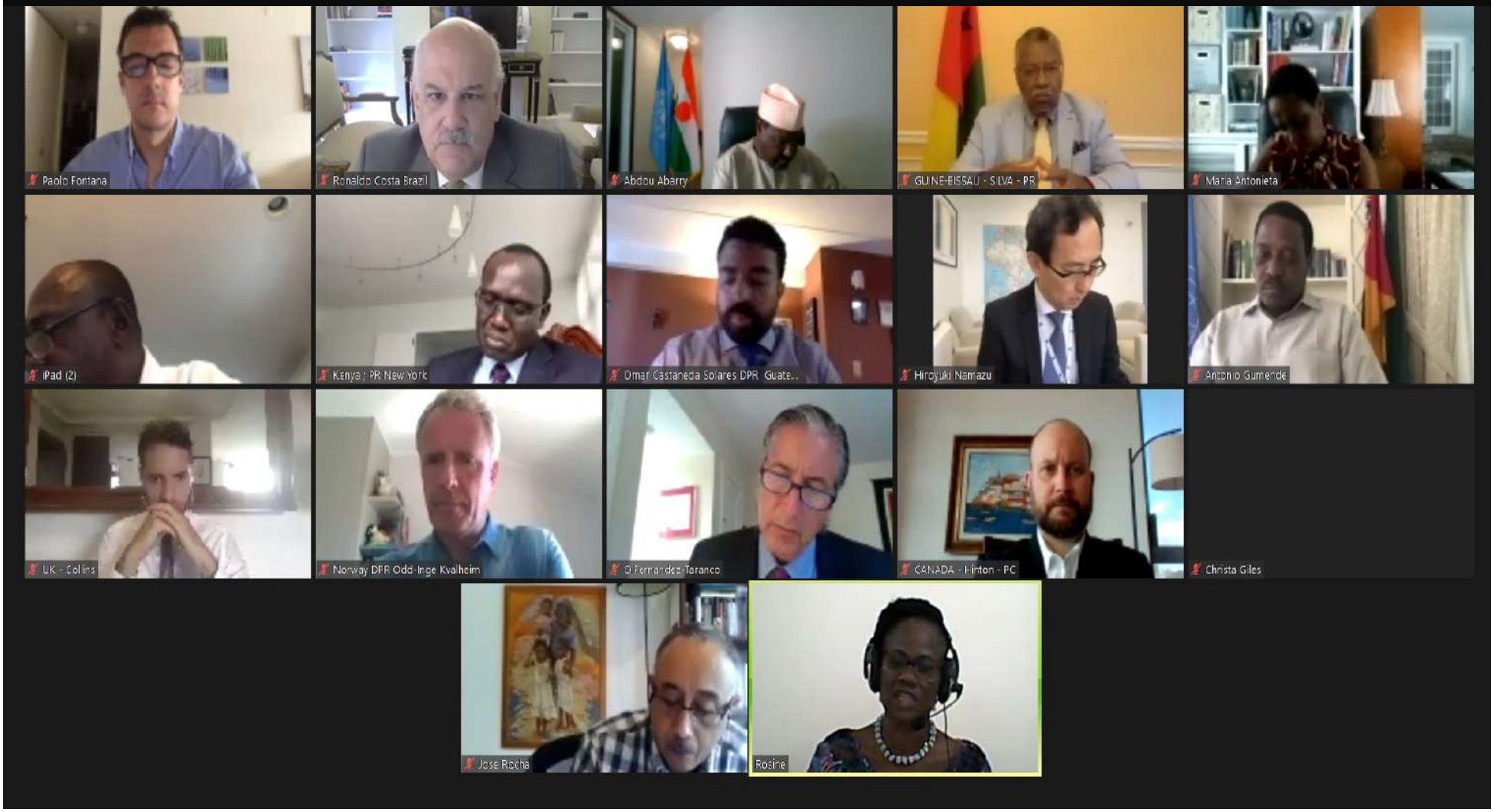
Além disso, o país não dispõe das infra-estruturas institucionais e físicas e dos recursos humanos formados necessários para absorver o apoio técnico e financeiro prestado pelos parceiros internacionais. A longa presença de uma missão de construção da paz da ONU - apesar das suas tentativas de aumentar essa capacidade -"pode ter contribuído para um menor sentido de propriedade do processo político entre os líderes e da sua responsabilidade de fazer avançar o país", pode ler-se no relatório.

O relatório observou que tanto as dificuldades na implementação de reformas a nível nacional como a falta de envolvimento das instituições governantes da capital Bissau com as comunidades locais noutros locais indicavam que os futuros investimentos deveriam "construir capacidades a partir da base", a nível local, onde a presença tanto do UNIOGBIS como da Equipa de País tinha sido "subutilizada".

Left and rigth: Children's parade on Independence Day, 2016 © UNIOGBIS

2020: unforeseen crisis challenge Guinea-Bissau and its supporters

2020: crises imprevistas desafiam a Guiné-Bissau e os seus apoiantes



Online meeting of the UN Peacebuilding Commission on Guinea Bissau during COVID pandemic, 2020 © UNIOGBIS

Unfortunately, the post-election crisis which erupted in early 2020 starkly illustrated the weaknesses in governance which Mr. Honwana's team had outlined, although he could not have predicted the impact of COVID-19. The Parliament and new President remained at odds; two separate Constitutional reviews were underway, one that would turn the country from a "semi-presidential" to a "presidential" state. Raids on media, arbitrary detentions and other political and human rights abuses continued.

"The recent political crisis linked to the electoral dispute is self-explanatory of the structural weakness of the country," SRSG Sori-Coulibaly told the Security Council on 10 August 2020.

In a statement delivered to the Council at the same meeting, Ambassador Ronaldo Costa Filho, Chair of the Peacebuilding Commission Guinea-Bissau Configuration, outlined the dire situation of the country:

"While there has been notable progress over the years in peacebuilding, today the challenges to stability and development have deepened with the arrival of COVID-19 during a year of three transitions: The UNIOGBIS drawdown, the country's transition to new political leadership-- which has not been uneventful--, and the closure of the ECOWAS mission (ECOMIB)."

The World Bank would be assisting the country medically and economically, he reported, the GDP having fallen from a projected 4.5 per cent growth to about 1.5 percent. The institutional and pandemic crises were affecting everything from the review of the Constitution to the fight against drug trafficking to gender inequality. He said the Peacebuilding Commission would continue to play a catalyzing role to bolster national development plans and the eventual UN Sustainable Development Cooperation Framework.

Infelizmente, a crise pós-eleitoral que eclodiu no início de 2020 ilustrou fortemente as fraquezas na governação que a equipa do Sr. Honwana tinha delineado, embora esta não pudesse ter previsto o impacto da COVID-19. O Parlamento e o novo Presidente permaneceram em desacordo; duas revisões constitucionais distintas estavam em curso, uma que iria transformar o país de um estado "semipresidencial" em um estado "presidencial". Continuaram os ataques aos meios de comunicação social, detenções arbitrárias e outras violações políticas e dos direitos humanos.

"A recente crise política ligada à disputa eleitoral é auto-explicativa da fraqueza estrutural do país", disse Sori-Coulibaly, RESG do Conselho de Segurança a 10 de Agosto de 2020.

Numa declaração entregue ao Conselho na mesma reunião, o Embaixador Ronaldo Costa Filho, Presidente da Configuração da Comissão de Construção da Paz da Guiné-Bissau, delineou a terrível situação do país:

"Embora tenha havido progressos notáveis ao longo dos anos na construção da paz, hoje os desafios à estabilidade e ao desenvolvimento aprofundaram-se com a chegada da COVID-19 durante um ano de três transições: a retirada do UNIOGBIS, a transição do país para uma nova liderança política - que não tem sido sem incidentes - e o encerramento da missão da CEDEAO (ECOMIB)."

O Banco Mundial estaria a prestar assistência médica e económica ao país, informou, tendo o PIB caído de um crescimento projectado de 4,5 por cento para cerca de 1,5 por cento. As crises institucionais e pandémicas afectavam tudo, desde a revisão da Constituição até à luta contra o tráfico de droga e a desigualdade de género. Disse que a Comissão de Construção da Paz continuaria a desempenhar um papel catalisador para reforçar os planos nacionais de desenvolvimento e o eventual Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Increased national engagement necessary for national ownership of the UN transition

Maior envolvimento nacional necessário para a aprõpriação nacional da transição da ONU

SRSG Ramos Horta and former presidente Serifo Namadjo, 2013 © UNIOGBIS

The UN Security Council had outlined the Mission's departure in three phases, intended to leave the country empowered and democratized. After presidential and parliamentary elections, a transition plan was prepared with the Government as partner. Finally, the Mission was to transfer its remaining tasks by end 2020 to the UN Country Team, the UN Office for West Africa and Sahel (UNOWAS) and other international partners.

The UNIOGBIS transition and the reconfiguration of the UN presence had provided an opportunity to engage national authorities and stakeholders to ensure their ownership and leadership of the process, to extend services and engagement to the rural regions, and to seek international assistance for sustainable development throughout the country. However, as of mid-2020, the country was once again facing post-electoral divisions, COVID-related impacts and a plunging economy.

Guinea-Bissau's recurrent problems were not about holding elections, but governing afterwards, various Security Council members told the publication Security Council Report during their 2019 visit. And that was before COVID-19.

"The progress in transition planning and programming notwithstanding, the political crisis and COVID-19 pandemic had a severe impact on UN engagement with national authorities," the Secretary-General wrote in July 2020.

COVID-19 restrictions meant UN staff had been telecommuting since mid-March, unable to interact much with their national and local counterparts. The new Government was divided and the environment "hostile," making it difficult for the UN to help all stakeholders to reach a compromise on national peacebuilding priorities, SRSG Sori-Coulibaly told the Council on 10 August. Adding that while the transition of tasks to UN and other partners was proceeding, critical aspects of the Conakry Agreement including a review of the Constitution, a new electoral law and a law on political parties were stalled. "Regretfully, therefore, the UNIOGBIS mandate is unlikely to be fully implemented before the Mission's departure," she told the Council.

O Conselho de Segurança da ONU tinha delineado a partida da Missão em três fases, com a intenção de deixar o país com poderes e democratizado. Após as eleições presidenciais e parlamentares, foi preparado um plano de transição com o Governo como parceiro. Finalmente, a Missão deveria transferir as suas restantes tarefas até ao final de 2020 para a Equipa de País da ONU, o Gabinete da ONU para a África Ocidental e Sahel (UNOWAS) e outros parceiros internacionais.

A transição UNIOGBIS e a reconfiguração da presença da ONU proporcionaram uma oportunidade de envolver as autoridades nacionais e as partes interessadas para assegurar a sua apropriação e liderança do processo, para alargar os serviços e o envolvimento às regiões rurais e para procurar assistência internacional para o desenvolvimento sustentável em todo o país. No entanto, em meados de 2020, o país enfrentava mais uma vez divisões pós-eleitorais, impactos relacionados com a COVID-19 e uma economia em queda.

Os problemas recorrentes da Guiné-Bissau não tinham que ver com a realização de eleições, mas com a governação posterior, vários membros do Conselho de Segurança disseram à publicação security council report durante a sua visita em 2019. E isso foi antes da COVID-19.

"Apesar dos progressos no planeamento e programação da transição, a crise política e a pandemia da COVID-19 tiveram um impacto grave no envolvimento da ONU com as autoridades nacionais", escreveu o Secretário-Geral em Julho de 2020.

As restrições da COVID-19 significavam que o pessoal da ONU tinha estado em teletrabalho desde meados de Março, incapaz de interagir muito com os seus parceiros nacionais e locais. O novo Governo estava dividido e o ambiente "hostil", tornando difícil para a ONU ajudar todas os actores a alcançar um compromisso sobre as prioridades nacionais de construção da paz, disse a RESG Sori-Coulibaly ao Conselho a 10 de Agosto. Acrescentando que enquanto a transição de tarefas para a ONU e outros parceiros prosseguia, os aspectos críticos do Acordo de Conacri, incluindo uma revisão da Constituição, uma nova lei eleitoral e uma lei sobre partidos políticos, estavam parados. "Lamentavelmente, portanto, é pouco provável que o mandato do UNIOGBIS seja plenamente implementado antes da partida da Missão", disse ao Conselho.

The Peacebuilding Fund:
A critical partner now and for the future

Youth leaders for environement protection in Cacheu region, suported by UN Peacebuilding Fund, 2018 © UNIOGBIS

Fundo de Consolidação da Paz: Um parceiro crítico agora e para o futuro

©UNICEF/2017/Giacomo Pirozzi

Since 2007, Guinea -Bissau has been “on the agenda” of the UN Peacebuilding Commission (PBC), thus eligible for support from the Peacebuilding Fund (PBF) mostly for security sector reform and national reconciliation projects. Some $47 million was expended through the Fund from 2008-2019, with $4 million allocated in 2020.

The Fund has played a major role in different aspects of the political, social, and economic life of the Bissau-Guineans. It has supported projects aimed at women’s and youth political participation, mobilization of rural youth to prepare for leadership, employment generation, the electoral process and the media sector.

“The Fund allowed the Mission and the UNCT to work together in innovative ways to address the drivers of tensions, engaging with institutions, political actors and grassroots movements,” said UN Assistant Secretary-General for Peacebuilding Support, Oscar Fernandez-Taranco

The Fund has also been critical in the UN’s transition. As Janet Murdock, fund coordinator for Guinea Bissau since 2016, explained: ‘”The Fund is supporting the transition with two key projects that started in 2019---political stabilization and systemic reform, and a second dealing with drugs and transnational crime. The political stabilization project (has helped to enable) implementation of the Conakry Agreement, which provides a roadmap for stabilization through political dialogue and systemic reforms, with the participation of civil society. It envisions reforms in three areas: the Constitution, the law governing political parties and the electoral law, (to be conducted) through broad stakeholder participation.”

“The drug and transnational crime project will enable a more coordinated approach to combating drug trafficking and transnational crime by (supporting) national strategy development and implementation,” she said.

Desde 2007, a Guiné-Bissau tem estado "na agenda" da Comissão de Consolidação da Paz da ONU (PBC), sendo assim elegível para apoio do Fundo de Consolidação da Paz (PBF) principalmente para projetos de reforma do sector da segurança e reconciliação nacional. Cerca de 47 milhões de dólares foram gastos através do Fundo de 2008-2019, com 4 milhões de dólares atribuídos em 2020.

O Fundo tem desempenhado um papel importante em diferentes aspectos da vida política, social e económica dos bissau-guineenses. Tem apoiado projectos que visam a participação política das mulheres e dos jovens, a mobilização da juventude rural para preparar a liderança, a geração de emprego, o processo eleitoral e o sector dos média.

"O Fundo permitiu que a Missão e a Equipa de país da ONU trabalhassem em conjunto de modo inovador para lidar com os factores de tensão, envolvendo instituições, actores políticos e movimentos de base", disse Oscar Fernandez-Taranco, Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas para o Apoio à Construção da Paz.

O Fundo também tem sido crítico na transição da ONU. Como Janet Murdock, coordenadora do Fundo para a Guiné-Bissau desde 2016, explicou: "O Fundo está a apoiar a transição com dois projectos-chave que começaram em 2019 – estabilização política e reforma sistémica, e um segundo relativo à droga e ao crime transnacional. O projecto de estabilização política (ajudou a permitir) a implementação do Acordo de Conacri, que fornece um roteiro para a estabilização através do diálogo político e reformas sistémicas, com a participação da sociedade civil. Prevê reformas em três áreas: a Constituição, a lei que rege os partidos políticos e a lei eleitoral, (a ser conduzida) através de uma ampla participação dos interessados.”

"O projecto "droga e criminalidade transnacional" permitirá uma abordagem mais coordenada do combate ao tráfico de droga e à criminalidade transnacional através do (apoio ao) desenvolvimento e implementação de estratégias nacionais", afirmou.

In her briefing to the Security Council on 10 August 2020, SRSG Sori-Coulibaly urged UN Member States to extend more resources to the country via the Peacebuilding Fund following the departure of UNIOGBIS, citing “the need for the country to remain high on the international community agenda with paramount focus on reforms” and the Fund’s role as a “key partner” for continued peacebuilding to be carried out by UN agencies and civil society organizations.

“Funding will be essential for averting a national cliff,” she said.

Mr. Fernandez-Taranco confirmed the commitment of the Peacebuilding Commission to continue supporting Guinea-Bissau during the transition and beyond:

"PBC Guinea-Bissau Configuration will continue to assist UNIOGBIS in its large-scale planning and implementation of the transition and will provide a platform of coherence for all relevant international and regional actors. It will help to mobilize international and regional support for peacebuilding priorities in Guinea-Bissau, and will serve as a partnership forum to promote analysis and shared understanding of multidimensional peace-building challenges, (as well as) promote the full, effective and meaningful participation and representation of women and youth, to all levels, as well as civil society in building and maintaining peace. ”

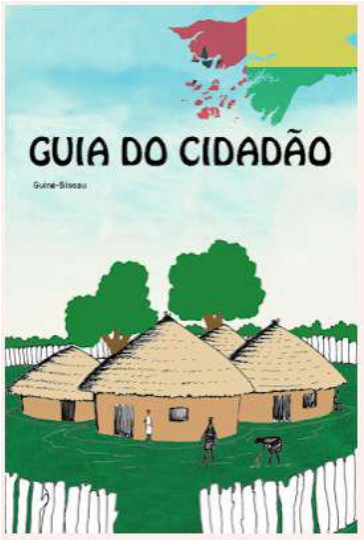
Radio Voz Quelele benefited from solar panels, 2019 © UNIOGBIS

No seu briefing ao Conselho de Segurança a 10 de Agosto de 2020, RESG Sori-Coulibaly instou os Estados Membros da ONU a alargarem mais recursos ao país através do Fundo de Construção da Paz, após a saída do UNIOGBIS, citando "a necessidade de o país permanecer no topo da agenda da comunidade internacional com enfoque primordial nas reformas" e o papel do Fundo como "parceiro-chave" para a continuação da construção da paz a ser levada a cabo pelas agências da ONU e organizações da sociedade civil.

"O financiamento será essencial para evitar um penhasco nacional", disse.

O Sr. Fernandez-Taranco confirmou o empenho da Comissão de Construção da Paz em continuar a apoiar a Guiné-Bissau durante a transição e para além dela:

"A Configuração da PBC Guiné-Bissau continuará a ajudar o UNIOGBIS no seu planeamento e implementação em larga escala da transição e proporcionará uma plataforma de coerência a todos os actores internacionais e regionais relevantes. Ajudará a mobilizar o apoio internacional e regional às prioridades de construção da paz da Guiné-Bissau; e servirá como um fórum de parceria para promover a análise e compreensão partilhada dos desafios multidimensionais de construção da paz, (assim como) promover a participação e representação plena, efectiva e significativa das mulheres e juventude, a todos os níveis, bem como a sociedade civil na construção e manutenção da paz.”



Citizen Handbook cover and blog, 2016 © UNIOGBIS

The way forward: the political mission is leaving but the UN stays on

Traditional leaders on parliament stairs after stability conference, 2016© UNIOGBIS

O caminho a seguir: a missão política parte, mas a ONU continua

Mamadou Diallo

Deputy SRSG and UN Resident Coordinator

UN is not leaving Guinea-Bissau

Mamadou Diallo has been the Mission's deputy, since November 2019, with two critical roles: Deputy SRSG and UN Resident Coordinator. With COVID-19, he was leading the coordination between international and national actors to channel resources to the country.

You have had a foot in two camps, that of the UN Country Team and of the political Mission. How will the political work of UNIOGBIS continue?

It is important to state that UN is not leaving Guinea-Bissau. While UNIOGBIS is scheduled to close by 31 December 2020, the continuation of the UN presence and work is anchored in the UN transition. The reconfiguration of the UN presence is aimed at effectively handling post-UNIOGBIS challenges.

UNIOGBIS has identified several peacebuilding priorities which will be continued after the closure of the Mission. For example, the Resident Coordinator will be called upon to support UNOWAS (the UN Office for West Africa and Sahel) in its good offices role encouraging inclusive political dialogue and reform of the political system and ensuring continuous strategic national dialogue on key reforms as outlined in the Stability Pact and Conakry Agreement.

Through a Common Country Analysis, which is a UN system's independent, impartial and collective assessment of the country's situation, the UN will examine the progress, gaps, opportunities and bottlenecks vis-a-vis the country's commitment to the 2030 UN Sustainable Development Agenda, UN norms and standards and the principles of the UN Charter.

The Analysis will inform a UN Sustainable Development Cooperation Framework, (constructed) in partnership with national authorities, as a commitment to the people--particularly the most marginalized and vulnerable—to support national development goals, to ensure people's meaningful participation in development, and to support implementation of peacebuilding priorities.

What will the newly reconfigured UN in Guinea-Bissau look like?

The UN will focus on supporting the country to reach its 2030 Agenda SDG targets, by implementing a meaningful strategic vision and programs that will tackle the root causes of poverty, social injustice, gender inequality, child vulnerability and climate change, among other pressing issues, in a coordinated, integrated and consensual manner.

There will hopefully be a strengthened Resident Coordinator's Office, with a few strategic positions, such as head of office/ strategic planner; peace and development advisor, transition specialist, along with officers covering human rights, rule of law/ security sector reform, and communications.

Our UN Country Team should be strengthened to perform tasks shed by the UNIOGBIS or to add other peacebuilding priorities to preserve the gains achieved, while allowing each agency, fund and program to execute their own usual mandates.

This mean that as we are no longer (supported by) the regular budget, but now by voluntary contributions, it would be crucial to maintain sufficient levels of funding (and interest) by donors. I would try to maintain that for an initial period.

Mamadou Diallo

Vice-SRSG e Coordenador Residente da ONU

ONU não sai da Guiné-Bissau

Desde novembro de 2019, o DRESG Mamadou Diallo tem tido dois papéis críticos: Vice RESG e Coordenador Residente da ONU. Durante a COVID-19, liderou a coordenação entre actores internacionais e nacionais para canalizar recursos para o país.

Tem um pé em dois campos, o da Equipa de País da ONU e o da Missão Política. Como continuará o trabalho político do UNIOGBIS?

É importante afirmar que a ONU não deixará a Guiné-Bissau. Embora a conclusão do UNIOGBIS esteja previsto até 31 de Dezembro de 2020, a continuação dos trabalhos da ONU está ancorada na transição para a ONU. A reconfiguração da presença da ONU tem como objetivo enfrentar eficazmente os desafios pós-UNIOGBIS.

O UNIOGBIS identificou várias prioridades de construção da paz que serão continuadas após o encerramento da Missão. Por exemplo, o Coordenador Residente será chamado a apoiar o UNOWAS (Gabinete das Nações Unidas para a África Ocidental e Sahel) no seu papel de bons ofícios, encorajando o diálogo político inclusivo e a reforma do sistema político e assegurando um diálogo nacional estratégico contínuo sobre as reformas-chave, tal como delineado no Pacto de Estabilidade e no Acordo de Conacri.

Através de uma Análise Comum do País, que é uma avaliação independente, imparcial e colectiva do sistema da ONU sobre a situação do país, a ONU examinará os progressos, lacunas, oportunidades e estrangulamentos em relação ao compromisso do país para com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2030, as normas e padrões da ONU e os princípios da Carta da ONU.

A Análise informará um Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, (construído) em parceria com as autoridades nacionais, como um compromisso para com as pessoas – especialmente as mais marginalizadas e vulneráveis - para apoiar os objectivos de desenvolvimento nacional, para assegurar a participação significativa das pessoas no desenvolvimento e para apoiar a implementação das prioridades de construção da paz.

Como será a ONU reconfigurada na Guiné-Bissau?

A ONU concentrar-se-á em apoiar o país a alcançar as suas metas da Agenda de 2030, implementando uma visão estratégica significativa e programas que abordem as causas profundas da pobreza, injustiça social, desigualdade de género, vulnerabilidade infantil e alterações climáticas, entre outras questões prementes, de uma forma coordenada, integrada e consensual.

Espera-se que haja um Gabinete de Coordenador Residente reforçado, com algumas posições estratégicas, tais como chefe de gabinete/ planeador estratégico; conselheiro de paz e desenvolvimento, especialista em transição, juntamente com oficiais que cobrem os direitos humanos, reforma do Estado de direito/segurança do sector, e comunicações.

A nossa Equipa de País da ONU deve ser reforçada para executar as tarefas cedidas pelo UNIOGBIS ou para acrescentar outras prioridades de construção da paz a fim de preservar os ganhos alcançados, permitindo simultaneamente que cada agência, fundo e programa execute os seus próprios mandatos habituais.

Isto significa que como já não somos (apoiados por) o orçamento regular, mas agora por contribuições voluntárias, seria crucial manter níveis suficientes de financiamento (e de interesse) por parte dos doadores. Tentaria manter isso durante um período inicial .

Good offices to continue under the UN Office for West Africa and the Sahel

Bons ofícios para continuar sob a égide do Gabinete da ONU para a África Ocidental e o Sahel

SRSG Chambas (centre) arriving in Bissau before 2019 elections © UNIOGBIS

A critical task for the international community post-UNIOGBIS will be the continuation of the good offices function to support the new Bissau-Guinean authorities and implement the reform agenda, as per the Conakry Agreement and the ECOWAS Six-Point Roadmap.

Already involved in the promotion of political dialogue In Guinea-Bissau, UNOWAS, based in neighboring Senegal, will take over some of UNIOGBIS political tasks, along with the Economic Community of West African States.

“The privileged relationship between ECOWAS and the UN Office for West Africa and the Sahel (UNOWAS) has intensified concerning Guinea-Bissau, and a close cooperation is being developed for UNOWAS to be able to play an active good offices role following the departure of UNIOGBIS,” said ECOWAS Ambassador Emmanuel Ohin.

Mohamed Ibn Chambas, UNOWAS SRSG, agreed that UNIOGBIS had been critical to uniting the regional organizations behind a peacebuilding agenda for Guinea-Bissau.

“UNIOGBIS encouraged the efforts of international partners, in particular ECOWAS, the AU, the CPLP and the EU – the so called “Group of Five”- in helping to sustain and promote the peacebuilding agenda. It served as a bridge-builder in this regard.”

This engagement will have to continue to see a positive outcome for the country, he said.

“The political specificity of Guinea-Bissau is one of the biggest challenges that the UN and other partners have been facing…The conflict in Guinea-Bissau is a political power conflict, which requires a strong engagement by all actors to reach and sustain a political solution.

“The last presidential election (December 2019) was an opportunity to turn things around. Yet, it was disputed, and President Embaló was installed without a Supreme Court verdict on the dispute. Concerted action and messaging by the international community, under the auspices of ECOWAS, was crucial to address the impasse.”

Uma tarefa crítica para a comunidade internacional pós-UNIOGBIS será a continuação da função de bons ofícios para apoiar as novas autoridades bissau-guineenses e implementar a agenda de reformas, de acordo com o Acordo de Conacri e o Roteiro de Seis Pontos da CEDEAO.

Já envolvida na promoção do diálogo político na Guiné-Bissau, a UNOWAS, com sede no vizinho Senegal, assumirá algumas das tarefas políticas do UNIOGBIS, juntamente com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

"A relação privilegiada entre a CEDEAO e o Gabinete das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel (UNOWAS) intensificou-se em relação à Guiné-Bissau, e está a ser desenvolvida uma estreita cooperação para que a UNOWAS possa desempenhar um papel activo de bons ofícios após a partida da UNIOGBIS", disse o Embaixador da CEDEAO, Emmanuel Ohin.

Mohamed Ibn Chambas, RESG e chefe da UNOWAS, concordou que o UNIOGBIS foi fundamental para unir as organizações regionais por detrás de uma agenda de construção da paz para a Guiné-Bissau.

"O UNIOGBIS encorajou os esforços dos parceiros internacionais, em particular a CEDEAO, a UA, a CPLP e a UE - o chamado "Grupo dos Cinco" - em ajudar a sustentar e promover a agenda de construção da paz. A este respeito, serviu como construtor de pontes.”

Este compromisso terá de continuar a ver um resultado positivo para o país, disse.

"A especificidade política da Guiné-Bissau é um dos maiores desafios que a ONU e outros parceiros têm enfrentado... O conflito na Guiné-Bissau é um conflito de poder político, que requer um forte envolvimento de todos os actores para alcançar e sustentar uma solução política.

"As últimas eleições presidenciais (Dezembro de 2019) foram uma oportunidade para dar a volta às coisas. Contudo, foram disputadas, e o Presidente Embaló foi instalado sem um veredicto do Supremo Tribunal sobre a disputa. A acção concertada e o envio de mensagens pela comunidade internacional, sob os auspícios da CEDEAO, foi crucial para resolver o impasse.”

“Other challenges (include) navigating national, regional and international interests,” Mr. Chambas added. “UNIOGBIS has been supporting ECOWAS in its lead role as mediator (since the 2016 Conakry Agreement), yet ECOWAS appears more divided today in its approach to resolving the crisis in Guinea-Bissau. UNIOGBIS has had a difficult task navigating this while maintaining the trust of the population. Secondly, political deadlock has hampered efforts by UNIOGBIS to support needed national reforms. Their implementation is urgently needed, (especially) reform of the Constitution, the Electoral Law, and the Framework Law on Political Parties. While some progress has been made, national reconciliation is in limbo and consensus-building among political actors is lingering. Finally, resources must be mobilized…There is great donor fatigue with the cycle of conflict and political stasis in Guinea-Bissau.”

EU Ambassador Neto agreed that international partners must and will remain engaged:

“Political support as well as concrete development sector support are still needed; this seems to be the main challenge for the transition to the UN Country Team.”

She said the transition should not be seen as the closing of a book, but the move to a new chapter: “The progress in Guinea-Bissau over the past 20 years is visible,

but the achievements of stability are still fragile and must be deeper rooted in democracy and development. Thus the end of UNIOGBIS and transition to the UN Country Team is not an end but a renewal of the UN commitment to country’s stability and prosperity, which the P5 group is ready to accompany and support. “

National ownership and leadership along with an active civil society will be essential for peace and stability in Guinea-Bissau. Asked how she sees the engagement of civil society with the newly reconfigured UN, Silvina Tavares from the Women’s Political Platform noted that UNIOGBIS’ technical and financial contributions to civil society organizations had been significant, with up to 85 per cent of their budgets receiving UN support.

"Outros desafios (incluem) a navegação por interesses nacionais, regionais e internacionais", acrescentou Ibn Chambas. "O UNIOGBIS tem apoiado a CEDEAO no seu papel principal de mediador (desde o Acordo de Conacri de 2016), no entanto a CEDEAO parece hoje mais dividida na sua abordagem para resolver a crise na Guiné-Bissau. O UNIOGBIS tem tido uma tarefa difícil ao navegar nisto, mantendo simultaneamente a confiança da população. Em segundo lugar, o impasse político tem dificultado os esforços do UNIOGBIS em apoiar as reformas nacionais necessárias. A sua implementação é urgentemente necessária, (especialmente) a reforma da Constituição, da Lei Eleitoral e da Lei-Quadro dos Partidos Políticos. Embora tenham sido feitos alguns progressos, a reconciliação nacional está no limbo e a construção de consensos entre os actores políticos está a arrastar-se. Finalmente, os recursos devem ser mobilizados... Há um grande cansaço dos doadores com o ciclo de conflito e de estagnação política na Guiné-Bissau" .

O Embaixador da UE Neto concordou que os parceiros internacionais devem continuar e continuarão empenhados:

“Os apoios políticos, bem como o apoio concreto ao sector do desenvolvimento, continuam a ser necessários; isto parece ser o principal desafio para a transição para a equipa de país da ONU".

Afirmou que a transição não deve ser vista como a conclusão de um livro, mas sim como a mudança para um novo capítulo: "O progresso na Guiné-Bissau ao longo dos últimos 20 anos é visível, mas as conquistas da estabilidade são ainda frágeis e devem estar mais profundamente enraizadas na democracia e desenvolvimento. Assim, o fim do UNIOGBIS e a transição para a Equipa de País da ONU não é um fim, mas uma renovação do compromisso da ONU com a estabilidade e prosperidade do país, que o grupo P5 está pronto a acompanhar e apoiar. “

A propriedade e liderança nacionais, juntamente com uma sociedade civil activa, serão essenciais para a paz e estabilidade na Guiné-Bissau. Questionada sobre o envolvimento da sociedade civil com a ONU recentemente reconfigurada, Silvina Tavares da Plataforma Política de Mulheres observou que as contribuições técnicas e financeiras do UNIOGBIS para as organizações da sociedade civil tinham sido significativas, com até 85 por cento dos seus orçamentos a receberem apoio da ONU.

“However, in this difficult phase which the country is going through, we would like to be able to count on the good collaboration that has always existed, between civil society organizations and the UN.”

Such support should continue, she said, so that “there is continuity of the dynamics in progress... contributing to the stability and development that we all dream of.”

For her part, SRSG Sori-Coulibaly in her final months was assembling a platform of international partners and national authorities to discuss, sustain momentum and accompany the country’s reform efforts, which would continue after UNIOGBIS under the Resident Coordinator and Peacebuilding Commission. To ensure a smooth transition, since mid-2020, she also established tripartite meetings between UNIOGBIS, ECOWAS and UNOWAS.

“A prognosis of the current impasse and beyond underscores a need for continued and robust engagement by the international community to avoid a deterioration of the political and human rights situation, consolidate past democratic gains and preserve the much-needed peace and stability,” she told the Security Council on August 10, 2020.

"Contudo, nesta fase difícil que o país está a atravessar, gostaríamos de poder contar com a boa colaboração que sempre existiu, entre as organizações da sociedade civil e a ONU.”

Tal apoio deve continuar, disse ela, para que "haja continuidade da dinâmica em curso... contribuindo para a estabilidade e desenvolvimento com que todos nós sonhamos".

Por seu lado, RESG Sori-Coulibaly nos seus últimos meses estava a reunir uma plataforma de parceiros internacionais e autoridades nacionais para discutir, manter o ímpeto e acompanhar os esforços de reforma do país, que continuariam depois do UNIOGBIS sob o Coordenador Residente e a Comissão de Construção da Paz. Para assegurar uma transição suave, desde meados de 2020, estabeleceu também reuniões tripartidas entre o UNIOGBIS, ECOWAS e UNOWAS.

"Um prognóstico do actual impasse e para além dele sublinha a necessidade de um envolvimento contínuo e robusto da comunidade internacional para evitar uma deterioração da situação política e dos direitos humanos, consolidar os ganhos democráticos do passado e preservar a tão necessária paz e estabilidade", disse ao Conselho de Segurança a 10 de Agosto de 2020.

SRSG Sori-Coulibaly during her last briefing to the UN Security Council in August 2020 © UNIOGBIS

After the crises: building back better

Depois das crises: reconstruir melhor

International partners meeting september 2020 © UNIOGBIS

The departure of a peace operation can involve the reconfiguration of the overall UN presence, not only the withdrawal of a mission. As such they must be planned, coordinated and managed jointly by all UN actors present in the country and at UN Headquarters. The UN Country Team has been intimately involved with the withdrawal and handover of responsibilities from UNIOGBIS.

“Guinea-Bissau’s social fabric has proven to be resilient and healthy, which is the basis on which peace can prosper,” said Tjark Egenhoff, UNDP Resident Representative.

“Despite the ongoing fragile political environment, Bissau Guineans of different ethnic and religious backgrounds live peacefully together, albeit struggling with poverty and adversity. UNIOGBIS has in its long years of support to the country certainly contributed to a more robust dialogue on national priorities, involving a range of diverse actors… And its good offices were at times crucial for finding credible solutions to the recurrent political impasse.”

“With UNIOGBIS closing its doors, the UN Country Team is called upon to redefine its approach to work for stability and peace. The past months demonstrate that much needs to be done. (This includes) strengthening the voices of change agents and civil society’s engagement in public affairs and oversight; creating the conditions for an accessible and safe public space allowing for a debate of the most pressing issues; reigniting the relationship between citizen and State with a clear preference for rural areas, and a decisive move to serve the most vulnerable and those left behind.”

“The pandemic has taught us that we will not assist the country in ‘getting back to normal,’ because the old normal was just not good enough. Building a society on the backs of people who have less – with weak health systems, no safety nets, and with violence against women and minorities – is no option. This crisis is a chance to reimagine the future of development for Guinea-Bissau through another lens – much more equitable and sustainable than before. How to build back better is the main question that we at UNDP need to be answering as we transition to a new configuration of the UN’s presence in the country. The synergies developed with UNIOGBIS to support Guinea-Bissau on its path to stability and development will be missed.”

A partida de uma operação de paz pode envolver a reconfiguração da presença global da ONU e não apenas a retirada de uma missão. Como tal, devem ser planeadas, coordenadas e geridas conjuntamente por todos os actores da ONU presentes no país e na sede da ONU. A equipa de país da ONU tem estado intimamente envolvida na retirada e transferência de responsabilidades do UNIOGBIS.

"O tecido social da Guiné-Bissau provou ser resistente e saudável, que é a base sobre a qual a paz pode prosperar", disse Tjark Egenhoff, Representante Residente do PNUD.

"Apesar do actual ambiente político frágil, os bissau-guineenses de diferentes origens étnicas e religiosas vivem pacificamente em conjunto, embora lutando contra a pobreza e a adversidade. O UNIOGBIS, nos seus longos anos de apoio ao país, contribuiu certamente para um diálogo mais robusto sobre as prioridades nacionais, envolvendo uma série de diversos actores... E os seus bons ofícios foram por vezes cruciais para encontrar soluções credíveis para o impasse político recorrente.”

"Com o UNIOGBIS a fechar portas, a Equipa de País da ONU é chamada a redefinir a sua abordagem para trabalhar em prol da estabilidade e da paz. Os últimos meses demonstram que muito precisa ser feito. (Isto inclui) reforçar as vozes dos agentes de mudança e o envolvimento da sociedade civil nos assuntos públicos e na supervisão; criar as condições para um espaço público acessível e seguro que permita um debate das questões mais prementes; dominar a relação entre cidadão e Estado com uma clara preferência pelas zonas rurais e um passo decisivo para servir os mais vulneráveis e os que ficam para trás.”

"A pandemia ensinou-nos que não vamos ajudar o país a 'voltar ao normal', porque o velho normal não era suficientemente bom. Construir uma sociedade em cima de pessoas que têm menos - com sistemas de saúde fracos, sem redes de segurança, e com violência contra as mulheres e minorias - não é opção. Esta crise é uma oportunidade de reimaginar o futuro do desenvolvimento da Guiné-Bissau através de outra lente - muito mais equitativa e sustentável do que antes. Como reconstruir melhor é a principal questão a que nós, no PNUD, precisamos de responder à medida que transitamos para uma nova configuração da presença da ONU no país. As sinergias desenvolvidas com o UNIOGBIS para apoiar a Guiné-Bissau no seu caminho para a estabilidade e o desenvolvimento serão perdidas.”

For the new UN configuration, there is still a lot to be done.

“Thankfully, UNIOGBIS’s closure will not create a vacuum,” said Fernando Jorge, UNIOGBIS Political Affairs focal point in Bafatá (2015-2019). “The UN and its agencies are already present on the ground. People will regret UNIOGBIS’ departure, but there will be no vacuum. The UN cooperation with Guinea-Bissau, which dates to independence, will continue.”

PT
EN

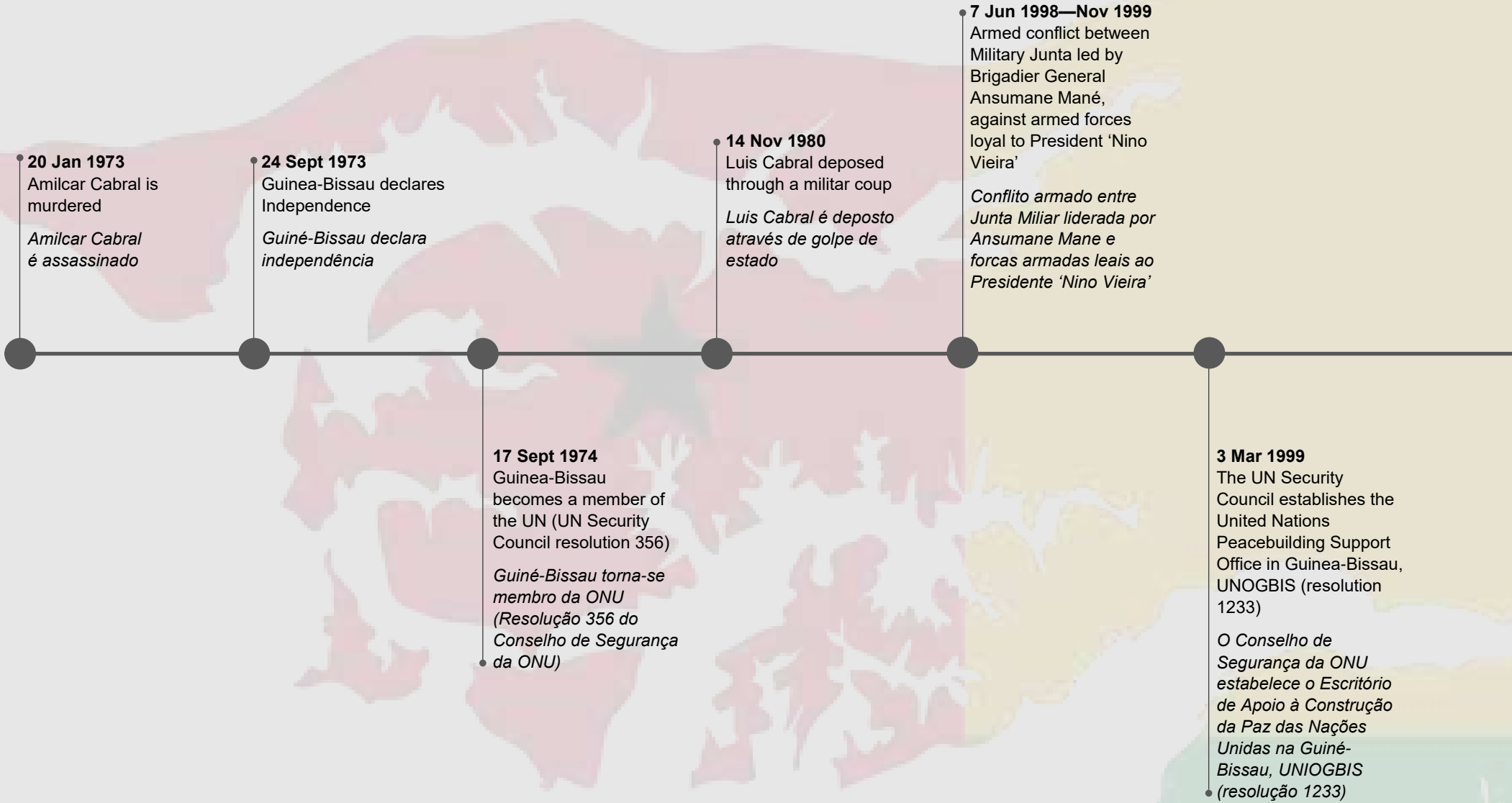
Para a nova configuração da ONU, há ainda muito a fazer.

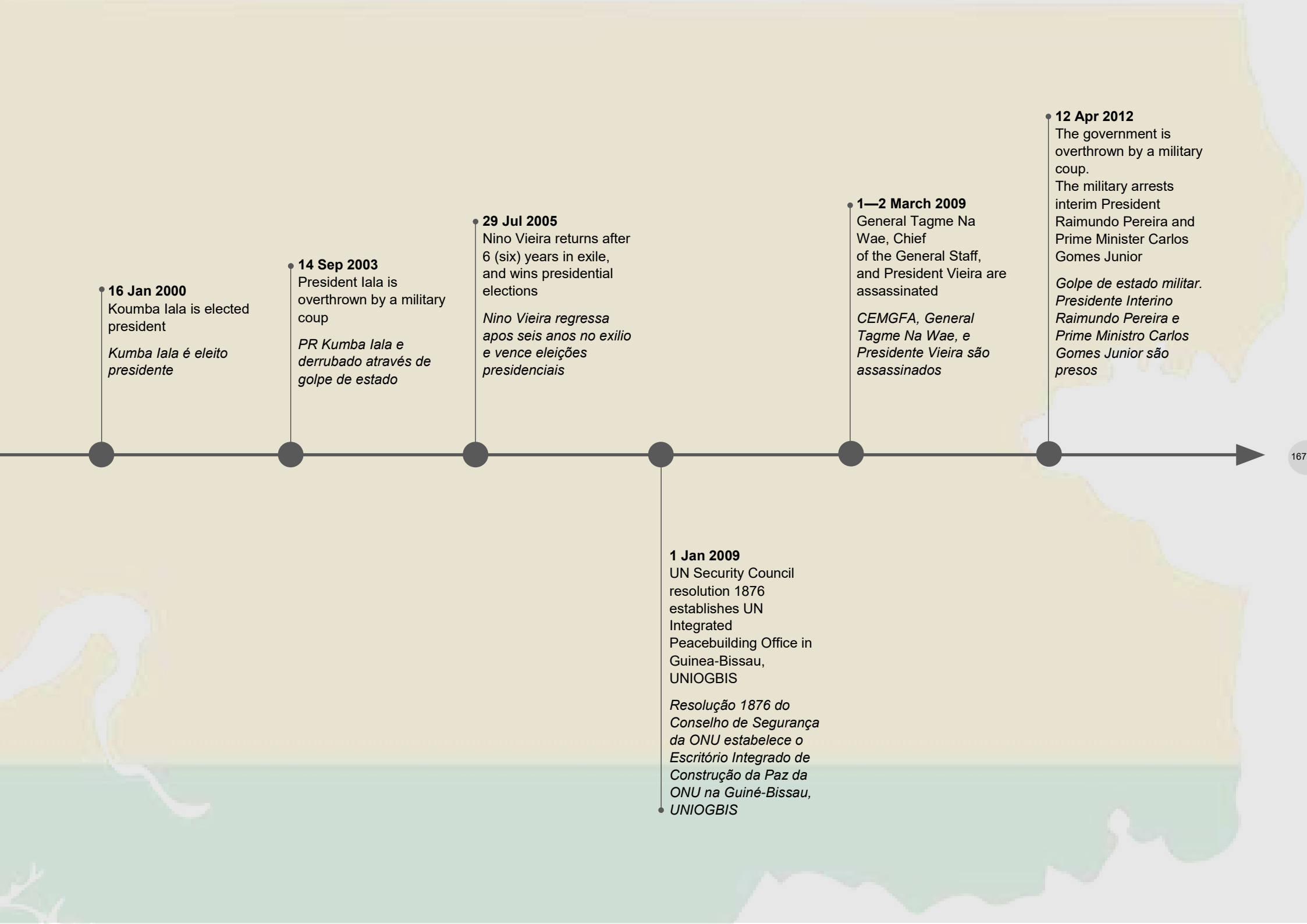
"Felizmente, o encerramento do UNIOGBIS não criará um vazio", afirmou Fernando Jorge, ponto focal dos Assuntos Políticos do UNIOGBIS em Bafatá (2015-2019). "A ONU e as suas agências já estão presentes no terreno. As pessoas lamentarão a saída do UNIOGBIS, mas não ficará um vazio. A cooperação da ONU com a Guiné-Bissau, que data da independência, continuará".

> *Before disappearing, a flash appeared in the sky accompanied by the cry of a newborn child that echoed in the fresh and flavored wind that had started to blow at that very moment. He even heard the dead explaining that this was the sign of the beginning of a new era, an era of love and justice, without shadows, without darkness ".*
>
> ***Abdulai Sila, "Mistida".***

> *Antes de desaparecer, surgiu no céu um clarão acompanhado do grito de uma criança recém-nascida que ecoou no vento fresco e aromatizado que começara a soprar naquele preciso momento. Ainda ouviu os mortos a explicar que aquele era o sinal do começo de uma nova era, uma era de amor e justiça, sem sombras, sem escuridão ".*
>
> ***Abdulai Sila, "Mistida" .***

Left and rigth: Carnival is the most important national cultural event, displaying diversity and creativity. Bissau Parade, 2019 © UNIOGBIS


20 Jan 1973
Amilcar Cabral is murdered
Amilcar Cabral é assassinado
24 Sept 1973
Guinea-Bissau declares Independence
Guiné-Bissau declara independência
17 Sept 1974
Guinea-Bissau becomes a member of the UN (UN Security Council resolution 356)
Guiné-Bissau torna-se membro da ONU (Resolução 356 do Conselho de Segurança da ONU)
14 Nov 1980
Luis Cabral deposed through a militar coup
Luis Cabral é deposto através de golpe de estado
7 Jun 1998—Nov 1999
Armed conflict between Military Junta led by Brigadier General Ansumane Mané, against armed forces loyal to President 'Nino Vieira'
Conflito armado entre Junta Miliar liderada por Ansumane Mane e forcas armadas leais ao Presidente 'Nino Vieira'
3 Mar 1999
The UN Security Council establishes the United Nations Peacebuilding Support Office in Guinea-Bissau, UNOGBIS (resolution 1233)
O Conselho de Segurança da ONU estabelece o Escritório de Apoio à Construção da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau, UNIOGBIS (resolução 1233)


16 Jan 2000
Koumba Iala is elected president
Kumba Iala é eleito presidente
14 Sep 2003
President Iala is overthrown by a military coup
PR Kumba Iala e derrubado através de golpe de estado
29 Jul 2005
Nino Vieira returns after 6 (six) years in exile, and wins presidential elections
Nino Vieira regressa apos seis anos no exilio e vence eleições presidenciais
1 Jan 2009
UN Security Council resolution 1876 establishes UN Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau, UNIOGBIS
Resolução 1876 do Conselho de Segurança da ONU estabelece o Escritório Integrado de Construção da Paz da ONU na Guiné-Bissau, UNIOGBIS
1—2 March 2009
General Tagme Na Wae, Chief of the General Staff, and President Vieira are assassinated
CEMGFA, General Tagme Na Wae, e Presidente Vieira são assassinados
12 Apr 2012
The government is overthrown by a military coup.
The military arrests interim President Raimundo Pereira and Prime Minister Carlos Gomes Junior
Golpe de estado militar. Presidente Interino Raimundo Pereira e Prime Ministro Carlos Gomes Junior são presos

15 May 2012
UN Security Council resolution 2048 on Guinea-Bissau imposes sanctions on the perpetrators of the April 12 coup d'état

Resolução 2048 do Conselho de Segurança da ONU sobre a Guiné-Bissau impõe sanções aos autores do golpe de 12 de abril

20 May 2014
PAIGC won parliamentary elections.José Mário Vaz won presidential elections

O PAIGC venceu as eleições parlamentares. José Mário Vaz venceu as eleições presidenciais

24 Mar 2015
International donors at the Brussels roundtable pledge more than $ 1.2 billion to help Guinea-Bissau's economy after years of instability

Doadores na mesa redonda de Bruxelas prometem mais de US $ 1,2 bilhão para ajudar a economia da Guiné-Bissau após anos de instabilidade

August 2015
Dismissal of government triggering new impasse and 7 governments

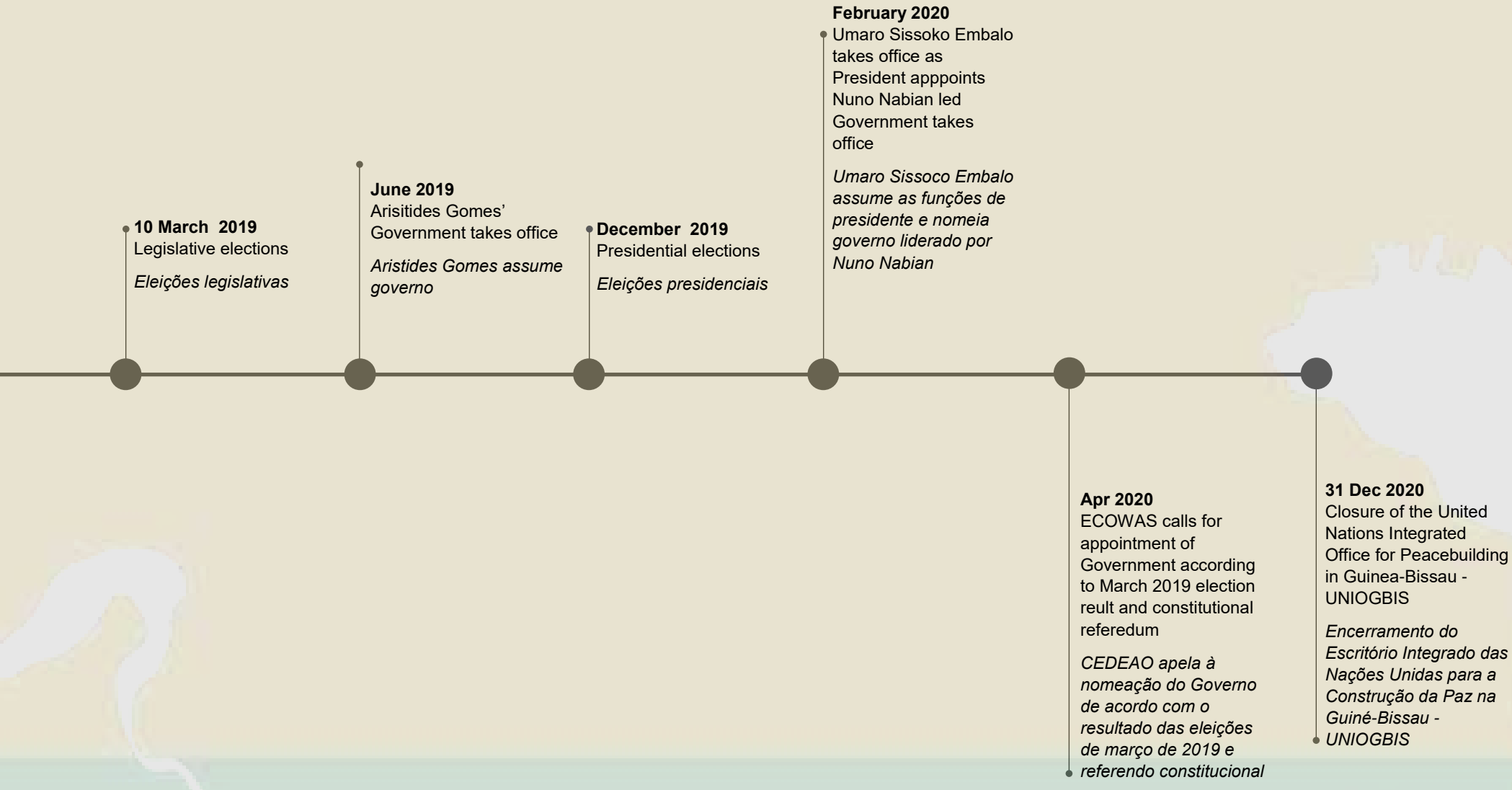
Demissão do Governo leva a novo impasse e nomeação de 7 governos

10 Sep 2016
Conakry agreement

Acordo de Conacri

28 Feb 2019
The Security Council adopted resolution 2458 providing for the transition and closure of the "UNIOGBIS" political mission no later than December 31, 2020

O Conselho de Segurança adotou a resolução 2458 que prevê a transição e o encerramento da missão política "UNIOGBIS" o mais tardar em 31 de dezembro de 2020


10 March 2019
Legislative elections
Eleições legislativas
June 2019
Arisitides Gomes' Government takes office
Aristides Gomes assume governo
December 2019
Presidential elections
Eleições presidenciais
February 2020
Umaro Sissoko Embalo takes office as President apppoints Nuno Nabian led Government takes office
Umaro Sissoco Embalo assume as funções de presidente e nomeia governo liderado por Nuno Nabian
Apr 2020
ECOWAS calls for appointment of Government according to March 2019 election reult and constitutional referedum
CEDEAO apela à nomeação do Governo de acordo com o resultado das eleições de março de 2019 e referendo constitucional
31 Dec 2020
Closure of the United Nations Integrated Office for Peacebuilding in Guinea-Bissau - UNIOGBIS
Encerramento do Escritório Integrado das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau - UNIOGBIS

Editor: Susan Manuel

Head Writers (UNIOGBIS): Rolla Hinedi, Júlia Alhinho

Writers (UNIOGBIS): Rosine Sori-Coulibally, Jacob Said, Richard Freeman, Silvia DeGiulli, Caterina Gomes, Mireya Peña Guzman, Boma Jack, Isabel Nunes Correia, Enfamara Cassama, Sophie Pereira, Francis Battal

Graphic Design (UNIOGBIS): Iacuba Sani, assisted by Noelson Barbosa and Yanina Fernandes

Photography (UNIOGBIS): Didier Bapidi, Talata Balde (S. Domingos), Dionisio da Silva (Buba), Ivanildo Bodjan (Bafata), Iacuba Sani, Noelson Barbosa, Sophie Pereira, Julia Alhinho, Joelma Mendes, Enfamara Cassama and (from the UN HQ) Alexandre Soares, Eivind Oskarson,

Publication Coordination: Rolla Hinedi

© UNIOGBIS Public Information Unit

Edição: Susan Manuel

Redatores Principais (UNIOGBIS): Rolla Hinedi, Júlia Alhinho

Contribuições (UNIOGBIS): Rosine Sori-Coulibally, Jacob Said, Richard Freeman, Silvia DeGiulli, Caterina Gomes, Mireya Peña Guzman, Boma Jack, Isabel Nunes Correia, Enfamara Cassama, Sophie Pereira, Francis Battal

Desenho Gráfico (UNIOGBIS): Iacuba Sani, assistido por Noelson Barbosa e Yanina Fernandes

Fotografia (UNIOGBIS): Didier Bapidi, Talata Balde (S. Domingos), Dionisio da Silva (Buba), Ivanildo Bodjan (Bafata), Iacuba Sani, Noelson Barbosa, Sophie Pereira, Julia Alhinho, Joelma Mendes, Enfamara Cassama e (do QG da ONU) Alexandre Soares, Eivind Oskarson,

Coordenação da Publicação: Rolla Hinedi

© UNIOGBIS Unidade de Informação Pública

NAÇÕES UNIDAS

LIVRO LEGADO

2020

NAÇÕES UNIDAS

GUINÉ-BISSAU